

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALEX DE BRITTO RODRIGUES

UMA ANÁLISE DAS ANÁFORAS ASSOCIATIVAS BASEADAS EM
EVENTUALIDADES

CURITIBA
2013

ALEX DE BRITTO RODRIGUES

**UMA ANÁLISE DAS ANÁFORAS ASSOCIATIVAS BASEADAS EM
EVENTUALIDADES**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para obtenção do título de mestre em Linguística.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Teresa Cristina Wachowicz

CURITIBA
2013

Catálogo na publicação
Fernanda Emanóela Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Rodrigues, Alex de Britto

Uma análise das anáforas associativas baseadas em
eventualidades. / Alex de Britto Rodrigues. – Curitiba, 2013.
118 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Teresa Cristina Wachowicz
Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências
Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Anáfora associativa (Linguística). 2. Língua portuguesa -
Anáfora. 3. Semântica. I. Título.

CDD 410



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS

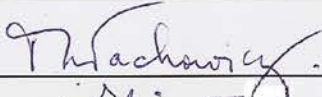
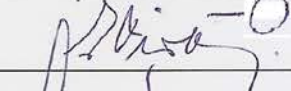
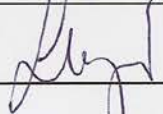
PARECER

Defesa de dissertação do mestrando ALEX DE BRITTO RODRIGUES para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

As abaixo assinadas TERESA CRISTINA WACHOWICZ, EVANI VIOTTI e LÍGIA NEGRI arguíram, nesta data, o candidato, o qual apresentou a dissertação:

“UMA ANÁLISE DAS ANÁFORAS ASSOCIATIVAS BASEADAS EM EVENTUALIDADE”

Procedida a arguição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que o candidato está apto ao título de **Mestre em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	APROVADO Não APROVADO
TERESA CRISTINA WACHOWICZ		A
EVANI VIOTTI		A
LÍGIA NEGRI		A

Curitiba, 21 de fevereiro de 2013


Prof. Dr. Luis Gonçalves Bueno de Camargo
Coordenador



Dr.^a Teresa Cristina Wachowicz


Dr.^a Evani Viotti


Dr.ª Lígia Negri

Alex de Britto Rodrigues

Dedico este trabalho a minha esposa Mariana, presente nos momentos mais exaustivos e complicados; a minha mãe Eleni, que sempre incentivou meu desenvolvimento intelectual; a minha irmã Nícia e a meu cunhado Leandro, que sempre têm estado presentes na minha vida, ajudando-me sempre; e a meu sobrinho afilhado Pedro, que é a parte infantil da minha alegria.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Teresa Cristina Wachowicz, não apenas pela orientação, mas também por todo o incentivo e a motivação acadêmica que empolgam seus orientandos.

Aos professores Renato Miguel Basso e Lígia Negri, pelas contribuições e sugestões.

Aos professores da Pós-Graduação em Letras da UFPR que participaram do meu desenvolvimento acadêmico (Maria Cristina Figueiredo Silva, Maria José Foltran e José Borges Neto), pela ajuda na busca pelos fundamentos que nortearam meus trabalhos na área.

Aos colegas da área, pela troca de informações e experiências.

À CAPES, pela ajuda financeira que possibilitou uma maior dedicação a este trabalho.

One test of a theory would be its degree of fitness in organizing the elements of the data.

Gruber

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar um subtipo das anáforas associativas (AAs) caracterizado por promover relações entre propriedades e participantes de eventualidades. Primeiramente, é levantado um panorama sobre diferentes considerações a respeito do conceito de anáfora a fim de que o fenômeno analisado seja circunscrito e formalmente caracterizado. Desse modo, podemos chegar à definição de que AAs são configuradas por uma expressão definida associada lexicalmente a um antecedente, como no exemplo “A operação foi um sucesso. O cirurgião merece os parabéns”, em que a expressão anafórica “o cirurgião” é associada ao antecedente “a operação”, sendo correspondente a um participante dele, ou seja, “o cirurgião” é um participante da eventualidade “a operação”. A partir disso, um quadro teórico é levantado com o objetivo de elucidar diferentes informações do léxico relacionadas a eventualidades e presentes nas AAs selecionadas. Em tal quadro, abordamos os seguintes componentes: aspecto lexical, estrutura argumental, decomposição verbal, estrutura *qualia* e papéis temáticos. Esses componentes são abordados na medida em que possibilitam o esclarecimento de associações lexicais presentes no fenômeno em questão. Para desenvolvermos a análise, selecionamos um *corpus* de dados concretos que justifica a seleção dos componentes teóricos elencados.

Palavras-chave: Anáfora associativa. Eventualidades. Léxico.

ABSTRACT

This study aims to analyze a subtype of associative anaphora (AA) characterized by promoting relationships between participants and properties of eventualities. First, it is raised an overview of different considerations about the concept of anaphora in order to formally characterize the phenomenon analyzed. Thus, we arrive at a definition of AAs as definite expressions lexically linked to an antecedent, as in "The operation was a success. The surgeon deserves congratulations" in which the anaphoric expression "the surgeon" is associated with the antecedent "the operation", corresponding to a participant of it, i.e., "the surgeon" is a participant in the event "the operation". From this, a theoretical framework is raised in order to elucidate different aspects of lexicon information related to eventualities and to the AAs selected. In this framework, we address the following components: lexical aspect, argument structure, verbal decomposition, *qualia* structure and thematic roles. These components are discussed in so far as they make the clarification of lexical associations present in this phenomenon possible. To develop the analysis, we selected a corpus of real data which justifies the selection of the mentioned theoretical components.

Key-words: Associative anaphora. Eventualities. Lexicon.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 DA ANÁFORA CORREFERENCIAL À ANÁFORA ASSOCIATIVA	14
1.1 ANÁFORA	15
1.1.1 Perspectiva da semântica formal	15
1.1.2 Perspectiva das semânticas dinâmicas.....	21
1.1.3 Questões pragmáticas.....	25
1.1.4 Perspectiva da linguística textual em relação à anáfora	27
1.2 ANÁFORA ASSOCIATIVA	32
1.2.1 Configuração básica de uma expressão anafórica associativa	32
1.2.2 Tipos de associação.....	43
CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	54
2 LÉXICO E EVENTUALIDADE	56
2.1 EVENTOS E EVENTUALIDADES.....	57
2.1.1. O estatuto dos eventos.....	58
2.1.2 Eventualidades e seus participantes	60
2.2 ESTRUTURA ARGUMENTAL.....	63
2.3 DECOMPOSIÇÃO VERBAL E ESTRUTURA DE EVENTO.....	74
2.4 ESTRUTURA <i>QUALIA</i>	82
2.5 PARTICIPANTES E PROPRIEDADES DAS EVENTUALIDADES.....	86
CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	98
3 ANÁLISE DE DADOS.....	100
3.1 AAS QUE RECUPERAM PRIMITIVOS	101
3.2 AAS QUE RECUPERAM PROPRIEDADES COMUNS A TODAS AS EVENTUALIDADES	104
3.3 AAS QUE RECUPERAM PARTICIPANTES	107

3.4 AAS QUE RECUPERAM UM PRIMITIVO OU UM PARTICIPANTE BASEANDO-SE NA ESTRUTURA <i>QUALIA</i>	109
CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	110
CONCLUSÃO	112
REFERÊNCIAS.....	114

INTRODUÇÃO

Objetivamos nesta pesquisa analisar um subtipo das anáforas associativas (AAs), as relacionadas a propriedades de eventualidades, de modo a identificarmos os elementos que garantem as associações lexicais promovidas por esse fenômeno. Em outras palavras, buscamos elucidar o que garante, do ponto de vista semântico-lexical, a configuração dessas AAs. Antes de adentrarmos no percurso deste trabalho e esclarecermos como pretendemos chegar a tal objetivo, convém expor como entendemos o fenômeno a ser analisado.

As AAs são consideradas neste trabalho um subtipo das anáforas indiretas. Estas, sendo um fenômeno mais amplo, apresentam duas características: 1) seu referente é identificado por meio de informações presentes no contexto anterior, o que lhes garante a denominação de “anáforas”; 2) não possuem o mesmo referente de seu antecedente. Vejamos um exemplo de anáfora indireta:

1) O casamento foi lindo. **Ela** estava radiante.

Em 1, como em uma anáfora direta, o referente da expressão anafórica “ela” é identificado em razão da instauração de um antecedente (“o casamento”). Porém, diferentemente de casos envolvendo anáforas diretas, as duas expressões não possuem a mesma referência, ou seja, não denotam a mesma coisa.

As AAs, sendo um fenômeno mais específico, são aquelas expressões que, por meio de *uma associação lexical* com um antecedente, garantem sua definitude, como no exemplo seguinte (traduzido de KLEIBER, 2001, p. 316):

2) Uma velha senhora foi morta. **O assassino** não foi encontrado.¹

Nesse exemplo, a expressão “o assassino” é definida em razão de sua relação com “morta”.

Ao afirmarmos que a expressão anafórica associativa é definida e estabelecida por meio de uma associação lexical, ancoramos nosso trabalho em uma perspectiva que se atém a questões semânticas (CHIERCHIA, 1995; KLEIBER,

¹ Une vieille dame a été assassinée. **Le meurtrier** n’a pas été retrouvé.

2001; KORZEN; BUCH-KROMANN, 2011), não sendo a única que trata desse fenômeno. É essa perspectiva que guiará o desenvolvimento de nosso quadro teórico e a nossa análise.

Com o objetivo de chegar à caracterização das AAs tal como as entendemos, e do subtipo dessas anáforas analisado por nós (aquelas que envolvem eventualidades), partimos de uma noção mais geral de anáfora, que, como diz Ilari (2005, p. 103), “é título genérico para um grande emaranhado de problemas”, tendo ciência de que não há acordo sobre todas as propriedades que caracterizam esse fenômeno. Visando a isso, o *capítulo 1* apresenta um panorama de perspectivas e concepções a respeito das anáforas, considerando desde discussões envolvendo o conceito de referência até abordagens que levam em conta propriedades lexicais. Não é o objetivo desse capítulo delimitar a perspectiva teórica em que nos baseamos, mas, sim, traçar um quadro geral das abordagens e caracterizações do fenômeno. Assim, visamos a chegar à configuração das expressões anafóricas associativas e à delimitação de nosso objeto de análise partindo do que já foi apontado na literatura. O caminho percorrido nesse panorama, portanto, permite-nos ter uma dimensão epistemológica geral e definir as perspectivas com as quais a nossa dialoga ou se contrapõe. Além disso, estabeleceremos, com base em discussões nesse panorama, a configuração formal do fenômeno analisado.

Começamos a considerar, então, a visão da semântica formal, em que o conceito de *referência*, central em uma formulação básica de anáfora, foi desenvolvido. Duas outras perspectivas, uma com origem na semântica formal e outra se opondo a ela, são consideradas na sequência desse panorama: a das semânticas dinâmicas e a da linguística textual. Essas duas perspectivas, uma formal e outra funcional, respectivamente, preocupam-se com a dinâmica textual, dando atenção a relações externas às sentenças. Mesmo nossa perspectiva sendo formal, como será visto no capítulo 2, a menção à linguística textual nesse panorama deve-se ao fato de que ela tem buscado exaustivamente o levantamento de diversas propriedades das anáforas, diferentemente das outras abordagens. Por outro lado, muitas dessas propriedades não nos interessam diretamente (como as que envolvem uma dimensão sociodiscursiva), pois, por estarmos vinculados a uma perspectiva formal, nosso intuito é nos focarmos no “como” e não no “porquê” dos fenômenos. Ao mencionarmos essas perspectivas, apresentaremos diferentes

considerações sobre as anáforas, e sobre as AAs em particular, chegando, finalmente, ao modo como compreendemos o fenômeno, o que nos possibilita definir um recorte de nosso objeto de análise, correspondente às AAs cujas associações se baseiam em eventualidades.

Com nosso objeto de estudo definido e delimitado, apresentamos, no *capítulo 2*, um quadro teórico que nos permite identificar algumas informações semânticas que relacionam uma expressão anafórica associativa a seu antecedente. A delimitação desse quadro teórico é orientada pelo objetivo de elucidar propriedades do subtipo das AAs selecionado por nós. Para isso, discutimos, primeiramente, os conceitos de “evento” e “eventualidade”, desenvolvidos na filosofia da linguagem e trabalhados na semântica. De um modo simplificado, tais conceitos consistem em entidades denotadas pelos verbos, sendo que cada verbo denota um tipo de eventualidade (ou classe aspectual). Na sequência, levamos em conta discussões a respeito da relação entre o léxico e as eventualidades, o que envolve as propriedades dos predicados verbais, a projeção de argumentos, a participação desses argumentos na eventualidade denotada pelos verbos e o acionamento da estrutura *qualia* de alguns nomes quando uma eventualidade é implicada. À medida que esse quadro é exposto, algumas considerações a respeito das AAs são feitas para que o recorte teórico seja justificado e a análise de nosso *corpus* realizada no capítulo subsequente seja delineada.

No *terceiro capítulo*, analisamos dados, verificando quais elementos discutidos no capítulo anterior são verificáveis no fenômeno analisado. Mais do que identificar algumas relações lexicais promovidas por essas AAs, esse capítulo aponta uma maneira de justificarmos a teorização apresentada anteriormente. Em outros termos, esse capítulo pode ser visto de dois modos, que seguem vias inversas: um busca elucidar algumas propriedades de algumas AAs com base no quadro teórico; o outro demonstra como essas AAs funcionam como um teste para justificarmos os elementos discutidos nesse quadro, pois esse fenômeno se mostra sensível a eles.

Entendemos que dados produzidos são úteis para filtrar aspectos que não desejamos analisar, mas optamos por analisar dados concretos para evitarmos um reducionismo a intuições próprias, mesmo que fatores extralinguísticos possam interferir em interpretações. Portanto, mesmo organizando os dados buscando orientar-nos por propriedades discutidas no capítulo 2, assumimos o risco de

trabalharmos com um fenômeno cuja complexidade promove várias discordâncias. Por outro lado, alguns cotejos com dados produzidos são realizados para testarmos alguns limites das observações feitas nas análises.

1 DA ANÁFORA CORREFERENCIAL À ANÁFORA ASSOCIATIVA

Em uma caracterização básica e provisória da anáfora, podemos dizer que ela consiste em uma expressão, dita anafórica, que tem sua interpretação dependente de outra expressão, dita antecedente, introduzida anteriormente no discurso. Porém, pelo menos duas propriedades encontradas em ocorrências denominadas, na literatura, de “anáfora” indicam que o fenômeno é mais complexo do que sugere essa noção inicial: primeiro, a relação entre as duas expressões não se limita à dependência referencial; segundo, a dependência referencial do anafórico em relação ao antecedente, condição necessária para que ocorra o fenômeno, nem sempre ocorre por correferencialidade, isto é, nem sempre ambas as expressões têm a mesma referência.

Sobre a primeira propriedade, essa relação entre anafórico e antecedente opera elementos nos níveis semântico, sintático, discursivo e pragmático, sendo o nível léxico-semântico o investigado neste trabalho. A segunda diz respeito à possibilidade de uma expressão anafórica não possuir o mesmo referente de seu antecedente, que é o caso das anáforas associativas (AAs), objeto analisado por nós. A seguir, apresentaremos o fenômeno da anáfora desde sua concepção básica (envolvendo correferencialidade) até o conceito de anáfora associativa (envolvendo associações semânticas).

Essa caracterização é feita partindo-se de um panorama amplo, em que diferentes perspectivas contribuíram para que diversas nuances fossem reveladas. Essas diferentes perspectivas, nem sempre complementares em razão de pressupostos conflitantes, são evocadas para atender ao objetivo de apresentar um quadro geral do objeto estudado e das considerações a respeito dele, não sendo tratadas de modo profundo. Com base nessa exposição, poderemos indicar como nossa compreensão desse fenômeno, a ser mais bem definida no decorrer deste capítulo, dialoga com a literatura sobre o assunto, seja concordando com algumas perspectivas, seja se opondo a outras. Questões teóricas a que este trabalho se vincula são tratadas de modo mais profundo no segundo capítulo.

1.1 ANÁFORA

Como o objetivo desta seção é apresentar de modo amplo o fenômeno da anáfora, é pertinente começarmos com a explanação de um conceito central em sua constituição: a referência. Portanto, partiremos do tratamento desse conceito, trabalhado na tradição lógico-filosófica que deu origem à semântica formal. Posteriormente, mostraremos, de modo sucinto, como a anáfora é trabalhada em uma abordagem derivada dessa teoria, a das semânticas dinâmicas. Mencionaremos, na sequência, uma perspectiva alternativa, de cunho funcional, que é a da Linguística Textual. A menção dessas teorias permite-nos ter uma dimensão das considerações e descrições feitas sobre as anáforas. Além disso, mesmo que propriedades diferentes sejam evocadas por essas perspectivas, questões semânticas são consideradas por todas, o que é diretamente relevante para nosso trabalho.

Embora não seja fundamentado diretamente em nenhuma das vertentes teóricas mencionadas (semântica formal, semânticas dinâmicas e linguística textual), este trabalho compartilha algumas considerações relacionadas a elas, sobretudo a respeito da formalização proposta pelas perspectivas decorrentes da semântica formal para a descrição de uma expressão anafórica, principalmente no que diz respeito a uma dimensão não apenas referencialista.

1.1.1 Perspectiva da semântica formal

Partindo de uma perspectiva da semântica formal, o conceito de anáfora é aproximado ao de dêixis de tal modo que os dois não apresentam diferenças relevantes. Tanto a anáfora como a dêixis são vistas como um processo de preenchimento de uma variável por meio de um referente, ou seja, um processo que trata da determinação de um referente para uma dada expressão.

A referência dos pronomes, mesmo os pronomes não sendo de interesse direto para este trabalho, serve como ponto de partida para essa discussão. Um pronome com uso dêitico recebe sua referência de um contexto extralinguístico, enquanto um pronome com uso anafórico recebe sua referência de outro segmento prévio no texto. Essa diferença é reconhecida em um primeiro nível de análise, mas

é descartada por uma abstração que reconhece os dois processos como uma só estratégia. Nos termos de Heim e Kratzer:

Como semanticistas, nós abstraímos as estratégias de determinação de referência e as condições que elas requerem para funcionar. Nós temos por garantido que, onde elas se aplicam com sucesso, o pronome denota um indivíduo único. Nesse sentido, não há diferença entre anáfora e dêixis (1998, p. 240, tradução nossa)².

Portanto, em um estágio de análise referencial, e na perspectiva da semântica formal, a diferença entre os dois conceitos não é considerada. Mais adiante, quando mencionarmos desdobramentos da semântica formal, voltaremos a comentar sobre essa diferença. Essa perspectiva teórica não é a base para a fundamentação deste trabalho; porém, ela circunscreve as abordagens a respeito da anáfora por desenvolver uma discussão a respeito do conceito de *referência*, que é nosso ponto de partida para a caracterização desse fenômeno.

1.1.1.1 Referência e sentido

O conceito de referência foi discutido em trabalhos de lógicos e filósofos da linguagem preocupados com a relação entre linguagem e mundo. Entre esses trabalhos, que deram origem à semântica formal, podemos citar os de Tarski (1944), Carnap (1956), Montague (1970), Frege (1978), entre outros. Para Frege (1978), a *referência*, juntamente com o *sentido* e a *representação*³, são conceitos que permitem esclarecer essa relação. Tratando da igualdade entre duas expressões definidas (ou “sinais”, nos termos do autor, tratados como “nomes próprios” – usarei, por enquanto, indistintamente, essas designações), o filósofo afirma que, do ponto de vista da referência, a igualdade $a = b$ equivale à igualdade $a = a$, caso a primeira igualdade seja verdadeira. Tanto **a** quanto **b** se referem à mesma coisa no mundo, e a diferença entre as duas igualdades está no modo como a relação é apresentada: em $a = a$, a igualdade entre uma coisa e ela mesma é comum a todas as coisas,

² “as semanticists, we abstract away from the strategies of reference resolution and the conditions they require to succeed. We take for granted that where they do apply successfully, the pronoun denotes a unique individual. In this respect, there is no difference, between anaphora and deixis”.

³ O termo “representação” está de acordo com a tradução de 1978 e não se relaciona com o conceito de representação tratado na semântica. Pelo contrário, no sentido fregueano, esse termo diz respeito a algo que não interessa a um semanticista, já que se trata de algo individual e não universal ou abstrato.

sendo determinada *a priori* e, por isso, denominada de “analítica”; já em $a = b$, a igualdade não pode ser determinada por um conhecimento *a priori* e não recai na igualdade entre duas coisas distintas, mas, sim, na igualdade entre os sinais.

Dois sinais, então, podem se referir a mesma coisa, ou seja, dois sinais podem apresentar a mesma coisa, mas de maneiras diferentes, pois são sinais diferentes. Essas diferentes maneiras de designar algo são denominadas por Frege (1978, p. 62) de “sentido”. Cada sinal, portanto, tem um sentido próprio, mesmo que possua a mesma referência de outro sinal. O sentido é compartilhado por todos os falantes de uma língua familiarizados com ele, ou seja, faz parte de um sistema linguístico. Porém, cada falante apreende uma expressão de uma maneira diferente, isto é, cada falante possui uma “representação” própria.

Por a representação ser de caráter individual, ela não costuma interessar (pelo menos diretamente) aos linguistas, ao contrário do sentido, correspondente à informação que um dado sinal, expressão, possui. A natureza do conceito de *referência* também não interessa diretamente aos linguistas, pois ele se relaciona, como já dito, ao que é externo à linguagem, às coisas no mundo, sendo objeto de análise dos filósofos preocupados com ontologia. Porém, por mais que um linguista se atenha ao sentido, a referência é de alguma maneira considerada, mesmo que pressuposta. Se um sentido é o modo pelo qual uma expressão apresenta um objeto ou um evento, e o linguista se preocupa com esse modo de apresentação, é pressuposto que algo é apresentado. Portanto, o que nos interessa, como linguistas, é o modo como uma expressão apresenta um objeto ou um evento. Como será comentado mais adiante, também é possível que um sinal tenha sentido, mas não tenha referência.

O clássico exemplo de Frege a respeito da equivalência entre as expressões “Estrela da Manhã” e “Estrela da Tarde” esclarece seu ponto de vista. Os dois sinais possuem a mesma referência, ou seja, apresentam o mesmo objeto. Acreditava-se que para cada uma das expressões havia uma referência diferente; posteriormente, descobriu-se que elas se referiam à mesma coisa (Vênus). Essa constatação é relevante para uma representação e para um conhecimento de mundo, assuntos tratados por filósofos, ao passo que, para um linguista, o que interessa é *como* expressões do tipo “Estrela da Manhã” e “Estrela da Tarde” apresentam determinada referência.

Frege (1978, p. 67) também emprega os conceitos de referência e sentido na discussão sobre sentenças. A referência de uma sentença é seu valor de verdade, que, obviamente, assim como a referência de um nome próprio, depende do que é verificado no mundo. Já o sentido de uma sentença é o seu pensamento. Vejamos, a seguir, as sentenças elaboradas pelo autor para exemplificar o emprego dos conceitos mencionados:

1) A Estrela da Manhã é um corpo iluminado pelo Sol.

2) A Estrela da Tarde é um corpo iluminado pelo Sol.

Ambas as sentenças possuem o mesmo valor de verdade, pois as expressões que as diferenciam possuem a mesma referência. Porém, as duas sentenças possuem pensamentos distintos em razão da diferença entre os sentidos de “Estrela da Manhã” e “Estrela da Tarde”. Com esse exemplo, vemos que o sentido é independente da referência: há **um** sentido para **cada** expressão ou para **cada** sentença, mas não há necessariamente uma referência para cada sentido. Até mesmo expressões sem referência possuem sentidos. São exemplos dessas expressões nomes fictícios ou de seres mitológicos (que até poderiam ser considerados com referência em um mundo diferente do real, mas essa discussão não cabe a nós) ou, ainda, expressões formadas com o quantificador “nenhum” (“nenhum ser vivo”, “nenhuma ideia”).

O pressuposto de que uma determinada língua seja utilizada para falar sobre coisas no mundo, externas a ela, como entidades, eventos e propriedades, é central para a semântica formal. Contudo, não interessa a um semanticista a natureza da referência ou do valor de verdade; o que interessa são as condições para que uma sentença seja verdadeira. Da mesma maneira, não interessa se um objeto a que um nome se refere realmente existe no mundo, mas, sim, as condições de verdade para sua existência. Esse conhecimento sobre as condições de verdade de uma sentença é semântico, sendo, portanto, determinado e estruturado linguisticamente.

1.1.1.2 A diferença entre dêixis e anáfora

A determinação da referência depende de um contexto de enunciação, pois somente assim uma expressão pode corresponder ao que Frege chama de “sinal”. Essa determinação pode ocorrer por meio de um dêitico ou de um anafórico. Em uma diferenciação simples, na anáfora, o referente é buscado no material linguístico do discurso prévio, ao passo que, na dêixis, o referente é buscado no contexto (extralinguístico) de percepção e na memória do receptor.

Como já dito, para um semanticista formal, a diferença entre os dois conceitos costuma ser considerada irrelevante. Na definição apresentada por Lyons (1978, p. 637), dêixis é

a localização e a identificação de pessoas, objetos, eventos, processos e atividades sobre os quais se está falando, ou às quais se está se referindo, em relação ao contexto espaciotemporal criado e sustentado pelo ato de fala e pela participação nele, tipicamente, de um falante dirigindo-se pelo menos a um receptor. (tradução nossa).⁴

Essa definição descreve tanto a anáfora quanto a dêixis, sendo dêixis considerada, pelo autor, o fenômeno geral. Unificados em um mesmo procedimento semântico, anáfora e dêixis requerem que o referente de uma expressão seja identificado por meio de algo apresentado no contexto (linguístico ou não) e representado mentalmente pelo ouvinte como um *antecedente* (cf. RECANATI, 2005).

Nessa perspectiva, o termo “antecedente” é usado não apenas para indicar um material linguístico posto anteriormente no discurso (caso da anáfora), mas também algo identificado no contexto espaciotemporal ou na memória do ouvinte (caso da dêixis). Se os dois modos de buscar um referente correspondem ao mesmo procedimento semântico, de instauração de referentes no discurso, e se a diferença entre anáfora e dêixis consiste no modo como o antecedente é processado pelo ouvinte, essa diferença diz respeito apenas ao processamento cognitivo, não às condições de verdade. Porém, as especificidades da anáfora nem sempre se mostram como irrelevantes semanticamente.

⁴ the location and identification of persons, objects, events, processes and activities being talked about, or referred to, in relation to the spatiotemporal context created and sustained by the act of utterance and the participation in it, typically, of a speaker and at least one addressee.

Heim e Kratzer (1998, p. 241), tratando das anáforas pronominais, mesmo esclarecendo que, a respeito da determinação da referência, anáfora e dêixis não apresentam diferenças fundamentais, afirmam que, quando o pronome anafórico não denota um único indivíduo (como em “Todo homem coloca uma tela na frente dele”, em que “ele”, assim como “todo homem”, não é referencial), a relação anafórica é mais bem tratada como *bound variable*, configurando uma peculiaridade das anáforas pronominais em relação à dêixis pronominal. As autoras resumem essa discussão da seguinte maneira:

a categoria descritiva de usos “anafóricos” de pronomes parece servir para dois grupos semânticos diferentes: usos de *bound variables* e usos de correferenciação. A taxonomia tradicional “anafórico” versus “dêitico” não considera essa importante distinção semântica. Em vez disso, foca-se na subdivisão de usos de referenciação, que parece ser mais relevante para a teoria de uso da linguagem (processamento)⁵ do que para a teoria da gramática (semântica e sintaxe). (tradução nossa)⁶

Um ponto tratado por Heim e Kratzer que vai ao encontro do nosso trabalho, mesmo que essas autoras se foquem em anáforas pronominais, é a consideração de peculiaridades semânticas da anáfora que vão além da consideração sobre a instauração de referentes. A possibilidade, apresentada por Heim e Kratzer, de um pronome funcionar como anafórico correferencial ou como *bound variables* não possui um paralelo com a dêixis. Isso ocorre porque o princípio da composicionalidade está em operação. Esse princípio, atribuído a Frege (cf. HINTIKKA 1984; HAUGELAND, 1979), afirma que o significado de uma expressão complexa é uma função dos significados das suas expressões constituintes. Desse modo, no exemplo de Heim e Kratzer “Todo homem coloca uma tela na frente dele”, o significado de “ele” não é simplesmente determinado pela instauração de um referente, mas pela composição dentro da sentença. Não é nosso objetivo trabalharmos com esse tipo de anáfora; sua menção é feita apenas para deixar claro que, no desenvolvimento da semântica formal, algumas especificidades das anáforas foram atestadas como relevantes, mas com considerações que vão além do que o termo “anáfora” tradicionalmente compreende.

⁵ A teoria de uso e processamento da linguagem é relacionada a estudos como os da linguística textual, cuja perspectiva é diferente da nossa, mas é comentada adiante em razão de seu peso na literatura sobre anáfora e de nosso objetivo de traçar um panorama geral desse fenômeno.

⁶ the descriptive category of “anaphoric” uses of pronouns appears to fall into two semantically rather different groups: *bound-variable* uses and *(co-)referring* uses. The traditional taxonomy “anaphoric” versus “deictic” disregards this important semantic distinction. Instead, it focuses on a subdivision within the class of referring uses, which seems to be more relevant to the theory of language use (processing) than to the theory of grammar (semantics and syntax).

A diferença entre dêixis e anáfora, portanto, pode ser mantida na medida em que reconhecemos que elas não se esgotam no processo de preenchimento de variáveis e referência, configurando também processos semânticos e sintáticos. Desse modo, as especificidades da anáfora, que tem a variável preenchida por meio de um antecedente no discurso, e da dêixis, que promove esse preenchimento por meio do contexto (perceptual ou não), mesmo que comumente dispensadas em certo nível de observação, serão consideradas aqui pelo motivo de que anáforas operam relações formais próprias, especialmente as anáforas não correferenciais, analisadas por nós.

1.1.2 Perspectiva das semânticas dinâmicas

Na perspectiva da semântica formal, as considerações giram em torno de relações internas a sentenças. No entanto, alguns desdobramentos dessa perspectiva tornaram produtivas análises de relações entre sentenças, sobretudo no que corresponde a relações anafóricas. Um desses desdobramentos é a Teoria da Representação Discursiva (*Discourse Representation Theory – DRT*)⁷, proposta por Kamp (1981), em que é incluído na abordagem da semântica formal um nível de representações (estruturas de representação discursiva). Os princípios dessa vertente teórica que nos interessam diretamente são: a) o valor semântico básico de uma expressão linguística engloba, além do conteúdo correspondente às condições de verdade, o papel desse conteúdo para atualizar a informação compartilhada; b) a pressuposição está presente no conteúdo básico de algumas expressões; c) os determinantes definidos e indefinidos introduzem variáveis, cada um do seu modo (cf. OLIVEIRA, 2009; CHIERCHIA, 1995). As abordagens dessa teoria em relação às anáforas pronominais dão conta de uma série de problemas⁸, mas nos focaremos, aqui, nas anáforas nominais.

A respeito do primeiro princípio, consideremos a seguinte sequência apresentada por Chierchia (1995, p. 11):

⁷ Considera-se que a teoria denominada Semântica de Mudança de Arquivo (*File Change Semantics – FCS*), elaborada por Heim (1989), é muito parecida com a DRT. Os princípios gerais apresentados aqui servem para ambas as teorias, denominadas “semânticas dinâmicas”. A abordagem de Chierchia (1995), autor que vem sendo citado, utiliza proposições das duas teorias.

⁸ Como as anáforas *donkey* e os “pronomes preguiçosos” (*pronouns of laziness*) (cf. CHIERCHIA, 1995, p. 15).

3) Um homem entrou. Ele estava usando um chapéu.⁹ (tradução nossa)

Uma primeira representação dessa sequência discursiva é dada a seguir:

4) $\text{homem}(x) \wedge \text{entrou}(x) \wedge \text{chapéu}(y) \wedge \text{usar}(x, y)$

Essa representação, que considera a associação do pronome “ele” e do sintagma “Um homem” com a mesma variável, baseia-se no princípio de que a sequência discursiva é interpretada composicionalmente, isto é, não interpretações totalmente independentes de cada sentença. A respeito do sintagma indefinido “Um homem”, Chierchia (1995, p. 12) afirma que o artigo indefinido funciona como um quantificador existencial que opera globalmente na sequência discursiva, ligando todas as variáveis associadas a ele. Disso resulta a representação final a seguir, derivada da interpretação composta das duas sentenças em 3:

5) $\exists x, y [\text{homem}(x) \wedge \text{entrou}(x) \wedge \text{chapéu}(y) \wedge \text{usar}(x, y)]$

Chierchia (1995, p. 12) demonstra, desse modo, o fato de sintagmas indefinidos poderem estabelecer conexões através de sequências discursivas.

Assume-se que sintagmas indefinidos introduzem algo novo, ao passo que sintagmas definidos não. Nos sintagmas definidos há a pressuposição de que o referente já é familiar, sendo esse sintagma uma anáfora ou um dêitico. Vejamos alguns exemplos para elucidar essa questão:

6) Veja, a mesa está suja.

7) O presidente fará um pronunciamento.

8) Um garoto viu um homem. O homem carregava uma arma.

Em 6, o sintagma definido “a mesa” pressupõe o reconhecimento do referente, isto é, que ele seja tido como garantido. Nesse caso, o referente é recuperado deiticamente por meio do contexto espacial e por algum ato como um gesto que aponte para a mesa. Em 7, novamente o sintagma “o presidente” pressupõe o referente como garantido; porém, se considerássemos um contexto

⁹ A man walked in. He was wearing a hat.

para 8 em que não houvesse um fundo conversacional compartilhado, isto é, em que os interlocutores não compartilhassem a informação pressuposta, essa pressuposição passaria a existir, sendo *acomodada* (cf. HEIM, 1989). Por mais que haja implicações pragmáticas nessas observações, o que nos interessa é a semântica de um sintagma definido, que envolve pressuposição.

Em 8, em que temos um caso de anáfora, a informação do referente de “o homem” está presente na primeira sentença, o que neutraliza a pressuposição (já que a informação que seria pressuposta está explicitada). Na perspectiva teórica apresentada, as duas sentenças em 8 correspondem a uma sequência discursiva, como já demonstrado em 4. Vejamos a seguinte representação:

$$9) \exists x,y,z [\text{garoto}(x) \wedge \text{homem}(y) \wedge \text{arma}(z) \wedge \text{carregava}(y,z) \wedge \text{viu}(x,y)]$$

A sequência em 8 apresenta uma atualização, não capturada em 9, em que, primeiramente, há um contexto e a primeira sentença, e, posteriormente, a segunda sentença é somada ao conjunto. Essa atualização é adequadamente mostrada a seguir:

$$10) ((c + P) + Q)$$

Nessa representação, *c* é o contexto a que uma proposição *P* se liga. Posteriormente, a proposição *Q* é adicionada. O resultado da leitura global em 9, portanto, precisa passar por essa atualização. Além disso, precisa haver a ligação anafórica, o que 9 também não contempla.

De acordo com Chiechia (1995), um sintagma definido pode carregar vários índices anafóricos. Esses índices são como pronomes nulos que são interpretados como argumentos da função que constitui a interpretação de um sintagma definido. Um sintagma definido, na sua condição de função, corresponde à propriedade de possuir uma variável, que é seu índice anafórico, a ser preenchida no contexto. Portanto, ser uma função e possuir um índice anafórico decorrem de o sintagma nominal ser definido. A exata natureza do índice anafórico depende da estrutura do núcleo do sintagma nominal. “Por exemplo, alguns deles podem ser argumentos implícitos do núcleo nominal (como com nomes relacionais do tipo ‘mãe’ e ‘autor’). Outros podem ser adjuntos implícitos, possivelmente licenciados pelo determinante

definido”¹⁰ (CHIECHIA, 1995, p. 222, tradução nossa). Em outros termos, a relação entre o antecedente e uma expressão definida anafórica depende da estrutura desta última, e essa noção é compartilhada por nós da definição do objeto a ser aqui analisado.

Com a exposição feita até o momento, as características gerais de uma anáfora podem ser delineadas. Para que uma anáfora seja constituída, é necessário que: a) uma expressão, dita anafórica, seja definida (como um pronome ou um sintagma definido); b) essa expressão pressuponha que seu referente já seja garantido no fundo conversacional compartilhado (excluindo casos de leituras genéricas de expressões formadas, por exemplo, com artigo definido); c) essa expressão definida tenha um índice anafórico que a ligue com um antecedente; d) que haja alguma característica nessa expressão que permita essa ligação e caracterize esse índice, como um adjunto ou uma informação lexical. Assim, mostramos que a forma como apreendemos o fenômeno das anáforas compartilha fundamentos com a perspectiva descrita.

Interessam-nos, aqui, somente as expressões anafóricas nominais, pois são relações lexicais que serão investigadas. Pelo mesmo motivo, não nos interessam expressões nominais definidas cujo índice anafórico seja caracterizado por algum adjunto pronominal, como em expressões do tipo “a mãe dele”, “o seu pai”, “esse menino”. Desse modo, definimos formalmente a configuração do objeto analisado com base em seu valor semântico: *uma expressão definida cujo índice anafórico seja estabelecido lexicalmente*.

Para a abordagem das semânticas dinâmicas, o que interessa é o fluxo de significado com atualização do contexto, resultando em uma significação global que envolve porções discursivas, indo além dos limites da sentença. Os elementos observados nessa abordagem, considerados, antes, apenas pela pragmática e outras abordagens textuais e discursivas, passaram a ser vistos como objeto da semântica, como

certos aspectos do uso da linguagem [que] entram diretamente na composição principal do sistema semântico. [...] A questão é simplesmente que a visão sobre o significado como mudança de contexto clama que certos aspectos de interpretação considerados até então como essencialmente pragmáticos são mais bem considerados como parte do

¹⁰ For example, some of them may be implicit arguments of the head noun (as with relational nouns like mother or author). Others may be implicit adjuncts, possibly licensed by the definite determiner *the*.

cálculo que estrutura recursivamente os valores semânticos das expressões.¹¹ (CHIERCHIA, 1995, xiii, tradução nossa).

Desse modo, uma dimensão que seria textual é formalizada como objeto da semântica. Essa abordagem procura se ater às relações semânticas que se projetam no discurso, o que sugere uma compatibilidade entre abordagens do valor semântico do léxico e abordagens do texto. Essa compatibilidade já foi atestada por Asher e Pustejovsky (ASHER; PUSTEJOVSKY, 2000); e como afirma Oliveira (2009, p. 250) após comparar abordagens da semântica dinâmica, “Porque se semantizam aspectos antes relegados à pragmática, as pressuposições tornam-se decorrentes da semântica do item lexical”. Essa afirmação nos interessa diretamente, pois o fenômeno estudado por nós corresponde a relações entre itens lexicais.

1.1.3 Questões pragmáticas

Mesmo que nosso foco seja semântico, não é tirado o mérito da pragmática. Nenhuma das abordagens citadas visa a dar conta de dois conceitos que aparecem na configuração das anáforas: inferência e saliência. Esses dois conceitos, mesmo não sendo nosso objetivo tratá-los em detalhes, por receberem algumas restrições semânticas, devem ser mencionados.

De acordo com Lewis (1979, p. 178), *saliência* é um conceito presente no modo como uma expressão definida adquire seu referente, em que essa expressão denota “x” se e somente se “x” é o referente mais saliente no domínio do discurso, de acordo com uma hierarquia de saliência contextualmente determinada. O contexto apresenta o referente mais saliente para a expressão definida, isto é, apresenta o referente adequado e acessível mais próximo, podendo esse contexto ser linguístico ou situacional. O grau de saliência de um referente é requisitado pelas propriedades semânticas da expressão referencial. Os diferentes determinantes e pronomes codificam, como parte de seus significados, a informação que o falante assume sobre o *status* cognitivo de um referente na mente do interlocutor.

¹¹ certain aspects of language use enter directly into the compositional core of a semantic system. [...] The point is simply that the view of meaning as context change claims that certain aspects of interpretation viewed so far as essentially pragmatic are best regarded as part of the calculus that builds up recursively the semantic values of expressions.

As diferentes saliências dos referentes exigidas pelas expressões referenciais são organizadas hierarquicamente do seguinte modo (cf. GUNDEL et al., 1993): em foco > ativado > familiar > identificável como único > referencial > tipo identificável. Esses níveis de saliência correspondem às exigências referenciais, respectivamente, das expressões: “isso”, “ele” > “este”, “esse”, “esse N” > “aquele N” > “Art. Def. N” > “indefinido esse N” > “Art. Indef. N”.

Da esquerda para direita, as expressões são menos restritivas, ou seja, as restrições de saliência maiores são para expressões como “ele”, cujo referente precisa ser o foco de atenção; e são menores para expressões como “Art. Indef. N”, que apenas indica o tipo do referente, como, por exemplo, a expressão “um livro novo”, dita quando é esperado apenas que o interlocutor identifique o tipo do referente, que é um livro e é novo, sem identificar o referente propriamente dito.

Não é nosso objetivo analisar todos os tipos de expressão, mas sim apenas observar que expressões como “Art. Def. N”, ou seja, sintagmas nominais definidos, exigem um referente identificável como único e associável com N. Uma expressão como “esse N”, isto é, um sintagma nominal demonstrativo, é mais restritivo, pois exige que o referente esteja representado na memória, que seja familiar, e essa familiaridade é “apontada” pelo demonstrativo, como se este indicasse o referente conhecido¹², ao contrário do artigo definido, que apenas indica a unicidade do referente, deixando para o núcleo nominal a precisão desse referente. Em outras palavras, um sintagma nominal demonstrativo (daqui em diante, tratado apenas como sintagma demonstrativo) precisa de um referente mais saliente que um sintagma definido formado com artigo definido (daqui em diante, tratado apenas como sintagma definido). Assim, apenas sintagmas definidos corresponderiam ao objeto de análise deste trabalho, já que essas expressões pressupõem a precisão da identificação dos seus referentes por meio de uma relação lexical.¹³

Outro conceito tratado pela pragmática e que se relaciona com a semântica das expressões anafóricas é a *inferência*. Se uma expressão definida pressupõe que seu referente é conhecido, o falante precisa inferi-lo. Esse processo depende da

¹² Aqui estamos considerando o uso mais comum do demonstrativo. Há casos em que ele parece funcionar de modo diferente, o que será discutido, sem nos aprofundarmos, na sequência deste capítulo.

¹³ Halliday e Hasan (1976, p. 71) chegam à mesma conclusão utilizando uma argumentação semelhante. Porém, por esses autores estarem relacionados à linguística textual (mesmo se identificando mais com a primeira fase dessa área do que com o panorama atual dela), serão mencionados posteriormente, quando estivermos comentando sobre a configuração das AAs.

saliência exigida pela expressão e do contexto a que o interlocutor tem acesso. Quando a expressão referencial é, por exemplo, um pronome, o interlocutor precisa inferir do contexto imediato um referente que esteja em foco, normalmente encontrado em um segmento linguístico imediatamente anterior; caso a expressão seja um sintagma definido, então o falante precisa fazer uma inferência com base na identidade lexical do núcleo do sintagma com o antecedente. Todas as anáforas exigem um tipo de inferência, e cada tipo de inferência demanda um esforço cognitivo diferente, a depender do grau de saliência apresentado pelo antecedente e exigido para expressão anafórica.

Essas questões pragmáticas citadas aqui elucidam que, ao nos atermos a questões semânticas, não estamos afirmando que apenas estas estão envolvidas no fenômeno da anáfora. Além disso, essas questões pragmáticas se relacionam diretamente com questões semânticas, marcando o limite entre pragmática e semântica no tratamento das anáforas.

Outras abordagens, de linha funcional, como a da linguística textual, procuram considerar o fenômeno em questão em diferentes níveis, como o sociodiscursivo. A seguir, veremos brevemente como a linguística textual busca estabelecer o que são as anáforas.

1.1.4 Perspectiva da linguística textual em relação à anáfora

Entre as outras perspectivas teóricas que abordam o fenômeno da anáfora, destaca-se a dos estudos textuais. O interesse dessa perspectiva por esse fenômeno se explica pela sua participação em processos básicos de coesão textual e manutenção de informação. Convém, então, mencionar as considerações dessa perspectiva para finalizarmos o quadro geral sobre a descrição do fenômeno e os tratamentos dele.

A abordagem atual da linguística textual visa a responder como ocorre a manutenção, promovida pelos interlocutores, do referente ou do fluxo informacional (cf. BASSO, 2009, p. 51). Contrapondo-se às considerações de base fregeana, essa perspectiva vai muito além de considerar o processo de preenchimento de variáveis e as relações linguísticas concernentes à anáfora, cunhando a ideia de que

referência é, sobretudo, um problema que diz respeito às operações efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve; e que o discurso constrói os 'objetos' a que faz remissão ('objetos de discurso'), ao mesmo tempo que é tributário dessa construção. (KOCH, 2006, p. xv)

A perspectiva textual, pelo seu caráter funcionalista, procura dar relevância a questões extralinguísticas, em um nível de processamento sociocognitivo e discursivo. Citando diversos autores fundadores da linguística textual, Koch (2008, p. 11) comenta que já na criação dessa teoria é afirmado que o texto deveria ser abordado pragmaticamente, e isso determinaria as escolhas sintáticas e semânticas do sujeito. Dentro dessa orientação teórica, o texto é visto como processo ou “atividade socio-cognitivo-interacional” (KOCH, 2008, p. 11), em que os sujeitos operam sobre o material linguístico disponível. As regularidades linguísticas são explicadas em função desse processo, não sendo tratadas como parte de um sistema, mas, sim, como resultado da atividade do falante. Isso explica o interesse da linguística textual pela descrição de vários tipos de anáfora, pois cada tipo é determinado por um procedimento discursivo diferente, isto é, possui uma função específica desempenhada no discurso.

O conceito de referência passa a ser reformulado. O pressuposto de que a referência existe externa à língua é abandonado: em vez de serem assumidos objetos no mundo, é postulado que os objetos são criação do próprio discurso. Por meio do processo denominado “referenciação” ocorre a retomada ou a atualização desses objetos, contribuindo para o fluxo informacional. “A informação semântica contida no texto distribui-se, como se sabe, em (pelo menos) dois grandes blocos: o *dado* e o *novo*, cuja disposição e dosagem interferem na construção do sentido.” (KOCH, 2002, p. 28, grifos da autora). Desse modo, a remissão textual permite a ancoragem em uma informação dada e, com isso, mediante a introdução da informação nova, opera-se a progressão textual. Nessa progressão, a referenciação ocorre sob a forma de instauração e atualização de referentes, formando *cadeias referenciais*.

Esse processo referencial de retomada utiliza-se de expressões referenciais, sendo estas

todas as formas de designação de referentes, as quais se diferenciam pelo modo como indicam ao “coenunciador” (MAINGUENEAU, 2001) como o enunciador pretende que ele identifique e interprete o referente. Nessa atividade essencialmente cooperativa (GRICE, 1975), os “coenunciadores” dispõem de pistas, em parte convencionadas na própria língua, para reconhecer os diferentes espaços ou “campos dêiticos” (BUHLER,

[1934]1982) em que se situam os objetos para os quais construirão uma representação mental de *referentes*. (CAVALCANTE, 2003, p. 106, grifo da autora)

De acordo com diferentes operações discursivas escolhidas pelo enunciador, Cavalcante (2003) sugere uma classificação das anáforas com base em um corpo de exemplos que retomamos, em parte, na sequência. Resumimos essa classificação para termos uma dimensão dos critérios utilizados por essa perspectiva teórica, sem implicar que concordarmos com tais critérios.

Primeiramente, as anáforas são divididas em aquelas com e aquelas sem retomada. As com retomadas apresentam correferencialidade ou recuperação parcial do referente. As sem retomada compreendem as ditas indiretas e as encapsuladoras. As anáforas com retomadas são consideradas os modelos mais prototípicos. São subdivididas em três tipos: cossignificativas, recategorizadoras e não cossignificativas e nem recategorizadoras.

As cossignificativas, primeiro subtipo das anáforas com retomada, são aquelas que apresentam repetição do núcleo do sintagma, como em 11; ou remissão a uma parte do conjunto do antecedente, como em 12 e em 13.

11) Uma lanterna nos iluminava com sua luz vacilante: um velho, uma mulher com uma criança e eu. **O velho**, um bêbado esfarrapado, deitara-se de comprido no banco. (CAVALCANTE, 2003, p. 109)

12) ¼ de xícara de óleo; 1kg de bifos de vaca ou de vitela, cortados finos (...) Modo de fazer: Numa frigideira de 25 ou 30cm de diâmetro, es quente o óleo em fogo forte e frite **poucos bifos** de cada vez. (CAVALCANTE, 2003, p. 112)

13) Estavam dois caminhões voando. Até que **um** disse: - Peraí, caminhão não voa! **Um** caiu no chão mas **o outro** continuou voando. Por quê? R: Porque era um caminhão-pipa. (Piadas da Internet). (CAVALCANTE, 2003, p. 112)

As anáforas em 12 e 13, denominadas “cossignificativas parciais”, baseiam-se nos quantificadores (como em “poucos bifos” em 12) ou nos numerais (como em “dois caminhões” em 13). Por isso, não podem ser confundidas com as anáforas indiretas que, como será visto, se baseiam em alguma relação estabelecida pelo núcleo do sintagma nominal, isto é, são de caráter lexical.

As anáforas recategorizadoras, segundo subtipo das anáforas com retomada, apresentam uma remodelagem que possibilita ao enunciador evitar repetições indesejadas estilisticamente ou introduzir uma carga avaliativa, como em 14 (por hiperônimo), 15 (por expressão definida), 16 (por nome genérico), 17 (por pronome, apenas quando há de fato uma recategorização, como quando há um valor pejorativo; caso contrário, o pronome é cossignificante).

14) Não deixe acumular água em pratos de vasos de plantas e xaxins. Na hora de lavar **o recipiente**, passe um pano grosso ou bucha nas bordas para remover os ovos do mosquito que podem estar nas paredes ou no fundo do recipiente. (CAVALCANTE, 2003, p. 110)

15) Carlos Alberto Parreira. **O treinador tetracampeão do mundo** voltou ao comando da seleção brasileira. (CAVALCANTE, 2003, p. 110)

16) Dividimo-la em dois grupos de definições: num deles listamos as definições de cunho metafísico e psicológico; noutro, algumas de caráter mais linguístico, em que se consideram **os seguintes fatores**: ênfase; escolha; características individuais (...). (CAVALCANTE, 2003, p. 111)

17) Largo dos Leões – Então o Largo dos Leões é **isso**?... Essa porcaria! (CAVALCANTE, 2003, p. 111)

O último subtipo das anáforas com retomada, as não cossignificativas nem recategorizadoras, compreende o uso de um pronome pessoal, como em 18.

18) Betsy esperou a volta do homem para morrer. Antes da viagem **ele** notara que Betsy mostrava um apetite incomum. (CAVALCANTE, 2003, p. 112)

As anáforas sem retomada são as consideradas sem correferencialidade e são denominadas “indiretas”. São subdivididas entre as que possuem recategorização e as encapsuladoras. As primeiras serão tratadas na próxima seção, por entendermos que não se enquadram na mesma categoria das correspondentes às encapsuladoras.

Estas últimas correspondem a expressões referenciais que resumem proposições postas anteriormente no discurso. São consideradas como subparte

das indiretas de acordo com a visão mais estendida (cf. KOCH, 2002; MARCUSCHI, 2005), que se opõe a visão mais semanticista da linguística textual (cf. KLEIBER, 2001). São exemplos de anáforas encapsuladoras:

19) Por sugestão da CUT, estuda-se a hipótese de apresentar um projeto de lei reduzindo a carga semanal de trabalho das atuais 44 horas para 40. **A ideia** é inspirada no modelo europeu, principalmente o francês (...). (CAVALCANTE, 2003, p. 115)

20) Veja – Uma mulher que trabalha o dia inteiro, cuida de filhos, tem de resolver problemas da casa nem sempre consegue arranjar tempo para praticar esporte. O que fazer para resolver **esse dilema**?. (CAVALCANTE, 2003, p. 116)

Para Cavalcante (2003), uma anáfora encapsuladora resume o conteúdo de uma porção textual e o rotula, indicando para o interlocutor como é esperado que o conteúdo resumido seja interpretado. Diferentemente da posição assumida pela autora, consideramos as anáforas encapsuladoras como correferenciais (concordando, fora do âmbito da linguística textual, com Korzen e Buch-Kromann, 2011) porque o referente do antecedente é o mesmo do da expressão anafórica, mesmo que o antecedente seja uma proposição e a expressão anafórica seja um sintagma definido.

As considerações que a linguística textual faz, mesmo tendo em vista uma perspectiva funcional, isto é, mesmo se preocupando com o *porquê* dos fenômenos (ocorreriam porque os enunciadores fazem escolhas de determinados dispositivos discursivos, com determinados objetivos), abrangem, entre diversas questões, algumas relacionadas ao funcionamento semântico. Não sendo seu objetivo final explicar *como* ocorre esse funcionamento, as considerações semânticas aparecem de modo não sistemático paralelamente a questões de ordem discursiva, pragmática e sintática. Porém, dentro de uma visão mais estreita (cf. CAVALCANTE, 2003), aspectos semânticos recebem mais atenção, pois são observados como a base de certas associações correspondentes a algumas anáforas, as lexicais.

As posições dentro da linguística textual, portanto, não são homogêneas. Em contraponto a uma posição mais estreita (e mais compatível com a posição deste trabalho), que leva em conta critérios formais, sintáticos e semânticos, na descrição das anáforas, uma posição mais ampla tende a estabelecer critérios

menos linguísticos nas definições propostas. A diferença entre as duas posições é o grau em que questões linguísticas ou questões discursivas e contextuais são evocadas.

As caracterizações das AAs, discutidas na seção seguinte, são um exemplo de como a visão estendida e a visão estreita se diferenciam.

1.2 ANÁFORA ASSOCIATIVA

De acordo com Apothèloz e Bèguelin (1999), as duas condições a seguir para a existência da AA são de consenso praticamente universal entre os linguistas: 1) a interpretação de uma expressão referencial é dependente de uma informação contida no contexto linguístico prévio; 2) essa dependência não envolve correferência. Os autores apontam duas grandes divergências a respeito da definição desse fenômeno: 1) a origem da informação relacionada à anáfora e 2) a configuração da expressão referencial anafórica.

A seguir, continuaremos a traçar um panorama sobre o fenômeno analisado, agora nos focando nas considerações a respeito da configuração formal de uma AA e das associações entre esse tipo de anáfora e seu antecedente. Após isso, poderemos precisar o tipo de anáfora a que nos ateremos, a saber, as anáforas cujas associações são baseadas em eventualidades.

1.2.1 Configuração básica de uma expressão anafórica associativa

Tanto em perspectivas formais (CHIERCHIA, 1995; KORZEN; BUCH-KROMANN, 2011) como na perspectiva estreita evocada por trabalhos na linguística textual (KLEIBER, 2001), a informação que permite uma expressão anafórica associativa é estabelecida linguisticamente. Já para a perspectiva ampla da linguística textual¹⁴, a origem dessa informação não é apenas linguística. A crítica que defensores da perspectiva ampla fazem à abordagem estreita é que esta deixa de considerar outros níveis em que as AAs operam, o que compromete a explicação

¹⁴ Apothèloz e Bèguelin, 1999, apresentam como representantes dessa perspectiva: Hawkins 1977; Brown e Yule, 1983; Charolles, 1990 – podemos citar também: Marcuschi, 2001; Koch, 2002.

desse fenômeno. Apothèloz e Bèguelin (1999) citam os seguintes exemplos para defenderem seu ponto de vista:

21) (Um falante olhando para uma caixa) Onde está **o fundo**?¹⁵ (ERKÜ; GUNDEL, 1987, p. 534 *apud* APOTHÈLOZ; BÈGUELIN, 1999, p. 365, tradução nossa)

22) Aterrissar na Praça Square! Certamente **o jovem** piloto está louco...¹⁶ (La Suisse, começo do texto; APOTHÈLOZ; BÈGUELIN, 1999, p. 365, tradução nossa)

Em 21, a interpretação de “o fundo” não depende de um segmento linguístico anterior, mas sim do contexto situacional. Os autores comentam que tanto uma informação recuperada do contexto (sobre uma caixa) quanto uma informação recuperada de um material linguístico prévio (por exemplo, em um segmento discursivo em que houvesse a expressão “uma caixa” e depois “o fundo”) são gatilhos para uma associação, isto é, o material linguístico prévio não é exclusivamente determinante para o tipo de associação acionada em uma AA. Mesmo que em 21 não tenhamos uma anáfora, e sim uma dêixis, uma generalização interessante é feita, sugerindo que um mesmo mecanismo de associação pode ocorrer nos dois tipos de fenômenos.

Porém, a relação entre “fundo” e “caixa” continua sendo lexical, pois “fundo” contém a informação de que é parte de algo (fundo de algo), o que representa um problema para o argumento dos autores citados. Como a expressão é definida, há ainda a pressuposição de que o referente já é dado, o que orienta o ouvinte a buscar esse referente, na falta de material linguístico antecedente, no contexto situacional. Portanto, a associação continua dependendo da semântica de “fundo”, mesmo que seja assumido que a situação seja capaz de possibilitar a instauração do referente “uma caixa”. Pode ser proposta a hipótese, então, de que há mecanismos de associação subjacentes às AAs e a alguns tipos de dêixis (hipótese que não iremos explorar, e que talvez não tenha sido trabalhada claramente por outros autores), mas não podemos dizer que o exemplo em 21 não opera uma associação

¹⁵ (Speaker looking at a box) Where's **the bottom**?

¹⁶ Atterrir sur la place Rouge! Certainement **le jeune pilote** est fou.../ To land on Red Square! Surely **the young pilot** is crazy...

semântica, pois a expressão “o fundo” denota uma relação, mesmo que seja com algo recuperado na situação. Em outros termos, uma expressão (“uma caixa”) é inferível para que a associação com “o fundo” seja possível.

Em 22, os autores reconhecem a associação lexical entre “aterrissar” e “piloto”. Porém, afirmam que outros níveis além do lexical estão em funcionamento nessa associação. O conhecimento de mundo compartilhado e a memória do leitor também seriam acionados, principalmente em relação ao adjetivo “jovem”. Esse adjetivo não participa da associação lexical entre as expressões, mas colabora com a determinação do referente ao acionar o conhecimento sobre um jovem piloto que virou notícia no final dos anos de 1980 depois de voar sobre a Cortina de Ferro, de oeste a leste, e aterrisar, com um avião de turismo, na Praça Vermelha, em Moscou. O adjetivo, graças a esse conhecimento compartilhado, opera na confirmação do conhecimento linguístico, já ativado, sobre a associação entre “aterrissar” a “piloto”. Por outro lado, parte dessa observação nos parece desnecessária para esclarecer a constituição dessa AA, pois o exemplo seria aceito mesmo se não tivéssemos o conhecimento de mundo descrito, já que a associação lexical garante a aceitabilidade da sequência citada.

Além desses pontos problemáticos na argumentação dos autores da perspectiva ampla, a crítica feita por eles a abordagens semânticas a respeito de estas reduzirem as AAs apenas a operações semânticas não se sustenta. Nenhum linguista adepto da perspectiva estreita diz que não há outros tipos de mecanismos ativados na realização de uma AA, pois isso seria negar a existência dos níveis pragmático e discursivo. Porém, mesmo que vários fatores operem no texto, é papel do semanticista abstrair de todos esses fatores aqueles que lhe convêm, e no caso do semanticista preocupado com questões lexicais, apenas a natureza das relações lexicais ativadas nas AAs recebe atenção. Não se trata de reduzir as AAs a relações lexicais, mas, sim, de determinar quais são e como se configuram essas relações; para isso, é preciso, sim, ter em vista outros níveis em que as anáforas associativas operam, pois, desse modo, a dimensão lexical é circunscrita e o que pertence a esse nível é separado de outros. Desse modo, uma abordagem que tenha como foco as relações semântico-lexicais das AAs (como a nossa) visa apenas a estabelecer quais dessas relações são determinantes para esse tipo de fenômeno.

Apothèloz e Bèguelin (1999, p. 368) afirmam que a distinção entre as denominações “anáfora indireta” e “anáfora associativa” não é essencial. Porém,

justificamos a distinção entre os dois termos porque é nas anáforas associativas que vemos a interpretação de uma expressão depender de outra por via de uma associação lexical, ao passo que, em outros casos de anáfora não correferencial (isto é, anáforas indiretas), essa dependência ocorre por outros tipos de mecanismos. Ou seja, não se trata de afirmar que as anáforas indiretas são estabelecidas apenas por meio da relação lexical; pelo contrário, trata-se de apontar algumas restrições que caracterizam um subgrupo das anáforas indiretas, o das AAs. Portanto, as AAs consistem em um tipo de anáfora indireta estabelecido por meio de associações lexicais, não sendo afirmado, então, que não há outros tipos de anáfora indireta nem que, como já comentado, as AAs não ativam fatores diferentes dos semânticos.

A segunda divergência apontada por Apothèloz e Bèguelin (1999) consiste na configuração da expressão referencial anafórica. Para os autores, a configuração formada por um sintagma nominal definido não é a única possível para uma expressão anafórica associativa. Sintagmas nominais demonstrativos também podem ser expressões desse tipo na visão dos autores defensores da perspectiva ampla. As seguintes sequências discursivas são mencionadas para defender essa posição (APOTHÈLOZ; BÈGUELIN, 1999, p. 371):

23) Mas quando a gente vai decidir tributar os grandes rendimentos e fortunas de multimilionários da mesma maneira que pequenos rendimentos são tributados até o último franco?

Exemplo: se a gente coletasse um tributo de 700.000 francos (local, municipal e federal) sob um rendimento de 1 milhão (e há aqueles que “ganham” ainda mais), **esse contribuinte** ainda teria 300.000 francos à sua disposição.¹⁷

24) O Marquês de Cuevas casou com a neta de Rockefeller. Com **esse dinheiro**, ele criou um balé.¹⁸

¹⁷ Mais quand se décidera-t-on à imposer les gros revenus et fortunes des multimillionnaires comme sont imposés les petits revenus qui le sont jusqu'audernier franc ? Exemple: si l'on percevait un impôt de 700'000 francs (commune, canton et Confédération) sur un revenu d'un million (il en est qui 'gagnent' encore plus), **ce contribuable** aurait à disposition encore 300'000 francs. (L'Impartial, 27.12.1993)/[But when will we make up our minds to tax the large incomes and fortunes of multimillionaires in the way that small incomes are taxed to the last franc? Example: if we collected a tax of 700,000 francs (local, county and federal) on an income of one million (and there are those who 'earn' even more), **this taxpayer** would still have 300,000 francs at his disposal.]

Esses exemplos pretendem demonstrar como um sintagma demonstrativo pode funcionar como anáfora associativa. Em 23, “esse contribuinte” é inferido por meio da associação com a informação prévia “tributo”, o que lhe confere um papel semântico de paciente ou “experienciador” do predador “tributar”. Em 24, “esse dinheiro” é inferido por meio da associação com o evento “casar”, sendo essa associação baseada em estereótipo sociocultural, e com o fato de a família Rockefeller ser reconhecidamente rica.

Em 23, no lugar de “esse contribuinte”, “o contribuinte” continuaria tendo a mesma relação de “paciente” no evento “tributar”, e a sequência continuaria aceita. Porém, um demonstrativo opera de modo diferente ao de um artigo definido (como já vimos anteriormente), pois o tipo de saliência do referente precisa ser diferente, isto é, o referente da expressão precisa ser acessível pelo demonstrativo. Então, como é possível uma expressão como “esse contribuinte” conseguir acessar seu referente sem que este esteja visível? Algo parecido com 24 ocorre. Mesmo em 24 havendo outro tipo de relação entre anafórico e antecedente, com o referente da expressão anafórica não sendo um participante do evento informado no antecedente, mas sim uma consequência desse evento, o mesmo tipo de pergunta se faz: como “esse dinheiro” pode acessar seu referente sem que este esteja diretamente acessível?

Como já dito na seção 1.1, os sintagmas demonstrativos dependem de referentes em um grau de saliência diferente dos referentes de sintagmas definidos. A saliência, isto é, o grau de disponibilidade de um referente em um contexto, é um conceito que interessa diretamente à pragmática; porém, a determinação de um grau de saliência é feita pelo significado associado a uma expressão, ou seja, a exigência de um grau de saliência está codificado no significado de uma expressão, sendo um indicativo do valor semântico dessa expressão. As descrições das expressões conforme seus determinantes (possessivos, demonstrativos ou artigos) já haviam sido feitas, na perspectiva da linguística textual (não correspondente à atual, esboçada na seção anterior), por Halliday e Hasan (1976, p. 71):

Todos os outros determinantes [diferentes dos artigos definidos] específicos são semanticamente seletivos; eles contêm dentro deles algum elemento referencial que permitirá o item em questão ser identificado. Com os possessivos, isso é uma pessoa: o item é identificado como pertencendo a,

¹⁸ Le marquis de Cuevas avait épousé la petite-fille de Rockefeller. Avec **cet argent**, il a créé un ballet. (Radio, France-Musique, 7.2.1993).

[The Marquis de Cuevas had married Rockefeller's grandchild. With **this money**, he created a ballet.]

ou associado com, a um participante reconhecível – um falante, um interlocutor ou alguma pessoa ou objeto no contexto. Com os demonstrativos, isso é a proximidade: o item é identificado como presente no contexto e mais ou menos remoto. Em ambos os casos, o contexto, como o vemos, pode ser situacional ou textual, e quando é textual, essa forma de especificação pela referência se torna coesiva.

O artigo definido não tem conteúdo. Ele meramente indica que o item em questão é específico e identificável; que em algum lugar a informação necessária para sua identificação é recuperável. (tradução nossa)¹⁹

Essa descrição é compatível com o que havíamos comentado na seção 1.1.3 sobre a diferença entre os determinantes. Isso nos dá argumentos para defender que apenas um sintagma definido (com artigo) pode corresponder a uma expressão anafórica associativa. Porém, como nosso objetivo é traçarmos um quadro geral sobre as considerações da linguística textual, convém demonstrarmos como outra linha de argumentação, dentro da perspectiva estreita, chega à mesma noção de que os sintagmas definidos, e não os sintagmas com possessivos ou demonstrativos, indicam seus referentes por meio do conteúdo lexical de seus núcleos nominais e não por meio do conteúdo do determinante.

Nessa outra linha de argumentação, Kleiber (2001, p. 69, tradução nossa) cita os seguintes exemplos:

25) Nós chegamos a uma aldeia. **A igreja** estava situada em uma colina.²⁰

26) Nós chegamos a uma aldeia. ? **Essa igreja** estava situada em uma colina.²¹

27) Nós chegamos a uma aldeia. **Essa igreja**, veja só, que coisa horrível!²²

Antes de analisar esses exemplos, é necessário fazermos a ressalva de que, para a maioria dos franceses, “é normal esperar que em cada aldeia haja uma

¹⁹ All other specific determiners are semantically selective; they contain within themselves some referential element in terms of which the item in question is to be identified. With the possessives, it is person: the item is identified as belonging to, or associated with, a recognizable participant – speaker, addressee or some person or object .in. the environment. With the demonstratives, it is proximity: the item is identified as present in the environment and more, or less, remote. In both these instances the environment, as we have seen, may be situational or textual; and when it is textual, this form of specification by reference becomes cohesive. The definite article has no content. It merely indicates that the item in question is specific and identifiable; that somewhere the information necessary for identifying it is recoverable.

²⁰ Nous arrivâmes dans un village. **L’église** était située sur une hauteur.

²¹ Nous arrivâmes dans un village. **Cette église** était située sur une hauteur.

²² Nous arrivâmes dans un village. **Cette église**, tout de même, quelle horreur!

igreja” (ILARI et al., 2003, p. 358)²³, o que indica que os termos “aldeia” e “igreja” sejam relacionados léxico-estereotipicamente. Em 25, não há problema de “a igreja” encontrar seu referente, pois um sintagma definido não exige que o referente de seu antecedente esteja diretamente acessível, ficando o núcleo do sintagma nominal responsável por estabelecer associação com o antecedente; ao contrário de 26, em que o referente “essa igreja” não é encontrado no antecedente, sendo a sequência discursiva não aceita, o que é indicado pelo sinal de interrogação.

Já a sequência de 27, para Kleiber, é aceita em decorrência de a segunda sentença se tratar de um julgamento de valor, em que o demonstrativo opera uma ruptura na continuação textual, passando para um outro nível em que a expressão busca o referente. Esse outro nível corresponde ao *pensamento indexical*, local onde o referente de “essa igreja” é buscado, isto é, é tornado saliente. A ruptura, de fato, parece ocorrer se compararmos 27 com 25. Outros exemplos dados por Kleiber (2001, p. 68) demonstram outros tipos de indexação de pensamento:

28) Ele está abrigado sob uma tília velha. **O tronco** estava todo rachado.

29) Ele está abrigado sob uma tília velha. ? **Esse tronco** estava todo rachado.

30) Ele está abrigado sob uma tília velha. **Esse tronco magnífico** estava todo rachado.

31) Ele está abrigado sob uma tília velha. ? **O tronco** magnífico estava todo rachado.

Em 28, não há problema para interpretação, pois, além de a expressão anafórica ser um sintagma definido, “tronco” é associado a “tília” em decorrência do conhecimento lexical de que toda tília, que é um tipo de árvore, possui um tronco (o reconhecimento do significado de “tília” exige o conhecimento de que esta é uma árvore). O mesmo não ocorre com 29, cuja interpretação associativa não é aceitável, com o que Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999, p. 378) concordam ao retomarem o mesmo exemplo.

²³ Em resenha da obra de Kleiber *L'anaphore associative*.

O caso em 30, considerado aceitável por Kleiber, seria um contraexemplo, pois há a associação entre tília e tronco, e há um demonstrativo. Porém, novamente, vemos que há representado um pensamento, um julgamento, uma observação pessoal, uma ênfase, isto é, os demonstrativos funcionariam como marcadores de subjetividade, instaurando um espaço mental de onde o sintagma demonstrativo recebe seu referente. Essa propriedade dos demonstrativos é contrastada com o funcionamento dos definidos, como em 31, em que a associação entre “tronco magnífico” e “tília” não é aceita. Em outros termos, o demonstrativo não tem apenas uma função referencial.

Notemos que a sequência discursiva em 31 até poderia ser aceita, caso seja considerado que “o tronco magnífico” busque seu referente externamente ao material linguístico, como em um conhecimento de mundo compartilhado e assumido sobre todo tronco de tília ser magnífico, ou em uma situação em que houvesse um tronco próximo aos interlocutores; nesses casos, não teríamos anáfora. Portanto, para Kleiber, as sequências com demonstrativos aceitas apresentariam algo parecido com dêixis: o juízo de valor criaria um “espaço mental”, compartilhado pelos interlocutores, em que o referente se torna saliente; e esse espaço substituiria um contexto de percepção. Julgamos que essa linha de argumentação de Kleiber para a restrição das AAs configuradas apenas por sintagmas demonstrativos não é necessária, uma vez que, além de ser muito dispendiosa se comparada a que havíamos apontado anteriormente (sobre a hierarquia em grau de saliência das expressões), requer noções pragmático-cognitivas mais elaboradas, o que foge de nossa alçada.

Kleiber, encerrando sua justificativa de que sintagmas demonstrativos não podem funcionar como anáforas associativas, cita uma série de dados suspeitos, em que 23 e 24, retomados de Apothèloz e Bèguelin (já citados) e transcritos novamente em 32 e 33, parecem ser contraexemplos.

32) Mas quando a gente vai decidir tributar os grandes rendimentos e fortunas de multimilionários da mesma maneira que pequenos rendimentos são tributados até o último franco?

Exemplo: se a gente coletasse um tributo de 700.000 francos (local, municipal e federal) sob um rendimento de 1 milhão (e há aqueles que “ganham” ainda mais), **esse contribuinte** ainda teria 300.000 francos à sua disposição.²⁴

33) O Marquês de Cuevas casou com a neta de Rockefeller. Com **esse dinheiro**, ele criou um balé.

Além de afirmar que um demonstrativo evoca um espaço mental subjetivo que torna saliente o referente da expressão anafórica (como em casos de discurso indireto livre, em que o leitor tem contato com o pensamento de um personagem), o autor sugere que os exemplos 32 e 33, mesmo que autênticos, não contrariariam sua proposta por serem uma manifestação do “princípio da negligência” (*principe de nonchalance*) de Berrendonner (1990). Segundo esse princípio, tais casos, ao fugirem de regras *à priori*, demandam um grande esforço inferencial do interlocutor em decorrência de uma manobra pouco cooperativa do locutor.

Por mais que Kleiber tenha deixado em aberto ao julgamento do leitor alguns exemplos, é esperado que tal julgamento leve em conta a exposição dos argumentos contra a inclusão dos sintagmas demonstrativos na categoria de anáfora associativa. No caso de 33, é possível considerar que “esse dinheiro” recupera um referente disponível no conhecimento compartilhado dos interlocutores, sendo que tal conhecimento estaria acompanhado da informação de que “esse dinheiro” é “muito dinheiro”, o suficiente para se criar um balé, e ainda que “ganhar muito dinheiro” não está associado necessariamente a “casamento”, mas está associado a “casar com um membro da família Rockefeller”; portanto, o conhecimento na memória dos interlocutores, e não o evento “casamento” posto no antecedente, tornaria saliente o referente de “esse dinheiro”.

Poderia ser difícil justificar a exclusão de um caso como 32 das anáforas associativas, pois “tributar” e “contribuinte” são termos associados lexicalmente. No

²⁴ Mais quand se décidera-t-on à imposer les gros revenus et fortunes des multimillionnaires comme sont imposés les petits revenus qui le sont jusqu'audernier franc ? Exemple: si l'on percevait un impôt de 700'000 francs (commune, canton et Confédération) sur un revenu d'un million (il en est qui 'gagnent' encore plus), **ce contribuable** aurait à disposition encore 300'000 francs. (L'Impartial, 27.12.1993)/[But when will we make up our minds to tax the large incomes and fortunes of multimillionaires in the way that small incomes are taxed to the last franc? Example: if we collected a tax of 700,000 francs (local, county and federal) on an income of one million (and there are those who 'earn' even more), **this taxpayer** would still have 300,000 francs at his disposal.]

lugar de “esse contribuinte” caberia “o contribuinte”, e a diferença entre os dois casos pareceria sutil, por mais que exista:

34) se a gente coletasse um tributo de 700.000 francos (local, municipal e federal) sob um rendimento de 1 milhão (e há aqueles que “ganham” ainda mais), **o contribuinte** ainda teria 300.000 francos à sua disposição.

O exemplo em 32 não poderia ser justificado por uma associação com uma informação fora do material linguístico presente, isto é, com um conhecimento compartilhado, pois o antecedente é instaurado no seguimento linguístico prévio (formado por um sintagma indefinido). Caso se trate de um referente buscado no espaço mental marcado pelo demonstrativo, nos termos de Kleiber, não se trataria de um juízo de valor (não há nada adjetivando “contribuinte”) nem de discurso indireto livre, e sim de uma ênfase, de acordo com o autor. Comparando com 34, 32 parece de fato ser mais enfático, sugerindo uma indexação de pensamento. Talvez fosse explicado pelo princípio de negligência: não haveria associação, pois o locutor seria “negligente” ao não apresentar duas expressões associáveis *à priori*, ou seja, ao não cooperar com a atividade inferencial do interlocutor. De todo modo, a exclusão desse exemplo dos casos de anáfora associativa é discutível, mas a diferença entre um sintagma demonstrativo e um sintagma definido não é. Optamos, aqui, por nos limitarmos a dizer que o demonstrativo, conforme já comentado anteriormente, exige a disponibilidade de um referente de tal modo que este deve estar no contexto linguístico (como na anáfora correferencial) ou no contexto situacional compartilhado.

Também optamos por descartar das anáforas associativas aquelas expressões formadas por possessivos. Tais expressões não configuram, a nosso ver, AAs por serem correferenciais. Alguns autores apresentam contraexemplos para essa posição, como Alves (2009, p. 22), de quem citamos os exemplos a seguir:

35) Note-se que o narrador, seguidas vezes, compara Iracema à natureza exuberante do Brasil. E a virgem leva sempre vantagem. **Seus cabelos** são mais negros e mais longos, **seu sorriso** mais doce, **seu hálito** mais perfumado, **seus pés** mais rápidos.

36) Iracema é filha de Araquém, pajé da tribo tabajara, e deve manter-se virgem porque “guarda o segredo da jurema e o mistério do sonho. **Sua mão** fabrica para o Pajé a bebida de Tupã”. (Disponíveis em: <http://fredb.sites.uol.com.br/iracema.html>)

Notemos que, em 35, os núcleos dos sintagmas nominais com possessivos (cabelos, sorriso, hálito, pés) poderiam ser associados à pessoa informada no contexto prévio (Iracema), pois seria comum uma pessoa ter os elementos denotados por esses nomes. Porém, caso o possessivo seja trocado por artigo definido, vemos que o grau de aceitabilidade parece menor:

37) Note-se que o narrador, seguidas vezes, compara Iracema à natureza exuberante do Brasil. E a virgem leva sempre vantagem. **Os cabelos** são mais negros e mais longos, **o sorriso** mais doce, **o hálito** mais perfumado, **os pés** mais rápidos.

Não haveria, portanto, uma remissão baseada na associação lexical em 36, já que é o possessivo que opera como índice anafórico. Já no exemplo em 37, a remissão ao contexto prévio precisa se basear na associação lexical, sem depender de um referente saliente como é o caso de 36. Além disso, o possessivo recupera os traços gramaticais de segunda pessoa do antecedente, assim como fazem os pronomes pessoais, ou seja, onde há “seus cabelos” poderia haver “os cabelos dela”, sem prejuízo para a interpretação referencial da expressão anafórica. Mesmo que os pronomes pessoais contenham também os traços de gênero e número, os possessivos demonstram que os traços de pessoa bastam para estabelecer uma relação de correferência. Não estamos afirmando que o núcleo do sintagma determinado por possessivo não possa ser associável com o antecedente, por mais que haja evidências para isso (ver a condição de alienação em KLEIBER, 1999); apenas afirmamos que, caso seja possível haver essa associação, ela é paralela à relação de correferencialidade e dependência interpretativa instaurada pelo possessivo. Por isso, também não consideramos os sintagmas formados com possessivos como AAs.

Chegamos, portanto, novamente à definição da configuração formal básica das AAs: artigo definido + substantivo. Porém, Kleiber (1999, p. 16, tradução nossa)

aponta exemplos como 38, em que a expressão anafórica associativa apresenta um artigo indefinido:

38) O policiais verificaram o carro. **Uma** roda estava cheia de lama.²⁵

De acordo com o autor, o caráter definido das AAs continua presente nesse exemplo, pois “uma roda” é interpretada como “uma roda do carro”, o que configura uma leitura partitiva. A definição é recuperada pelo conjunto de rodas inferido de “carro”; apenas desse conjunto é que há a indefinição de qual roda. Assim, quando há a leitura partitiva, a expressão anafórica continua, mesmo sendo formada com um artigo indefinido, de certo modo, definida. Em outros termos, se “carro” pressupõe “roda”, então “roda” pode ser retomada como algo conhecido quando o referente de “um carro” é instaurado; se “uma roda” aparece com artigo indefinido é porque há mais de uma roda. Caso a expressão anafórica em 38 fosse “as rodas” (indicando todas as rodas), a leitura partitiva não existiria e a artigo definido deveria ser usado. Portanto, além de sintagmas definidos, o único tipo de expressão que pode corresponder a uma AA é o desse caso.

1.2.2 Tipos de associação

Com a configuração básica das expressões anafóricas associativas estabelecida (Art. Def. + N), resta-nos verificar os tipos de associação entre expressões anafóricas e antecedentes. Apenas após a discussão teórica a respeito de algumas informações contidas no léxico, feita no próximo capítulo, podemos justificar de modo consistente a verificação dos tipos dessas associações. Porém, como já existem classificações das AAs, apontaremos algumas delas para finalizarmos esse quadro geral das considerações a respeito do fenômeno. Seleccionamos duas propostas representativas: a de Kleiber (2001) e a de Korzen e Buch-Kromann (2011).

Uma das críticas feitas a Kleiber por defensores da concepção ampla é que os exemplos do autor são fabricados. Porém, esses exemplos são justificados para que não haja interferência de informações extralinguísticas na interpretação das

²⁵ Les policiers inspectèrent la voiture. Une roue était pleine de boue.

anáforas associativas²⁶. Desse modo, apenas as relações lexicais seriam postas em evidência.

De acordo com o autor, as AAs podem ser classificadas em quatro tipos²⁷: meronímica, locativa, actancial e funcional.

Vejamos os seguintes exemplos:

39) Havia uma xícara sobre a mesa. **A asa** estava quebrada.²⁸ (KLEIBER, 2001, p. 278, tradução nossa)

40) Chegamos a uma cidadezinha. **A igreja** ficava no alto de uma colina.²⁹ (KLEIBER, 2001, p. 278, tradução nossa)

41) A operação se passou bem. **O operado e o cirurgião** até mesmo brincaram juntos.³⁰ (KLEIBER, 2001, p. 320, tradução nossa)

42) Esse livro está em inglês, mas **o autor** é russo.³¹ (KLEIBER, 2001, p. 345, tradução nossa).

Em 39, “a asa”, expressão cuja configuração indica um referente conhecido, é parte de “a xícara”, constituindo, portanto, uma relação parte-todo, ou *meronímica*. Já no exemplo em 40, “a igreja” relaciona-se com “cidadezinha”, pois a igreja se encontra em tal cidadezinha, constituindo uma anáfora associativa do tipo *locativa*. Em 41, “o cirurgião” relaciona-se com “a operação” por ser um dos argumentos, actantes, da predicação de operação/operar, constituindo uma anáfora associativa *actancial*. Por fim, entre “o autor” e “esse livro”, em 42 há uma relação em que uma expressão apresenta uma entidade-fonte de outra, configurando uma anáfora associativa *funcional*.

Os exemplos em 39 e 40 possuem propriedades em comum capturadas por princípios não adequados a outros tipos de AA. Entre esses princípios, que caracterizam propriamente esses dois exemplos considerados paradigmáticos,

²⁶ Analisaremos, aqui, exemplos autênticos, entendendo o risco da interferência de elementos extralinguísticos. Julgamos necessários exemplos autênticos para não confiarmos apenas na própria intuição.

²⁷ O autor deixa em aberto a possibilidade de haver outros tipos de AAs.

²⁸ Il y avait une tasse sur la table. **L'anse** était cassée.

²⁹ Nous arrivâmes dans un village. **L'église** était située sur une hauteur.

³⁰ L'opération s'est bien passée. **L'opéré et le chirurgien** ont même blagué ensemble.

³¹ Ce livre est en anglais, mais **l'auteur** est russe.

podemos citar: orientação todo-parte, ou “englobante-englobado”, isto é, o antecedente corresponde à parte maior em uma relação meronímica; não transitividade, o que possibilita a configuração da anáfora apenas entre um todo e uma parte direta, e não entre um todo e a parte de uma parte; condição de alienação e congruência ontológica, que diz respeito a ambos os polos da relação anafórica, antecedente e expressão anafórica, pertencerem à mesma categoria ontológica.

Em 41 temos uma anáfora definida pela relação entre um predicado, “operação”, e participantes desse predicado, “operado” e “cirurgião”. Já em 42, temos uma relação funcional em que “autor”, na expressão anafórica, exerce uma função no antecedente. Ao contrário do que essa classificação sugere, nós identificamos um traço comum nesses dois exemplos: ambos operam uma relação baseada em um predicado verbal. Isso será discutido no próximo capítulo, mas adiantamos que 42 pressupõe um evento do tipo “escrever”.

Essa classificação não leva em conta a diferença entre as relações anafóricas que operam informações referentes a predicados verbais ou *eventualidades* e as relações anafóricas que operam informações referentes a propriedades de outros tipos de “entidades” ou nominais. Por exemplo, 43 também entraria na classificação de anáfora associativa funcional, de acordo com Kleiber (2001, p. 317, tradução nossa):

43) Nós chegamos a uma cidade e perguntamos pelo **prefeito**.³²

Esse exemplo, assim como 42, é aproximado das AAs meronímicas por tratar de uma relação representada por “x de y”, em que x é o anafórico e y é o antecedente: “a asa da xícara”, “o autor do livro” e “o prefeito da cidade”. As relações estabelecidas pelas AAs actanciais não possuem esse formato: “? o operado da cirurgia”, “?o cirurgião da cirurgia”. A aproximação entre meronímicas e funcionais é decorrente de uma propriedade em comum: elas são constituídas por uma expressão anafórica cujo substantivo é relacional (nos termos de Kleiber, 2001, p. 346), isto é, um substantivo que pressupõe a relação com outro, não sendo referencialmente autônomo – se é um autor, é um autor de algo; se é uma asa, é uma asa de algo. Outros candidatos à anáfora associativa funcional resultam em

³² Nous entrâmes dans un village et demandâmes à voir le maire.

sequências mal formadas porque não são relacionais, como em 45, comparando a 44:

44) Vejam este filme! **O diretor** é genial.

45) ? Vejam este filme! **O cineasta** é genial.

Em 44, “diretor” se relaciona com um filme, ao passo que em 45 “cineasta” não, mesmo que um cineasta seja alguém que faça filmes. O caráter relacional, portanto, precisa estar contido no substantivo da expressão anafórica.³³

A diferença entre os dois tipos de AA relacional, meronímicas e funcionais, é o fato de as meronímicas estabelecerem relações estáveis entre entidades, sendo uma entidade integrante da outra, configurando uma descrição. Já as anáforas associativas funcionais estabelecem uma relação entre entidades pertencentes a classes diferentes, uma exercendo uma função na outra. O que Kleiber não afirma é que essa relação das anáforas funcionais, não utilizada para fazer descrições, baseia-se em informações predicacionais encontradas em diferentes polos. Compararemos 42, retomado em 46, com outro exemplo do autor, em 47:

46) Esse livro está em inglês, mas **o autor** é russo.

47) Chegamos a uma cidade e pedimos para ver **o prefeito**.³⁴ (KLEIBER, 2001, p. 344).

Ambos os exemplos apresentam uma relação em que a expressão anafórica exerce uma função na entidade denotada pelo antecedente, que Kleiber expõe, respectivamente, desta forma: “x é autor de y, o livro” e “x é prefeito de y, a cidade”. Como em toda anáfora associativa, o antecedente se associa a várias informações léxico-estereotípicas, e a expressão anafórica ativa apenas uma dessas informações na determinação de seu referente. Essas informações léxico-estereotípicas englobam informações tidas como necessárias ou estereotípicas.

Para o autor, tanto em 46 quanto em 47 as informações do antecedente que podem ser acionadas pela expressão anafórica são da mesma ordem: um livro,

³³ Podemos supor que a menor aceitação de “cineasta” se dá pelo menor uso do termo. Porém, isso não contraria a ideia de que é mais difícil associar “cineasta” ao ato de “fazer filme”. De todo modo, estamos apenas descrevendo, neste momento, a proposta de Kleiber.

³⁴ Nous entrâmes dans un village et demandâmes à voir le maire.

estereotipicamente, tem um autor; uma cidade, estereotipicamente, tem um prefeito. Porém, consideramos que a relação entre “livro” e “autor” é estabelecida por um predicado verbal como “escrever”, e a informação desse predicado já está contida em “livro”, sendo tal informação necessária na constituição do significado de “livro” (diz respeito ao *papel agentivo* do item lexical “livro”, como veremos mais adiante). O mesmo não ocorre na relação entre “cidade” e “prefeito”, em que “cidade” não possui uma informação necessária na constituição de seu significado que a relacione com “prefeito”, ou seja, “cidade” não possui necessariamente na constituição de seu significado um predicado como “administrar”, ou qualquer outro que possa relacionar esse antecedente com a expressão anafórica “o prefeito”, apenas possui uma associação estereotípica com “prefeito”, nos próprios termos de Kleiber (2001, p. 95). O que estamos afirmando é que o autor não considera a consequência das diferenças lexicais desses dois antecedentes: enquanto “cidade” denota um lugar, estereotipicamente relacionado com “prefeito”, “livro” denota uma entidade necessariamente relacionada com o predicado “escrever” e com outra entidade agente desse predicado, “autor”.

Além de indicar as características em comum entre os tipos de anáforas associativas (como na comparação entre as meronímicas e as funcionais), Kleiber procura deixar clara a diferença entre as actanciais e as funcionais. Enquanto as actanciais são configuradas com um predicado verbal como antecedente, a entidade do antecedente das funcionais é um objeto. Com essa diferenciação, o autor deixa de mostrar que tanto actanciais como algumas funcionais operam uma relação predicativa verbal, ou seja, uma relação entre participantes de uma mesma eventualidade denotada por um predicado. Esse ponto será mais bem discutido no próximo capítulo; no momento, iremos nos ater a indicar que esses dois tipos de AAs podem ser aproximados. Vejamos o seguinte exemplo de Kleiber:

48) Houve um assassinato. **O homicida** foi capturado rapidamente, porque **os investigadores** foram informados pelo filho da vítima.³⁵ (KLEIBER, 2001, p. 335)

Nesse exemplo, o autor considera “o homicida” uma anáfora actancial cujo antecedente é o predicado “assassinato”. A expressão “os investigadores” também é

³⁵ Il y a eu un assassinat. Le meurtier é très vite arrêté, parce que les enquêteurs ont été informés par le fils de la victime.

considerada uma anáfora actancial, mas seu antecedente não é “assassinato”; é o antecedente implícito “uma investigação”. Desse modo, “o homicida” é um participante do predicado “assassinato” assim como “os investigadores” é um participante do predicado “investigação”. Porém, por que não reconhecer que “os investigadores” se relaciona com “assassinato”, considerando, assim, que a expressão anafórica é funcional em vez de actancial? Os investigadores investigam o assassinato, assim como o autor escreve o livro ou o prefeito administra a cidade. Em outros termos, “os investigadores” exerceriam uma função em relação ao assassinato.

Considerar “os investigadores” como uma anáfora funcional teria a vantagem de recorrermos apenas a informações expressas. Não há dúvida de que há um predicado implícito “uma investigação”, mas também há o predicado implícito “escrever” na relação anafórica “livro-autor”, não considerado por Kleiber, e “autor”, assim como “investigadores”, é um participante do predicado não expreso. Portanto, os mesmos critérios, nesse caso, não são considerados na classificação das AAs. O que nos interessa é que ambas as AAs (actanciais e, pelo menos algumas, funcionais) operam uma relação baseada em predicados verbais, que apontaremos como relação baseada em eventualidades, noção esta não considerada por Kleiber (mas tratada por nós, de modo mais aprofundado, no próximo capítulo).

Diferentemente de Kleiber (2001), Korzen e Buch-Kromann (2011), discutindo o sistema de classificação e de terminologia para anáforas, apresentam a classificação adotada pelo banco de dados denominado Copenhagen Dependency Treebanks (CDT). Esse banco de dados tem como objetivo estabelecer uma descrição para diferentes fenômenos linguísticos para o dinamarquês, o inglês, o alemão, o italiano e o espanhol. Dentro desse objetivo está catalogar todos os tipos de anáfora, sendo a anáfora associativa, de acordo com os autores, o tipo mais complexo. Para eles, AAs podem ser classificadas de acordo com dois parâmetros:

- a) Semântica lexical e léxico gerativo (estrutura *qualia*);
- b) Papéis semânticos em relação com um predicado: o predicado verbal deve estar diretamente expreso por um antecedente ou ser recuperável por meio dele.

Com esses dois critérios, os autores apresentam os seguintes subtipos de AAs:

Tabela 1 – Subtipos associativos

1. Estrutura <i>qualia</i>	2. Papéis semânticos	3. Outros tipos
Assoc-formal	Assoc-agente	Assoc-loc(ativa)
Assoc-const(itutivo)	Assoc-paciente	Assoc-tempo
Assoc-agentivo	Assoc-exper(enciador)	Assoc-evento
Assoc-télico	Assoc-rec(ipiente)	
	Assoc-inst(rumento)	

Apresentaremos esses subtipos de AAs com o intuito de chegarmos aos selecionados para análise em nosso trabalho, que são aqueles baseados em eventualidades. Implicações teóricas envolvidas nessa classificação, mencionadas neste momento, serão mais bem tratadas no próximo capítulo.

A estrutura *qualia* (a ser mais bem tratada no próximo capítulo), em termos gerais, é o modo como um determinado item lexical se caracteriza e recebe força relacional. Essa estrutura se especifica em alguns papéis: constitutivo – relação entre um objeto³⁶ e suas partes; formal: distinção do objeto em um domínio maior, que expressa as características estáticas desse objeto; télico – propósito e função do objeto; e agentivo – fatores envolvidos no surgimento do objeto, na origem. As relações associativas da primeira coluna da Tabela 1 se baseiam nessa estrutura e são exemplificadas a seguir.

Assoc-formal:

49) O presunto a ser usado no prato não deve ser muito salgado. Você não pode usar *as fatias finas*, que são embaladas no refrigerador. *Elas* são salgadas e molhadas demais e **o sabor** [assoc-formal] não é bom o bastante.³⁷. (KORZEN; BUCH-KROMANN, 2011, p. 89, tradução nossa).

Nesse exemplo, “o sabor” é uma propriedade de “as fatias finas”.

Assoc-const:

³⁶ Sem a intenção de buscar uma definição precisa de *objeto*, é entendido, aqui, que ele é algo particular concreto, diferente de elementos como *eventos* e *propriedades*.

³⁷ The ham to be used in the dish must not be too salty. You cannot use *the thin slices*, which are packaged in the refrigerated counter. *They* are too salty and too wet and **the flavour** [assoc-formal] is not good enough.

50) O acidente ocorreu na hora do jantar por volta das 18:45 noite passada [...]. Eu vi o *avião* com seu nariz apontando para baixo, **a asa esquerda** [assoc-const] para cima e **a asa direita** [assoc-const] para baixo por trás do prédio.³⁸ (KORZEN; BUCH-KROMANN, 2011, p. 90, tradução nossa).

São partes d“o avião” “a asa esquerda” e “a asa direita”. O *quale* constitutivo corresponde à relação parte-todo, de Kleiber, propriedade das anáforas associativas meronímicas.

Assoc-agentivo e assoc-telic:

51) Como explicado antes, nós estávamos esperando por uma aprovação da Sony depois que submetemos a eles *uma nova versão do Blood Bowl PSP*. [...] Essa nova versão foi finalmente aprovada e **a produção** [assoc-agentivo] foi iniciada. Por favor, veja a seguir a lista de correções que foram feitas.³⁹ (KORZEN; BUCH-KROMANN, 2011, p. 90, tradução nossa).

52) Entretanto, nem todas as revisões são feitas após a simulação, mas em certos casos, por exemplo, em que **o objetivo** [assoc-telic] é alcançar uma habilidade técnica [...] a revisão pode ocorrer durante a simulação: revisão in-scenario.⁴⁰ (KORZEN; BUCH-KROMANN, 2011, p. 90, tradução nossa).

Os dois *qualia* em que as relações em 51 e 52 se baseiam, agentivo e télico, nos interessam porque costumam envolver predicados verbais (podendo ser nominalizados), apesar de este não ser o caso de 52. Em 51, “a produção” é o que *dá origem* a “uma nova versão do Blood Bow PSP”, sendo uma informação contida no antecedente e retomada na expressão anafórica que denota um evento. Já em 52, a expressão anafórica “o objetivo”, correspondente ao *quale* télico de “certos casos”, é, como a própria expressão anafórica denota, o objetivo do antecedente; porém, não é um predicado verbal.

³⁸ The accident took place at dinner time around 6:45 p.m. last night [...]. I saw the plane with its nose pointing downward, **the left wing** [ASSOC-CONST] up and **the right wing** [ASSOC-CONST] down over behind the flat building.

³⁹ As previously explained, we were waiting for an approval from Sony as we submitted to them *a new version of Blood Bowl PSP*. [...] *This new version* has been finally approved and **the production** [ASSOC-AGENTIVE] started. Please find below the list of fixes that were made

⁴⁰ However, not all debriefings are held after the simulation, but in *certain instances*, for example, where **the aim** [assoc-telic] is to teach a technical skill [...] debriefing may occur during the simulation, in-scenario debriefing.

Como dito, o *quale* télico costuma, assim como o agentivo, denotar um predicado verbal relacionado ao objetivo informado em um item lexical; por exemplo, o *quale* télico de “livro” é “ler” (objetivo de “livro”), ao passo que o *quale* agentivo de livro é “escrever” (origem do livro). Sem discutirmos, no momento, a fundo as propriedades definidas na estrutura *qualia*, notamos que, em sua postulação, Pustejovsky (1996) exemplifica os *qualia* agentivo e télico apenas com predicado verbais. O uso da estrutura *qualia* para explicar a relação em 52, portanto, deve ser revisto, já que a expressão “o objetivo” não é um predicado verbal. O *quale* télico, em sua definição, é, ou se relaciona a, um objetivo, o que nos permite dizer que uma expressão como “o objetivo”, em 52, não é o *quale* télico propriamente dito de “certos casos de simulação” (poderia ser “aprender”, por exemplo). Essa expressão anafórica apenas indica que o antecedente possui um *quale* télico, mas não o expressa.

Representando a segunda coluna de subtipos associativos, da Tabela 1, apresentamos os seguintes exemplos dos autores:

52) *A operação* requer anestesia geral ... O paciente dorme durante toda a operação. **O cirurgião** [assoc-agent] abre o peito dividindo os ossos do tórax ou o esterno.⁴¹ (KORZEN; BUCH-KROMANN, 2011, p. 91, tradução nossa).

53) *A operação* requer anestesia geral ... **o paciente** [assoc-paciente] dorme durante toda a operação. O cirurgião abre o peito dividindo os ossos do tórax ou o esterno.⁴² (KORZEN; BUCH-KROMANN, 2011, p. 91, tradução nossa).

54) *O acidente* ocorreu na hora do jantar por volta das 18:45 noite passada [...] “[...] O piloto tentou corrigir o avião – então eu não pude ver mais, mas de repente havia faíscas no ar”, diz **a testemunha** [assoc-exper].⁴³ (KORZEN; BUCH-KROMANN, 2011, p. 91, tradução nossa).

⁴¹ *The operation* itself requires general anesthesia ... the patient is asleep for the entire course of the operation. **The surgeon** [assoc-agent] opens the chest by dividing the breast bone or sternum.

⁴² *The operation* itself requires general anesthesia ... **the patient** [assoc-patient] is asleep for the entire course of the operation. The surgeon opens the chest by dividing the breast bone or sternum.

⁴³ *The accident* took place at dinner time around 6:45 p.m. last night [...]. “[...] The pilot attempted to right the plane - then I could not see more, but suddenly there were sparks in the air,” says **eyewitness** [assoc-exper].

55) “[...] Esse é o *ataque mais violento* até o momento. **As bombas** [assoc-inst] caíram a meia milha do hotel”, relatou John Hollimann [...].⁴⁴ (KORZEN; BUCH-KROMANN, 2011, p. 91, tradução nossa).

Nos subtipos baseados em papéis temáticos, o antecedente é um predicado verbal (podendo ser nominalizado), e a expressão anafórica é um argumento desse predicado. Na definição desses subtipos, correspondentes às anáforas actanciais de Kleiber, os autores observam que os papéis temáticos desempenhados das expressões anafóricas são essenciais para que a associação se estabeleça.

Os autores ainda comentam que é possível anáforas associativas serem baseadas tanto na estrutura *qualia* quanto nos papéis temáticos. Vejamos os seguintes exemplos citados por eles:

56) Em abril de 2003, no décimo aniversário do Massacre de Waco, *um novo filme* foi lançado. De acordo com **o produtor** [assoc-agentive/agent (produce)], “Waco: uma Nova Revelação” é um filme tão aterrorizante que [...] ele desencatilha novas investigações em ambas as casas do Congresso [...].⁴⁵ (KORZEN; BUCH-KROMANN, 2011, p. 90-91, tradução nossa).

57) *O acidente* ocorreu na hora do jantar por volta das 18:45 noite passada, logo após *o voo El-Al* [...] saiu do Aeroporto Schinphol de Amsterdam. **O piloto** [assoc-telic/agent(voar)] logo reportou para a torre de controle que o motor tinha problemas [...].⁴⁶ (KORZEN; BUCH-KROMANN, 2011, p. 91, tradução nossa).

58) *Dois testes técnicos* passaram em agosto. **Ambos os aprendizes** [assoc-telic/paciente (examinar)] foram treinados na Prataria Real de Copenhagen A/S Georg Jensen.⁴⁷ (KORZEN; BUCH-KROMANN, 2011, p. 91, tradução nossa).

⁴⁴ This is *the most violent attack* to this point. **The bombs** [assoc-inst] fell half a mile from the hotel,” reported John Hollimann [...]

⁴⁵ In April 2003, marking the tenth anniversary of the Waco Massacre, *a new film* was released. According to **the producer** [assoc agentive.agent/(produce)], “Waco: A New Revelation” is a film so disturbing that [...] it triggered new investigations in both houses of Congress [...].

⁴⁶ The accident took place at dinner time around 6:45 p.m. last night, shortly after *the El- Al flight* [...] lifted off from Amsterdam's Schiphol airport. **The pilot** [assoc-telic/agent(fly)] suddenly reported to the control tower that he had engine problems [...].

⁴⁷ *Two journeyman tests* were passed in August. **Both apprentices** [assoc-telic/patient (examine)] are trained at the Royal Copenhagen A/S Georg Jensen Silversmithy.

Em 56, para “o produtor” ser inferido de “um novo filme”, primeiramente é preciso recuperar o *quale* agente “produzir” do antecedente. Posteriormente, de “produzir” é recuperado o papel temático de agente na configuração da expressão anafórica. De modo semelhante, em 57 e em 58 os *qualia* télicos “voar” e “examinar” precisam ser recuperados dos antecedentes para que, posteriormente, seja possível estabelecer a relação com os papéis temáticos agente (piloto) e paciente (aprendizes) correspondentes aos núcleos das expressões anafóricas. Essa intersecção de tipos de relações (estrutura *qualia* e papéis temáticos) corresponde, de modo aproximado, a algumas anáforas associativas funcionais de Kleiber.

Os subtipos de anáforas associativas da terceira coluna podem ser vistos como pertencentes às duas primeiras, ou como extensões delas:

59) Subchef morre horas depois de preparar um molho ultrapicante para um concurso de pratos com pimenta. [Headline] Andrew Lee preparou um molho ultrapicante com pimentas caseiras. **Na manhã seguinte** [assoc-tempo], ele foi encontrado inconsciente e os paramédicos não conseguiram reanimá-lo.⁴⁸ (KORZEN; BUCH-KROMANN, 2011, p. 92).

60) Da entrada, os oficiais viram *a cozinha* com muitos pratos sujos, comida derramada no chão e **na geladeira** [assoc-loc], e sacos de lixo e outros combustíveis no topo **do fogão** [assoc-loc].⁴⁹ (KORZEN; BUCH-KROMANN, 2011, p. 92).

61) Hamid Jafar estava muito ansioso para mostrar sua apreciação do acordo para seus parceiros *iraquianos*. Um pouco antes **da invasão** [assoc-event], ele encomendou uma pistola suíça gravada em ouro avaliada em 7.000 libras da joalheria da rainha da Inglaterra, em Londres.⁵⁰

⁴⁸ Aspiring chef dies hours after making ultra-hot sauce for chilli-eating contest [headline] *Andrew Lee made an ultra-hot sauce with homegrown chillis. The morning after* [assoc-time] he was found unconscious and paramedics were unable to revive him.

⁴⁹ Upon entry, the officers saw *the kitchen* with many dirty dishes, spoiled food on the floor and in **the refrigerator** [assoc-loc], and bags of trash and other combustibles on top of **the stove** [assoc-loc].

⁵⁰ Hamid Jafar was very eager to show his appreciation of the agreement to his *Iraqi* partners. Shortly before **the invasion** [assoc-event], he ordered an engraved, Swiss, gold pistol assessed at 7,000 pounds from [...] the English Queen's jeweller in London.

As relações de tempo e de lugar em 59 e 60, de acordo com Korzen e Buch-Kromann (2011, p. 89), podem ser consideradas como as de papéis temáticos (os autores citam Larson, 1984, que considera essas expressões de tempo e de lugar como possuidoras de papéis temáticos), ou como extensões desses papéis. As anáforas baseadas em associação de tempo recuperam um momento indicado no antecedente, sendo que este pode ser um predicado, um substantivo predicativo ou uma sequência narrativa maior. Já as anáforas baseadas em associação de lugar se aproximam das baseadas no *quale* constitutivo, com a diferença de não serem necessariamente parte do antecedente.

Por último, a associação de evento, em 61, ocorre com um antecedente mais genérico do que a associação realizada por meio das relações baseadas na estrutura *qualia*. Uma questão que pode ser levantada é se a associação desse tipo de anáfora de evento se baseia em um conhecimento de mundo ou na semântica dos itens associados na expressão anafórica e no antecedente.

Entre essas anáforas associativas, alguns tipos parecem não se encaixar, como os correspondentes aos nomes de parentesco, tratados por Kleiber dentro do princípio geral da orientação englobante-englobado: uma sequência como “filho ... mãe” não seria aceita, ao passo que uma sequência como “família ... mãe” seria. Todavia, esse tipo de anáfora está fora de nosso foco de análise, assim como as anáforas estabelecidas por associações estritamente entre entidades/elementos que não envolvam propriedades de eventualidades.

CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

O caminho percorrido neste capítulo partiu de conceitos básicos relacionados à anáfora, como referência e correferência, e chegou a uma caracterização das AAs em que a correferência deixa de ser pertinente e relações lexicais passam a ser centrais. Do conceito de anáfora até o conceito de anáfora associativa percebemos caracterizações consideravelmente diferentes, o que sugere ser discutível a denominação de “anáfora” para esta última. No entanto, não é nosso objetivo discutirmos o termo que designa nosso objeto de estudo; atemo-nos a dizer que a semelhança entre as anáforas associativas e as demais anáforas (a saber, os dois fenômenos envolvem a independência interpretativa entre uma expressão e um

anterior) e a utilização comum na literatura nos autorizam a manter essa denominação.

A discussão apresentada que antecede a caracterização das AAs nos permite termos uma dimensão das bases em que a conceituação desse fenômeno se desenvolveu. São exemplos dessas bases as noções, anteriores à proposta de caracterização das AAs, de que uma expressão definida pressupõe o reconhecimento de seu referente e de que o referente dessa expressão pode ser buscado em um contexto prévio. Além disso, também anteriores à conceituação das AAs, as observações de várias perspectivas (formais ou não) apontam para relações muito além da correferencial; entre elas, as relações lexicais. Foi a partir dessas bases que vários autores passaram a tentar definir as AAs.

Em relação às AAs, vimos que elas apresentam problemas em sua classificação. Mesmo dentro de nosso recorte, que envolve apenas AAs baseadas em propriedades das eventualidades, encontramos esses problemas. Porém, os dois modos de classificar os subtipos de anáfora associativa apresentados anteriormente, propostos por Kleiber e por Korzen e Buch-Kromann, são suficientes para começarmos a buscar as bases para o tratamento de nosso escopo de análise. Tais bases, primeiramente, precisam justificar esse escopo, ou seja, precisam justificar um elemento como “eventualidade”, para que, depois disso, seja possível considerar associações baseadas nele e em suas propriedades, buscando verificar como ele é caracterizado no léxico e quais relações ele promove.

Assim, no capítulo seguinte, trataremos desse elemento dentro do desenvolvimento de nosso quadro teórico. Investigaremos as associações entre as eventualidades, as suas propriedades e os seus participantes na constituição do fenômeno analisado, entendendo que tais associações são marcadas no léxico.

2 LÉXICO E EVENTUALIDADE

Neste capítulo, levantaremos um arcabouço teórico que nos permita elucidar como se caracterizam algumas AAs configuradas por relações eventivas. Esse recorte do objeto a ser analisado já pressupõe uma perspectiva teórica que considera informações analisáveis inscritas no léxico e propriedades do que denominamos “eventualidades”. Resta, então, selecionarmos algumas perspectivas que possam elucidar o fenômeno aqui considerado.

Partindo do pressuposto de que o léxico corresponde a diferentes tipos de informações, algumas linguisticamente analisáveis e outras não (GRIMSHAW, 2005, p. 75), é preciso buscar uma abordagem que nos permita observar relações pertinentes para o objetivo de analisar associações baseadas em eventualidades. Para tanto, convém assumir, como ponto de partida, a consideração de Grimshaw (2005, p. 76) de que o significado lexical se manifesta de duas formas: uma, linguisticamente ativa, chamada pela autora de “estrutura semântica”; e a outra, linguisticamente inativa, chamada de “conteúdo semântico”.

Essa consideração é compartilhada por outros autores (GRIMSHAW remete a PINKER, 1989, 1994) de diferentes modos⁵¹, e aponta para a busca pela “estrutura semântica”. Um exemplo que Grimshaw (2005, p. 76) usa para ilustrar os dois tipos de significados que um item lexical carrega é a diferença entre as palavras “cachorro” e “gato”. Tais palavras possuem a mesma estrutura semântica, ou seja, não possuem diferenças sistemáticas analisáveis linguisticamente, mas possuem conteúdos semânticos diferentes⁵². Em estudos sobre o léxico, enquanto essa estrutura analisável é tratada de diversos modos, o conteúdo semântico é deixado de lado, em algum lugar (Enciclopédia, conhecimento de mundo, etc.) que as abordagens teóricas tendem a não investigar. Todavia, não concordamos com todas as considerações de Grimshaw sobre em que consiste a estrutura semântica, pois, a nosso ver, algumas relações sistematicamente analisáveis, vistas mais adiante, não são postas pela autora nessa estrutura.

⁵¹ Podemos mencionar, como exemplo de outros autores que partem da distinção entre o que é linguisticamente analisável no léxico e o que não é, Marantz (1996) e Ramchand (2008), autores que usam o conceito de “Enciclopédia” para o que não entra na computação semântico-linguística.

⁵² Marantz (1996) cita o mesmo exemplo para dizer que a diferença entre as palavras *cachorro* e *gato* está na Enciclopédia (ver nota 4).

Pustejovsky (1996) aborda o que é linguisticamente analisável (da “estrutura semântica”) por meio da relação entre composicionalidade e significado lexical. Para o autor, a informação lexical, dentro de um léxico gerativo, é organizada em um sistema computacional que compreende, pelo menos, os seguintes níveis de representação: estrutura argumental (número e tipo de argumentos lógicos), estrutura de eventos (tipos de eventos e de subeventos contidos no evento) e estrutura *qualia* (modo como um determinado item lexical se caracteriza e que lhe dá força relacional)⁵³.

A seguir, depois de apresentarmos os conceitos de evento e eventualidade, trataremos, dentre outros elementos, desses três níveis de representação, visando a estabelecer quais componentes teóricos podem auxiliar na análise das AAs baseadas em eventualidades. Assim, reconhecemos desde já que o objeto estudado por nós, mesmo que tenhamos como foco questões semântico-lexicais, é mais bem analisado se abordarmos diferentes níveis de representação. Desse modo, definiremos, dentro de uma gama satisfatória, quais componentes teóricos poderão atender a nosso objetivo e quais deverão ser descartados.

2.1 EVENTOS E EVENTUALIDADES

Nesta seção, trataremos de alguns conceitos desenvolvidos no âmbito da filosofia da linguagem e da semântica. Visamos, com isso, a encontrar algumas bases do quadro teórico a ser desenvolvido na sequência, quando iremos investigar, dentro da perspectiva da linguística, relações estabelecidas pelo léxico. Mesmo tendo objetivos diferentes do nosso, os autores filósofos da linguagem tratados nesta seção desenvolvem discussões relacionadas diretamente à nossa investigação e, por vezes, levam em conta argumentos linguísticos em suas propostas. Veremos no decorrer deste capítulo que grande parte dos conceitos tratados em nossa investigação a respeito do léxico é abordada, de alguma maneira, na discussão feita por tais autores.

⁵³ O autor também cita um quarto nível, o da estrutura lexical de herança, sem discuti-lo profundamente. Entendemos que esse nível não precisa ser discutido aqui por não contribuir com o esclarecimento das associações lexicais analisadas por nós. Contentamo-nos a dizer que esse nível trata de relações entre termos como “livro” e “dicionário” ou “carro” e “veículo” (que denotam características em comum dentro de um mesmo grupo de indivíduos).

2.1.1. O estatuto dos eventos

Em uma proposição básica, podemos dizer que eventos são entidades denotadas por predicados verbais, e que a estrutura de um evento pode ser associada à estrutura argumental. Mesmo que isso não capture a natureza de um evento, é um ponto de partida para entendermos as implicações linguísticas desse conceito, que precisa ser mais bem tratado a fim de que seja verificada sua aplicabilidade para nossos propósitos. Como não é nosso interesse esgotar toda a discussão filosófica e linguística a respeito do que é um evento e como ele é formado, limitaremos-nos a chegar ao aparato linguístico que o justifica como uma entidade e à estrutura que determina suas propriedades e seus participantes.

A discussão a respeito da natureza dos eventos tem sua base na semântica formal, a qual propõe ontologias que fundamentam uma representação dos significados das línguas naturais. Numa visão ontológica, entidades em um dado mundo são representadas por expressões e são relacionáveis por predicados. As origens da justificativa do estatuto de entidade ontológica para um evento são comumente atribuídas a Donald Davidson, autor que se utiliza de argumentos linguísticos. Em seu ensaio *The Logical Form of Action Sentences* ([1967]2001, p. 104)⁵⁴, sua argumentação parte da seguinte sentença em inglês: “Jones did it slowly, deliberately, in the bathroom, with a knife, at midnight”. O que Jones fez foi passar manteiga em uma torrada, e é a isso que “it” corresponde, o que torna a sentença equivalente a “Jones buttered the toast slowly, deliberately, in the bathroom, with a knife, at midnight”. Esse pronome parece se referir a uma entidade, que é um evento. A pronominalização é um recurso para retomada de referentes em um processo anafórico; se retoma um referente, “it” se refere a alguma coisa, a alguma entidade (à passada de manteiga na torrada por Jonas).

Além da anaforização, outros recursos linguísticos colocam eventos na mesma condição de outras entidades. Davidson cita, entre outros exemplos, as sentenças a seguir:

⁵⁴ Ensaio, publicado em congresso pela primeira vez em 1967, foi publicado em seu livro *Essays on Actions and Events* (2001), que teve a primeira edição em 1980, com ensaios clássicos básicos para uma semântica de eventos.

1) O explorador esteve no porão.⁵⁵ (DAVIDSON, 2001, p. 190)

2) A explosão ocorreu no porão.⁵⁶ (DAVIDSON, 2001, p. 190)

Tanto “explorador” quanto “explosão” podem ser determinados por artigos definidos ou indefinidos; além disso, aceitam formas no plural, quantificação universal e contagem. Na sentença em 1, a expressão “o explorador” acarreta a existência de um explorador específico; do mesmo modo, “a explosão” em 2 acarreta uma explosão específica. Ambas as sentenças acarretam, portanto, respectivamente:

3) Havia um explorador no porão.

4) Houve uma explosão no porão.

Ao se questionar sobre por que algo que faz 1 verdadeira deve fazer também 3 verdadeira, o autor demonstra a necessidade de “exploradores” em uma ontologia, ou seja, a necessidade de assumir a existência de coisas como “exploradores”. Do mesmo modo, a necessidade de “explosões” na ontologia é demonstrada, já que as condições de verdade de 2 e 4 dependem de uma entidade desse tipo, sendo que sem a existência dessa entidade não seria permitida a inferência de 4 por meio de 2.

Voltando à sentença “Jones buttered the toast slowly, deliberately, in the bathroom, with a knife, at midnight”, Davidson a classifica como contendo uma *ação*. O que caracteriza um evento como uma ação é um agente, e o que caracteriza um agente é uma intenção, de acordo como autor. Logo, o exemplo é relacionado a uma ação porque é assumido que “passar manteiga na torrada” foi algo que Jones fez intencionalmente. A intenção⁵⁷ não precisa estar ligada diretamente ao resultado, ou seja, Jones poderia não ter a intenção de passar manteiga na torrada, mas sim de passar outro produto, e, acidentalmente, passar manteiga em uma faca e, sem perceber que se tratava de manteiga, passar na torrada. De todo o modo, Jones teria a intenção de fazer algo, e é essa intenção que conta. É ela que racionaliza a

⁵⁵ The Explorer was in the cellar.

⁵⁶ The explosion was in the cellar.

⁵⁷ Um conceito de *intenção* será abordado mais adiante, porém fora da discussão filosófica davidsoniana.

ação e caracteriza um agente⁵⁸, mesmo que o resultado não seja o evento intencionado. Davidson (2001, p. 53, tradução nossa), ao tratar da natureza de uma ação, afirma que “um agente causa o que suas ações causam”⁵⁹, e a intenção das ações iniciais (por exemplo, pegar uma faca e fazer um movimento) resultam também em um evento, como passar manteiga na torrada, que também é uma ação.

Davidson reconhece a dificuldade de identificar um agente e, por conseguinte, uma ação. Segundo o autor (2001, p. 120), diversas considerações para ações valem também para outros tipos de eventos. Por exemplo, não são apenas os predicados de ação que contêm um lugar para um evento, pois predicados sem relação com ações também podem conter. Isso significa que um verbo, em sua grade temática, possui, além dos argumentos participantes de um evento, um argumento “evento”, independentemente se este é ou não uma ação.

Relacionado a essa identificação das ações, o conceito de agente passa a ser problematizado. O autor afirma não conhecer nenhum teste gramatical que o identifique. Apenas é possível apontar algumas prováveis características de um agente, como a de que ele é uma pessoa que age ou faz algo em vez de receber uma ação ou sofrer as consequências de um acontecimento. O conceito de agentividade, por fim, de acordo com o que o autor acredita, é introduzido por certos verbos e não por outros, e entender o significado de um verbo é reconhecer se ele inclui ou não a ideia de um agente. Nesse ponto, a distinção entre ações e outros eventos, ou entre a presença e a ausência de um agente, é deixada para o léxico, sem mais reflexões a respeito (e é a partir do léxico que nossa perspectiva se desenvolve mais adiante). Com base nessas considerações do autor, notamos que ele diferencia ações dos outros tipos de evento por elas conterem uma “parte” a mais, um agente causador, o que, no desenvolvimento de perspectivas neo-davidsonianas, terá relação com a divisão de eventos em subeventos, sendo a causa relacionada a uma parte de um evento.

2.1.2 Eventualidades e seus participantes

⁵⁸ Um conceito de *agente* será considerado mais adiante neste capítulo, também em outra perspectiva.

⁵⁹ an agent causes what his actions cause.

Uma das perspectivas que conduziram o desenvolvimento de uma semântica de eventos pós-Davidson é a de Parsons (1990). Entre os componentes teóricos que o autor sistematiza estão: a identificação de uma variável de evento para estados, colocando-os, com os eventos e os processos (ou “atividades”, termo que utilizaremos), em uma classe maior, a das eventualidades; a identificação de propriedades das eventualidades, que as dividem em partes; e a consideração de participantes⁶⁰, que recebem papéis temáticos de acordo com a função que desempenham nas eventualidades.

As ideias de Parsons a respeito dos dois primeiros componentes são desenvolvimentos das propostas de Vendler ([1967]2005) e Dowty (1979). Às classes vendlerianas (estados, processos, eventos *accomplishments* e eventos *achievements*), que são tipos de eventualidades denotadas pelos verbos, são adicionadas as ideias de culminância (Cul) e *holding* (Hold). De modo resumido, podemos dizer que estados e processos são caracterizados por não terem culminância (um “ponto de conclusão”), apenas *holding* (duração), ao contrário de eventos, que possuem culminância. Para nossos propósitos, é interessante considerarmos todas as quatro classes vendlerianas, e as distinções entre elas só serão relevantes para nós na medida em que isso mostrar a que a configuração das AAs é sensível. Vejamos um exemplo de anáfora associativa envolvendo cada classe para ilustrarmos esse ponto:

5) A cidade ficou deserta. **Os habitantes** viajaram no feriado. (habitar = estado).

6) Havia uma piscina enorme no ginásio. **Os nadadores** adoraram. (nadar = processo).

7) Esse livro é muito bom. **O escritor/o autor** merece os parabéns. (escrever = *accomplishment*).

8) A vitória foi merecida. **Os vencedores** ainda comemoram. (vencer = *achievement*).

⁶⁰ É como iremos nos referir aos argumentos de um predicado verbal, pois eles são “participantes” de um evento.

Como podemos notar, as AAs podem ser baseadas em relações promovidas por qualquer uma das classes. Resta-nos investigar de que modo as propriedades e os elementos de tais classes contribuem para a configuração do fenômeno analisado, o que será realizado nas seções seguintes. Na sequência, estabeleceremos uma diferença entre as considerações de Parsons e Vendler, dentro do âmbito filosófico, e nossa abordagem, desenvolvida no âmbito de uma investigação lexical.

Ao tratar dos participantes das eventualidades, Parsons (1990, p. 72) se baseia na noção de papéis temáticos. Partindo de considerações de linguistas como Fillmore ([1968]2003), o autor entende um papel temático como o significado atribuído a um sintagma nominal em sua relação com um predicado verbal. Parsons (1990, p. 73) estabelece uma lista de papéis temáticos, que consiste em: agente, tema, alvo, instrumento, beneficiário e experienciador. Os papéis temáticos serão mais bem discutidos posteriormente. No momento, apenas constatamos que eles já foram, dentro do âmbito da filosofia, relacionados a eventualidades, relação esta que manteremos.

Depois de esboçar considerações linguísticas sobre os papéis temáticos, Parsons passa a se ater ao seu objetivo central (estabelecer relações em uma ontologia), o que estabelece uma diferença entre sua perspectiva e a nossa. Depois de descrever alguns papéis, o autor comenta que “O que está faltando é como tudo isso é correlacionado com o domínio semântico – como os papéis se relacionam com o mundo” (PARSONS, 1990, p. 72, tradução nossa).

Voltando às classes vendlerianas, ainda podemos estabelecer outro limite entre uma perspectiva filosófica e a nossa. Parsons (1990, p. 34, tradução nossa) comenta que, ao classificarmos as eventualidades,

Às vezes não é claro se a classificação é de coisas no mundo ou de partes da linguagem. Quando partes da linguagem estão sendo classificadas, às vezes verbos, às vezes VPs, e às vezes sentenças inteiras são então classificadas. Eu estou primeiramente preocupado em classificar coisas não linguísticas – eventualidades.⁶¹

Todavia, as análises linguísticas vendlerianas nos são pertinentes. Sobre a que parte da linguagem as eventualidades correspondem, Vendler (2005, p. 22) diz,

⁶¹ It is sometimes unclear whether the classification is meant to classify things in the world or pieces of language. When pieces of language are being classified, sometimes verbs, sometimes VPs, and sometimes whole sentences are so classified. I am primarily concerned to classify nonlinguistic things – eventualities.

primeiramente, que as classes de eventualidades se relacionam a classes de verbos. Porém, o autor reconhece que uma eventualidade depende não apenas do verbo, mas também do contexto sintático. Entre os exemplos que ele cita para ilustrar essa ressalva está “fumar”, uma atividade, e “pintar”, um *accomplishment*. Ambos os verbos podem ter uma leitura alterada para estado (VENDLER, 2005, p. 27), como em “ele fuma” e “ele pinta”, o que pressupõe uma categoria “original” desses verbos (atividade e *accomplishment*, respectivamente). Em suma, para Vendler, cada verbo corresponde a uma classe de eventualidade, mas a leitura desta pode ser alterada a depender do contexto sintático.

É importante notar que, embora o autor não mencione o termo “léxico”, a noção de que o verbo relaciona-se, originalmente, a uma classe de eventualidade corresponde à noção de “aspecto lexical”, desenvolvida dentro da semântica lexical (cf. ROTHSTEIN, 2004). Por aspecto lexical entendemos o modo como as propriedades estruturais de uma eventualidade são lexicalizadas. Dentro dessa perspectiva, já fora do âmbito da filosofia da linguagem e dentro do quadro teórico seguido diretamente por nós, o significado verbal pode passar por *shiftings*, operações em que o significado “original” do verbo incorpora uma nova estrutura, o que faz a classe aspectual mudar (ROTHSTEIN, 2004, p. 34). Desse modo, traçamos a correspondência entre verbos e eventualidades.

2.2 ESTRUTURA ARGUMENTAL

A estrutura argumental consiste na especificação do número e dos tipos de argumentos lógicos associados a um predicado. Esses argumentos são participantes mínimos envolvidos em uma ação ou em um estado expressos por esse predicado, ou seja, são necessários para completar o sentido dele. Mesmo que esses argumentos sejam realizáveis sintaticamente, a estrutura argumental, concordando com Pustejovsky (1996), é independente da sintaxe, pois é determinada pelas propriedades de um item lexical, que a projeta. Entre as categorias que projetam estruturas argumentais, os verbos são considerados predicadores por excelência, e são eles que nos interessam por estarem relacionados diretamente ao nosso objeto de análise.

Nos termos de Grimshaw (2005), a estrutura semântica, que se contrapõe ao conteúdo não analisável linguisticamente⁶², determina a expressão sintática dos argumentos de um predicado, com o que concordamos. Algumas considerações da autora sobre a realização desses argumentos, porém, não são endossadas por nós, como veremos na sequência.

Para Grimshaw (2005, p. 79), os argumentos que são complementos dos predicados “beber” e “fatiar”, nos exemplos a seguir, são perfeitamente compatíveis com a estrutura semântica desses predicados, o que torna, segundo ela, tais exemplos gramaticais⁶³.

9) *Ele bebeu carne/carro/universo.⁶⁴

10) *Ele fatiou o suco de laranja.⁶⁵

O que torna esses exemplos estranhos seria o conteúdo semântico, inteiramente não linguístico (isto é, o que torna essas sequências estranhas seria um conhecimento de mundo). Para argumentar a favor dessa interpretação, a autora mostra que os verbos “beber” e “fatiar” podem aceitar os mesmos complementos de 9 e 10, respectivamente:

11) Ninguém pode beber carne/carros/o universo.

12) Não é possível fatiar o suco de laranja.

Grimshaw (2005, p. 80) cita outros exemplos, que são, segundo a autora, inaceitáveis por razões linguísticas, diferentemente dos anteriores:

13) *Eu acho se ele está aqui.⁶⁶

14) *Eu bebi que eu estou aqui.⁶⁷

⁶² A autora define “linguístico” e “linguisticamente analisável” como aquilo que é relevante para o sistema gramatical, isto é, aquilo que não é “atômico”, que se relaciona com outros componentes de um dado contexto linguístico. Nos termos da própria autora, essa posição é “baseada na ideia de que alguns componentes do significado têm vida gramatical, e alguns são linguisticamente inertes” (GRIMSHAW, 2005, p. 75, tradução nossa – “based on the Idea that some meaning components have a grammatical life, and some are linguistically inert”).

⁶³ O asterisco é posto apenas por nós, não pela autora, pois discordamos da gramaticalidade destes exemplos.

⁶⁴ He drank the meat/car/universe.

⁶⁵ He sliced the orange juice.

⁶⁶ *I think whether he is here.

O motivo da agramaticalidade dessas sentenças se dá pelo fato de que “achar” e “beber” não admitem os complementos expressos, e não aceitariam mesmo em outros contextos:

15) *Ninguém pode achar se ele está aqui.⁶⁸

16) *Não é possível beber que ele está aqui.⁶⁹

A autora conclui, então, que “quando o verbo toma o tipo errado de complemento sentencial há algo errado com a sentença, não apenas com o evento que a sentença descreve. Portanto, mesmo sentenças que negam a possibilidade do evento são mal formadas”.⁷⁰ (GRIMSHAW, 2005, p. 80).

Para Grimshaw, como visto, não interessa o evento que a oração ou o predicado descreve, pois essa descrição não se mostra relevante linguisticamente. Porém, discordando da autora, a estrutura argumental parece, sim, sensível à presença de um evento em um dos argumentos. Por exemplo, o verbo “começar” parece selecionar como complemento apenas eventos (a julgar por exemplos como os a seguir).

17) João começou a correr.

18) Eu comecei o livro.

19) *Eu comecei o rebanho. (sem uma leitura em que um evento seja inferido contextualmente, como “recolher/vacinar o rebanho”).

Considerando que “correr” em 17 denota um evento, “João” é um participante desse evento. Em 18, “o livro” só pode se referir ou ao ato de “ler o livro” ou ao de “escrever o livro”, não apenas ao objeto “livro”. Então, poderíamos dizer que “começar” seleciona, como argumento interno, apenas eventualidades. Caso seguissemos a proposta de Grimshaw, diríamos apenas que “começar” seleciona como complemento sintático tanto sintagmas nominais quanto sintagmas verbais, o

⁶⁷ *I drank that he is here.

⁶⁸ *No one can think whether he is here.

⁶⁹ *It isn't possible to drink that he is here.

⁷⁰ when the verb takes the wrong kind of sentential complement there is something wrong with the sentence, not just with the event the sentence describes. Hence even sentences which deny the possibility of the event are ill-formed.

que deixa escapar uma importante generalização, apenas realizável se um elemento como “eventualidade” for considerado.

Podemos também dizer que “beber” e “fatiar”, em 9 e 10, apenas selecionam argumentos que denotam entidades diferentes de eventualidades, mais precisamente, entidades que sejam objetos. O verbo “beber” pode selecionar “suco”, mas não “carne”; e “fatiar” pode selecionar “pão”, mas não “suco”. Portanto, além de considerar que o complemento desses verbos denotam objetos, é preciso levar em conta a semântica das expressões correspondentes a tais argumentos. Propriedades semânticas dos nominais são relevantes nesse caso, pois o complemento de “beber” deve ser líquido e o do “fatiar” deve ser sólido. A estrutura *qualia* (tratada posteriormente) também pode contribuir para a adequação da estrutura argumental: o *quale* télico de “suco” é justamente “beber”, ao passo que de “óleo de motor” não é; em “beber óleo de motor”, o estranhamento vai além do conhecimento extralinguístico, pois a proposta de “óleo de motor”, ou seja, seu *quale* télico, não é “beber”. Por outro lado, a estrutura *qualia* parece, em sentenças simples, não influenciar na aceitabilidade (conferir “João bebeu o óleo de motor”). De todo o modo, podemos dizer que “beber” e “fatiar” não selecionam eventualidades como complementos, o que torna essa noção relevante linguisticamente.

Grimshaw (2005, p. 80-84) ainda classifica os argumentos em argumentos estruturais e argumentos de conteúdo, sendo apenas os primeiros correspondentes à estrutura semântica. Os argumentos estruturais são sempre visíveis, enquanto os de conteúdo nem sempre. Vejamos alguns exemplos citados pela autora para explicar esse ponto:

20)

- a. Ela estudou.
- b. A maquina derreteu.
- c. *O calor derreteu.⁷¹ (GRIMSHAW, 2005, p. 82)

21)

- a. Ela escreveu (cartas) por uma hora.
- b. Ela escreveu a carta em uma hora.
- c. *Ela escreveu em uma hora.⁷² (GRIMSHAW, 2005, p. 83)

⁷¹ 12 a. She studied. / b. The machine melted. / c. *The heat melted.

Em 20a, o objeto de “estudar” não é um argumento estrutural e por isso não é obrigatório. Já a oração em 20b só pode ser considerada gramatical se não houver leitura causativa, ou seja, se for considerado que a maquina sofre o derretimento, e não que o causou. Em 20c, a agramaticalidade se dá pela falta de um argumento complemento de “derreter”. O que os exemplos em 20 mostram é que o argumento que sofre mudança de estado é sempre um argumento estrutural. Um objeto de “estudar” (como “matemática” ou “o movimento dos astros”) em 20a não sofre mudança de estado e, por isso, não é necessariamente expreso. Em 20b, a leitura de “a maquina” tem de ser de um objeto que sofre mudança de estado, pois, se “derreter” possui um argumento que sofre tal mudança, esse argumento tem de ser expreso. Pela mesma razão, 20c é agramatical, já que o único argumento expreso de “derreter” é “o calor”, compatível apenas com a leitura de causador e não de sofedor de mudança de estado.⁷³

A mesma linha de explicação vale para os exemplos em 21, mas alguns detalhes são mais complicados. O complemento de “escrever” não sofre alteração de estado, mas sim é criado. Isso explica por que em 21a esse complemento não é necessário. Porém, em 21b, tal complemento passa a ser necessário em razão da expressão “em uma hora”, que exige uma interpretação télica (ou seja, pressupõe a finalização de um evento). Por causa disso, a autora afirma que a interpretação télica transforma um argumento de conteúdo em um argumento estrutural, já que este passa a ser necessariamente expreso, como demonstra a agramaticalidade de 21c. Por fim, o que explica que em 20a ou 21a o argumento externo não possa ser eliminado é uma condição de boa formação que exige pelo menos um argumento estrutural para o predicado verbal; então, na presença de um argumento interno não afetado (que não sofre mudança de estado), que pode ser eliminado e não é estrutural, resta ao argumento externo assumir o papel de único argumento estrutural, não que seja de sua natureza ser estrutural, pois não sofre mudança de estado.

Portanto, um argumento estrutural é aquele que precisa ser expreso. Todos os argumentos afetados são estruturais, e, portanto, a noção de “afetado” é, de fato, relevante para uma estrutura argumental. Porém, a denominação “argumento

⁷² 13 a. She wrote (letters) for an hour. / b. She wrote a letter in an hour. / c. *She wrote in an hour.

⁷³ A noção de “mudança de estado” será mais bem tratada quando considerarmos adiante algumas decomposições verbais.

estrutural” pode caber a outros tipos de argumento, como visto, ou seja, vários tipos de argumentos podem ser estruturais (além dos afetados, os externos em uma estrutura causativa e os “criados”, por exemplo). Ser um argumento estrutural, então, não é relevante para a caracterização dos tipos de argumentos, pois diferentes tipos podem ser estruturais; o que é relevante é a *obligatoriedade*, antes de qualquer condição de boa formação, de ser estrutural, o que distingue os argumentos afetados dos outros tipos de argumentos. Porém, os outros tipos de argumento continuam, sob as denominações de “argumento estrutural” e “argumento de conteúdo”, sem distinção entre si, o que sugere a busca por outros meios de classificação que capturem as especificidades dos tipos de argumento.⁷⁴

Uma outra opção de classificação de argumentos é a de Pustejovsky (1996). O autor considera pelo menos quatro tipos: argumentos verdadeiros, argumentos *default*, argumentos sombra e adjuntos. A seguir, são apresentados alguns exemplos, citados pelo autor, desses tipos de argumentos (em negrito estão os argumentos seguidos das classificações):

22) **John** chegou tarde.⁷⁵ (PUSTEJOVSKY, 1996, p. 63) – Argumento verdadeiro.

23) John construiu a casa **de/com tijolos**.⁷⁶ (PUSTEJOVSKY, 1996, p. 63) – Argumento *default*.

24) Harry chutou a parede **com seu pé machucado**.⁷⁷ (PUSTEJOVSKY, 1996, p. 65) – Argumento sombra.

25) Mary dirigiu até Nova Iorque **na terça**.⁷⁸ (PUSTEJOVSKY, 1996, p. 64) – Adjunto.

Argumentos verdadeiros são aqueles necessariamente expressos sintaticamente. Essa denominação abrange vários tipos de argumentos, como

⁷⁴ Além disso, noções como “afetado” ou “mudança de estado” são tratadas quando consideradas propriedades envolvendo eventos e participantes de eventos, apesar de Grimshaw colocar questões ligadas a “eventos” fora do âmbito da estrutura semântica, do que linguisticamente relevante. Na próxima seção, essas noções serão, de certa forma, retomadas e mais bem tratadas.

⁷⁵ **John** arrived late.

⁷⁶ John built the house **out of bricks**.

⁷⁷ Harry kicked the wall with **his gammy leg**.

⁷⁸ Mary drove down to New York **on Tuesday**.

aqueles realizados na posição de sujeito em uma oração causativa, aqueles que denotam um objeto criado ou aqueles que costumam receber papel temático de tema, como destacado em 22. A observação sobre serem vários os tipos de argumentos sob a denominação de verdadeiros, porém, leva em conta questões além da estrutura argumental (os papéis desempenhados pelos participantes nos eventos e a relação dos participantes com propriedades específicas dos eventos, por exemplo). Atendo-se a tal estrutura, a denominação de “verdadeiros” basta.

Por outro lado, é preciso lembrar que, como mostrou Grimshaw, um argumento afetado tem um grau de obrigatoriedade diferente dos outros argumentos verdadeiros, o que confere um *status* diferente aos afetados. A denominação “argumento verdadeiro” para aqueles necessariamente expressos na sintaxe, porém, é adequada para sentenças específicas, que se tornam agramaticais quando tais argumentos são retirados da estrutura superficial, como nos casos a seguir:

26) **John** chegou tarde.

27) *chegou tarde. (sem sujeito implícito).

28) **John** quebrou **a janela**.

29) *quebrou **a janela**.

30) **A janela** quebrou.

Diferentemente dos argumentos verdadeiros, os argumentos *default* não precisam ser expressos sintaticamente. Em 23, o argumento destacado não precisaria ser expresso, como demonstra 31:

31) John construiu a casa.

Esse tipo de argumento, por mais que não precise ser expresso sintaticamente, é necessário para a configuração lógica da sentença; em 31, embora o argumento que denota o material com que a casa foi construída não seja realizado, a informação de que foi utilizado algum material está logicamente contida na sentença. Podemos, neste momento, verificar o efeito desse tipo de argumento

em sequências anafóricas. Em 32, temos uma anáfora correferencial, e em 33, temos uma associativa:

32) João construiu uma casa com concreto. **O material** é resistente.

33) João construiu uma casa. **O material** é resistente.

Em 33, “o material” recupera o argumento necessário semanticamente, mas não expresso sintaticamente, da oração anterior, ou seja, esse tipo de AA evidencia a existência de tal tipo de argumento não expresso na sentença.

A interpretação de uma oração como a primeira em 32, no que se refere à estrutura argumental, pode ser representada do seguinte modo: Verbo(A, B, C), em que o predicado possui seus três argumentos preenchidos. Já a interpretação de orações como a primeira em 33 pode ser representada do seguinte modo: Verbo(A, B, x), em que “x” é o argumento *default*, uma variável não preenchida, mas necessária para a interpretação da sentença. Nota-se que a expressão anafórica associativa “o material” não preenche essa variável, pois, caso fizesse, essa expressão seria responsável por instaurar um referente não acarretado do antecedente, isto é, denotaria um tipo específico de material. Por isso, a sentença em 34, com uma interpretação anafórica, não é aceitável:

34) ?João construiu uma casa. O concreto é resistente.⁷⁹

Do mesmo modo que os argumentos *default*, os argumentos sombra não precisam ser expressos. A diferença entre os dois tipos de argumentos é que os *default* podem ser expressos opcionalmente, a depender de fatores superiores à sentença (como fatores discursivos), ao passo que os argumentos sombra possuem uma restrição. Vejamos os exemplos em 35 e 36, retomando 24:

35) *Harry chutou a parede **com seu pé**.

36) Harry chutou a parede **com seu pé machucado**.

⁷⁹ Como explicitado no primeiro capítulo, uma expressão anafórica recupera seu referente de seu antecedente textual. A sequência em 34 seria aceitável caso o referente da expressão “o concreto” fosse recuperado por outros meios, o que não configuraria uma anáfora.

O argumento sombra “seu pé” só pode ser expresso se indicar um subtipo, como em 36. Pustejovsky cita outros exemplos, como o adaptado a seguir:

37) Mary e John dançaram **uma valsa**. / *uma dança.

Novamente, apenas a expressão de um argumento que denota um subtipo do argumento sombra é permitida, isto é, apenas um argumento que denota um tipo de dança, em 37, pode ser expresso, e não um argumento com a denotação mais genérica (de “dança”). Essa restrição também pode ser encontrada nos argumentos *default*, pois uma expressão mais genérica faz com que a sentença seja no mínimo estranha:

38) João esculpiu **com argila** uma estátua gigantesca.

39) ?João esculpiu **com um material** uma estátua gigantesca.

Pustejovsky, mesmo não mencionando essa restrição para a expressão dos argumentos *default*, e considerando tal restrição como característica que diferencia os argumentos *default* dos sombra, relaciona ambos os tipos de argumentos em uma mesma classe, sendo os argumentos sombra, na verdade, um subtipo dos argumentos *default*. Ao se referir aos argumentos sombra, o autor diz: “Por as condições sob as quais esses argumentos podem ser expressos serem tão específicas, eu irei distingui-los em tipo lógico da classe mais ampla dos argumentos *default*.”⁸⁰ (PUSTEJOVSKY, 1996, p. 65, tradução nossa).

Como essas “condições tão específicas”, na verdade, não incluem a restrição apontada, pois os argumentos *default* que denotam material também apresentam tal restrição, consideramos que o que há de específico em um argumento sombra é a presença dele, como argumento sombra, na grade temática de um verbo específico (talvez mais de um). Por exemplo, na grade de “chutar”, em que há um argumento sombra contendo o item “pé/perna”, ou na de “dançar”, em que há o item “dança”, encontramos esses argumentos sombra em grades temáticas específicas, diferentemente dos argumentos *default* “um material”, “argila”, “madeira” e “cimento”. Todos esses argumentos *default* podem estar presentes, por exemplo,

⁸⁰ Because the conditions under which these arguments can be expressed are so specific, I will distinguish them in logical type from the larger class of default arguments.

nas estruturas argumentais dos verbos “esculpir”, “construir”, “produzir”, entre outros, bastando que esses verbos estabeleçam uma grade temática em que um argumento corresponda a um produto e o outro, o argumento *default*, a um material. Em outros termos, os argumentos *default* desse tipo não são selecionados, cada um, por verbos específicos, e sim por uma classe de verbos (que denotam um evento em que haja um produto e um material), ao passo que os argumentos sombra são selecionados, cada um, por um verbo específico. Essa diferença pode ser verificada nos exemplos seguintes:

40) João esculpiu/construiu/produziu/ um boneco **de madeira**.

41) João esculpiu/construiu/produziu/ um boneco. **O material** é bom.

42) João dançou **valsa** com Maria.

43) João dançou com Maria. **A dança** foi bem cansativa.

40 e 41 demonstram que vários verbos podem selecionar os mesmos argumentos *default*, enquanto 42 e 43 demonstram que cada argumento sombra é selecionado por um verbo específico (talvez por mais de um, mas, de todo modo, por uma quantidade limitada de verbos). Essa diferenciação precisa ser conferida de modo mais detido, por exemplo, apontando qual a participação do fenômeno conflação⁸¹, em que o material fonológico de um argumento interno passa a acompanhar o verbo (cf. HALE; KAYSER, 2011), nas estruturas argumentais dos tipos mencionados, o que não cabe a nós neste trabalho.

Nos exemplos de 40 a 43, percebemos que a relação de subtipo (expressão utilizada por Pustejovsky, 1996, p. 65) é relevante para a configuração das anáforas associativas. Apenas o item mais genérico da relação entre “madeira” e “material” e entre “dança” e “valsa” pode aparecer nas expressões anafóricas em questão porque tais itens compõem o conteúdo semântico dos verbos, ao passo que a informação mais específica contida no item subtipo, por não estar contida na semântica desses verbos, não pode ser retomada em uma expressão anafórica associativa. A diferença entre esses dois tipos de argumentos *default*, os

⁸¹ Não nos é relevante esse fenômeno porque os argumentos *default* não envolvem apenas argumentos cujo material fonológico se move para o verbo. Nos exemplos dados, em “*dançar uma dança” há conflação, enquanto em “chutar com o pé” não há.

relacionados a material e os argumentos sombra, portanto, por ser abstraída em razão de características em comum e por não ser sensível à configuração das anáforas associativas, não é relevante para nossa análise. Consideraremos, portanto, apenas a denominação *default*.

Por último, há a classe dos adjuntos, sobre os quais Pustejovsky afirma não ter muito o que dizer. Os adjuntos, diferentemente dos argumentos necessários para a configuração lógica das sentenças, definem-se por serem complementos opcionais e por se relacionarem a classes de verbos em vez de a verbos específicos. Como exemplo dessa relação, o autor cita os verbos “dormir” e “ver”, que podem ser modificados por expressões temporais como “na terça-feira” e por expressões locativas como “em Boston” em razão da classificação desses verbos como um evento individual.

A configuração de anáforas associativas por adjuntos não é muito discutida. As anáforas por associação de tempo, identificadas por Korzen e Buch-Kromann, relacionam-se a adjuntos de tempo, como o exemplo 44, retomado do primeiro capítulo:

44) Subchef morre horas depois de preparar um molho ultrapicante para um concurso de pratos com pimenta. [Headline] Andrew Lee preparou um molho ultrapicante com pimentas caseiras. **Na manhã seguinte** [assoc-tempo], ele foi encontrado inconsciente e os paramédicos não conseguiram reanimá-lo.⁸² (KORZEN; BUCH-KROMANN, 2011, p. 92).

O adjunto “na manhã seguinte” relaciona-se a “ser encontrado”, na segunda sentença da sequência em 44. A associação anafórica se baseia no item “seguinte”, que especifica a expressão temporal correspondente ao adjunto de “ser encontrado” e estabelece uma sequência entre esse evento e o anterior, “morrer”. Ou seja, a recuperação do tempo em que o evento do antecedente é realizado é feita de modo indireto. Seria possível fazê-lo de modo direto, por exemplo, substituindo “na manhã seguinte” por “no dia”, indicando o mesmo período de tempo para os eventos das duas sentenças.

⁸² Aspiring chef dies hours after making ultra-hot sauce for chilli-eating contest [headline] *Andrew Lee made an ultra-hot sauce with homegrown chillis. **The morning after*** [assoc-time] he was found unconscious and paramedics were unable to revive him.

A estrutura argumental é apenas um dos sistemas inscritos nos itens lexicais e que contribuem para a configuração das anáforas associativas. Por essa estrutura se limitar a um predicado e a seus argumentos, incluindo-se os tipos desses argumentos (sendo esses tipos baseados na necessidade ou não desses argumentos), outros sistemas, que interagem com a estrutura argumental, serão considerados por possibilitarem verificarmos outras propriedades a que a configuração das AAs é sensível.

A noção de argumento como um elemento logicamente previsto, mas não necessariamente expresso, permite-nos demonstrar que a estrutura argumental é um sistema relacionado não apenas à boa formação sintática, mas também a associações em outros níveis. Em outros termos, a estrutura argumental é um sistema subjacente a determinadas projeções sintáticas e a determinadas associações entre sentenças. Todavia, identificarmos que um argumento faz parte de uma grade temática não é suficiente para o recuperarmos em uma AA. A identificação da participação desse argumento em um predicado verbal é o que permite essa recuperação, e a essa identificação corresponde a noção de papéis temáticos, discutidos mais adiante.

2.3 DECOMPOSIÇÃO VERBAL E ESTRUTURA DE EVENTO

A caracterização das classes aspectuais foi sugerida por Dowty (1979) por meio dos operadores DO, CAUSE e BECOME, que são elementos primitivos derivados de uma decomposição verbal, a serem explicados a seguir. Para o autor, a classe dos *accomplishments* se caracteriza por apresentar duas partes, uma em que há o operador CAUSE, e outra em que há o operador BECOME. Vejamos o exemplo em 45 e sua representação em 46:

45) Maria quebrou o vaso.

46) [[Maria fez algo] CAUSE [BECOME [o vaso quebrado]]].

O operador BECOME corresponde à parte do evento que contém uma mudança de estado, que, no caso de 42, é a mudança de não quebrado para

quebrado. Já o operador CAUSE corresponde à parte do evento que contém um agente causador da mudança de estado em que BECOME opera.

Em *achievements*, não há um agente causador; portanto, na representação proposta por Dowty, não há o operador CAUSE. Há apenas o operador BECOME, como em 47, representado em 48:

47) O vaso quebrou.

48) BECOME [o vaso quebrado].

O operador BECOME captura a semelhança entre 45 e 47, correspondente à mudança de estado de um participante no evento.

O operador DO é o que distingue atividades de estados. Ambos os tipos de eventualidades não apresentam mudança de estado, ou seja, não têm em suas representações o operador BECOME. Além disso, Dowty não comenta sobre a possibilidade de haver CAUSE, pois esse operador só aparece exemplificado em construções *causativas* em que há uma mudança de estado (BECOME) *causada*. O fator semântico com que DO contribui é a presença de controle pelo agente, controle este normalmente chamado, de modo não preciso, de “volição”/“intenção”⁸³ (cf. DOWTY, 1979, p. 114, 118). A classe aspectual representada apenas com o operador DO, a das atividades, possui um agente controlador, ao passo que a classe dos estados, sendo a mais primitiva, não possui nenhum desses operadores em sua representação. Vejamos alguns exemplos de atividades e estados citados por Dowty:

49) John beijou Maria.⁸⁴ (DOWTY, 1979, p. 115) = atividade.

50) John está sendo educado.⁸⁵ (DOWTY, 1979, p. 114) = atividade (com a leitura intencional, sem a leitura de voz passiva possibilitada em português).

51) John é educado.⁸⁶ (DOWTY, 1979, p. 115) = estado.

⁸³ Lembremos que a noção de “volição” como um componente de alguns tipos de eventos já havia sido apontada por Davidson, conforme vimos anteriormente.

⁸⁴ John kissed Mary.

⁸⁵ John is being polite.

⁸⁶ John is polite.

O evento em 49 não apresenta problemas em ser descrito como uma atividade, conforme propõe o autor. No entanto, 50 e 51 recebem classificações diferentes, mesmo contendo o mesmo predicado “ser educado”. O que torna 50 uma atividade é o controle do agente, ou seja, é possível estar propositadamente em um estado, sendo DO lexicalizado como “ser” (cf. DOWTY, 1979, p. 115). Segundo o autor, é o gerúndio que permite essa lexicalização. No entanto, consideramos que 50 se trata de um caso de *shifting*, sendo o verbo “ser” classificado, originalmente, como estado, isto é, sem DO. Esse verbo, então, em razão do processo de *shifting*, passa a incorporar esse operador.

Entre as questões que podem ser levantadas a respeito dos operadores propostos por Dowty, uma diz respeito ao fato de *accomplishments* poderem apresentar controle por parte do agente. O autor trata desses casos como contendo, além dos operadores CAUSE e BECOME, o operador DO, não presente em todos os casos de *accomplishments*. Assim como atividades, *accomplishments* cuja estrutura contém DO podem ocorrer como complemento de “forçar” ou “persuadir”. Por exemplo, se “João matar Maria” pode ser complemento de “forçar”, como em “forcei João a matar Maria”, então João, mesmo sem ter o desejo, a vontade, “mata Maria” tendo controle da ação, tendo consciência. O termo “intenção” pode sugerir “desejo” ou “vontade”, e por isso não é totalmente adequado usá-lo para descrever o operador DO, mais próximo da noção de “controle”. No entanto, “intenção” (ou “volição”) é um termo relacionado à propriedade de DO, como demonstra a agramaticalidade de 52, causada pela presença desse termo na falta do primitivo DO.

52) *Tenho a intenção de ser alto.

Outra questão diz respeito à possível não adequabilidade da representação de um mesmo evento com diferentes operadores. Grimshaw (2005, p. 86-87) critica as perspectivas que promovem esse tipo de decomposição por não indicarem, de fato, a semântica de um item lexical. A autora cita o verbo “matar”, decomposto em CAUSE to DIE conforme proposta de Jackendoff (o mesmo serve para a proposta de Dowty). A crítica é motivada pelo fato de a representação em que há a decomposição resultar em uma paráfrase que aceita múltiplos modificadores temporais, ao passo que a sentença original parafraseada não aceita:

53) Eu causei a morte dele na terça-feira dando-lhe veneno na segunda-feira.⁸⁷ (GRIMSHAW, 2005, p. 87)

54) ?Eu o matei na terça-feira dando-lhe veneno na segunda-feira.⁸⁸ (GRIMSHAW, 2005, p. 87)

A explicação da autora para a diferença de aceitabilidade entre 53 e 54 é que “matar” é um morfema *e*, portanto, denota um simples evento. Já a decomposição em CAUSE to DIE (assim como em [CAUSE [BECOME]]) é formada por dois eventos, cada um com sua própria localização temporal. Parsons (1990, p. 112-116) cita a mesma crítica, mas partindo da proposta de Dowty, e afirma que uma paráfrase que utiliza decomposição não pode ser considerada precisa. A resposta para essa crítica Parsons encontra no texto do próprio Dowty (1979, p. 97), que afirma que um operador abstrato como CAUSE não pode ser confundido com o verbo “cause” (em inglês), e tal operador, não sendo um verbo que denota um evento, não passa de uma representação de determinada propriedade referente à causalidade de um evento. Da mesma maneira, BECOME e DO são operadores lógicos que não representam de modo exato os significados dos verbos “*become*” e “*do*”.

De todo modo, uma proposta de análise como a de Dowty, que decompõe um item lexical em determinados primitivos (os operadores lógicos CAUSE, BECOME e DO), apresenta o problema de não possuir um modo de representação precisa dos significados desses elementos abstratos. Esse problema Dowty (1979, p. 97, tradução nossa) reconhece como um “dilema metodológico”:

como nós decidimos se uma dada análise de decomposição em termos de elementos completamente abstratos representam ou não adequadamente o significado de uma palavra analisada, dado que o teste de análise de decomposição não é simplesmente verificar se uma paráfrase putativa em inglês contendo as palavras de “decomposição” da análise é ou não é realmente sinônima da palavra analisada? Se nós dizemos que *Kill* é CAUSE BECOME NOT ALIVE, mas não temos um modo independente de decidir exatamente qual é o significado desses elementos abstratos [...], então a análise corre o risco de alcançar uma vacuidade completa. [...] Mesmo que aceitássemos a doutrina estruturalista (o que eu não faço) de que nós apenas precisamos isolar os contrastes semânticos primitivos de uma língua, sem análise além disso, nós ainda encontraríamos o problema de saber se o construto teórico CAUSE usado para analisar um tipo de

⁸⁷ I cause him to die on Tuesday by giving him poison on Monday.

⁸⁸ *I killed him on Tuesday by giving him poison on Monday.

palavra está realmente representando o mesmo significado de quando é usado na análise de outro tipo de palavra.⁸⁹

Mesmo que a análise de um item lexical por meio de uma decomposição em elementos abstratos seja justificada por testes de acarretamento (isto é, um determinado elemento abstrato corresponde a um determinado acarretamento), o problema citado permanece. Porém, esse problema de caráter metodológico pode se dissolver em uma análise em que a decomposição citada se justifica. Na sequência, veremos uma proposta alternativa que não atende ao nosso objetivo de análise, apesar de não apresentar o “dilema metodológico” comentado, o que justificará nos basearmos no trabalho de Dowty.

Para Pustejovsky ([1991]2005, p. 37), as teorias que postulam primitivos em que itens lexicais são decompostos, como a de Dowty, não possibilitam uma caracterização completa de todas as expressões bem formadas em uma língua. Para o autor, um método de decomposição lexical, em vez de estabelecer uma taxonomia de conceitos categorizados por conjuntos de traços, deveria informar o comportamento semântico mínimo desse item. A maioria das teorias de decomposição lexical possui uma abordagem exaustiva na medida em que elas, depois de assumirem um conjunto de primitivos, operam com esse conjunto procurando estabelecer definições completas do significado lexical. Por outro lado, o autor afirma que essa característica pode ser evitada em uma abordagem decomposicional se ela almejar regras de geração de estrutura em vez de um vocabulário de primitivos, ou seja, se ela for gerativa. Visando a chegar a uma proposta como essa, Pustejovsky sugere representar os elementos do significado de um item lexical não por meio de um vocabulário de primitivos, mas por meio de estruturas. Com base nisso, ele propõe uma estrutura de eventos.

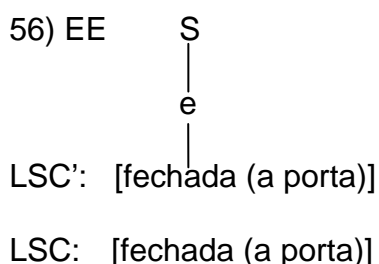
Uma estrutura de evento é apenas um dos níveis em que um item lexical é representado. Na proposta de Pustejovsky, nessa estrutura, um evento, compondo um item lexical, pode ser representado por subeventos. Porém, o autor não deixa de

⁸⁹ how do we decide whether a given decomposition analysis in terms of completely abstract elements adequately represents the meaning of the analyzed word or not, given that the test of a decomposition analysis is not just whether a putative English paraphrase containing the "decomposing" words of the analysis is really synonymous with the analyzed word or not? If we say kill is CAUSE BECOME NOT ALIVE but have no independent way of deciding exactly what the meaning of these abstract elements is [...], then the analysis is in danger of approaching complete vacuity. [...] Even if we were to accept the structuralist's doctrine (which I don't) that we only need to isolate the primitive semantic contrasts of a language, not further analyze these, we still face the problem of knowing whether the theoretical construct CAUSE used to analyze one kind of word is really representing the same meaning as it does when it is used in analyzing another kind of word.

assumir um nível de representação baseada em decomposição de primitivos. Esses primitivos não são tratados como um conjunto fixo, mas sim como uma decomposição verbal mínima que tem a estrutura de evento como subjacente. Esse nível de decomposição, chamado de estrutura léxico-conceitual (*lexical conceptual structure* – LCS), é formado a partir da estrutura em questão. São três as estruturas de evento propostas: uma para estados, em que há apenas um subevento; uma para atividades, em que há subeventos sem que haja uma oposição entre eles; e uma para transições (*accomplishments* e *achievements*), em que há dois subeventos, sendo que há uma oposição entre eles.

Um estado possui a estrutura mais simples, como demonstrado em 56, representação de 55:

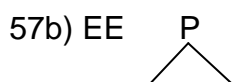
55) A porta está fechada.⁹⁰ (PUSTEJOVSKY, [1991]2005, p. 41)



A primeira parte dessa representação (em que S representa *state*, estado), a estrutura de evento (EE), é a mais relevante, pois é a base para as demais partes e é a mais abstrata. LSC' e LSC são instâncias de uma estrutura léxico-conceitual em que LSC' corresponde a uma estrutura subjacente a de LSC, em que os elementos não estão adjungidos. Esta última compreende uma configuração resultante da composição dos primitivos mínimos (a diferença entre LSC' e LSC é mais bem percebida na representação em 58).

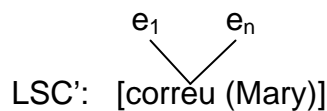
Uma atividade (representada em 57 e 58 por P, de processo) pode possuir duas LCSs diferentes, a depender da presença do operador CAUSE (como em 58) ou da ausência (como em 57).

57a) Mary correu.⁹¹ (PUSTEJOVSKY, [1991]2005, p. 41)



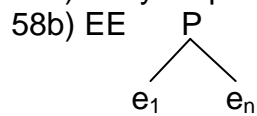
⁹⁰ The door is closed.

⁹¹ Mary run.



LSC: [correu (Mary)]

58a) Mary empurrou o carro.



LSC': [act (Mary, o carro) \wedge mover(o carro)]

LSC: cause([act (Mary, o carro)], mover(o carro))

Essa representação das atividades demonstra a homogeneidade desse tipo aspectual, isto é, demonstra uma mesma estrutura para um mesmo tipo. Porém, não explicita que há apenas um subevento, já que as representações e_1 e e_n poderiam sugerir que atividades denotam vários eventos. De fato, uma atividade como “empurrar” sugere uma série de eventos envolvendo movimentos de um agente, mas nem todos esses eventos são inscritos no item lexical. Em trabalho posterior, Pustejovsky (1996) detalha a descrição dos eventos informando que cada um pode conter até dois subeventos. Desse modo, as atividades em construções não causativas contêm apenas um subevento, ao passo que uma atividade em construção causativa contém dois subeventos. Cada subevento é descrito como um processo ou uma atividade. No caso de um evento ser uma atividade, todos os subeventos acabam sendo processos⁹². Desse modo, os itens verbais em “correr” e “empurrar” seriam representados do seguinte modo:

59) correr

[e1: processo]

60) empurrar

[e1: processo]

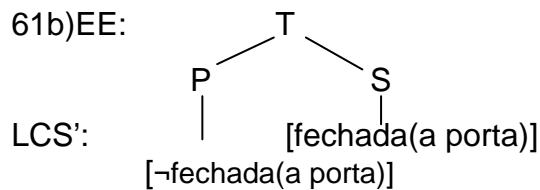
⁹² Aqui estamos usando “atividade” para denominar a classe aspectual e “processo” para denominar a característica de um subevento.

e2: processo

As transições (indicadas por T) *accomplishments* e *achievements* se diferenciam, assim como os dois tipos de atividades, apenas no nível de LCS. Vejamos os seguintes exemplos seguidos de suas representações:

61a) A porta fechou.

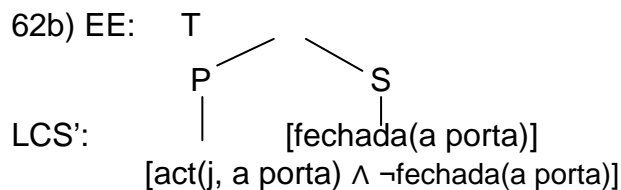
61b) EE:



LCS: become([fechada(a porta)])

62a) John fechou a porta.

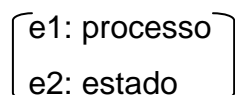
62b) EE:



LCS: cause([act(j, a porta)], become([fechada(a porta)]))

Os subeventos que o verbo “fechar” denota correspondem à seguinte representação:

63) fechar



Uma proposta como a de Pustejovsky permite que visualizemos a relevância das partes e de algumas propriedades dos eventos não apenas como primitivos, mas como elementos estruturados. Desse modo, alguns elementos presentes nos eventos, em vez de serem tomados como uma lista de primitivos, podem ser inferidos desse tipo de estrutura. Por exemplo, se há uma transição, há uma oposição e o resultado de uma mudança; se há uma causa, há um agente causador

e a possibilidade de haver intencionalidade. Porém, tal proposta não tira o mérito de decomposições como a sugerida por Dowty, pois tal decomposição, ao estabelecer primitivos, revela características não apreensíveis diretamente em uma estrutura como a de Pustejovsky. Por exemplo, agentividade é uma propriedade que Pustejovsky não considera relevante para determinar tais estruturas, mas ela está presente na proposta de Dowty, e, como será visto, essa propriedade pode ser justificada por estar relacionada diretamente na configuração de algumas AAs, ainda mais em se tratando da ideia de volição associada a ela. Além disso, a decomposição dowtyana já prevê subpartes de uma eventualidade (uma para CAUSE, outra para BECOME), mesmo que não de modo graficamente visualizável (a ideia de “transição” é inferível de BECOME). Por fim, algumas AAs são mais bem descritas como recuperando primitivos (como nossa análise irá demonstrar), sem a necessidade de demonstrarmos como eles foram gerados, o que torna a proposta de Dowty mais adequada ao nosso objetivo. Desse modo, justificamos o fato de não seguirmos todo o arcabouço teórico proposto por Pustejovsky.⁹³

A configuração das AAs pode ser sensível aos elementos que compõem ou podem compor as eventualidades, o que deverá ser investigado. Alguns desses elementos podem ser sistematizados da discussão feita até o momento: 1) elementos presentes em todas as eventualidades (tempo e espaço) e 2) elementos que podem estar presentes a depender do tipo de eventualidade (agentividade/controle, transição/mudança, causalidade). Essas propriedades serão estabelecidas quando os participantes dos eventos, argumentos verbais que recebem papéis temáticos a depender de suas funções nos eventos, forem discutidos adiante. Antes de estabelecermos esses elementos (propriedades e participantes), devemos identificar a eventualidade relacionada a eles, que, em alguns casos, é estabelecida pelo acionamento de informações na estrutura *qualia*, um nível de representação lexical a ser exposto na próxima seção.

2.4 ESTRUTURA QUALIA

⁹³ Neste trabalho, dos níveis de representação lexical sugeridos pelo autor, temos como base teórica direta apenas a estrutura argumental e a estrutura *qualia*.

A estrutura *qualia*, conforme proposta de Pustejovsky (1996), é o que dá força relacional aos itens lexicais. Corresponde a informações que promovem restrições de uso e que são selecionadas conforme o contexto sintático ou semântico. Essa estrutura é composta por quatro aspectos (ou papéis) do significado:

- Constitutivo: papel que relaciona o objeto e as suas partes. Corresponde a elementos como o material, o peso e aos elementos definidos como partes.
- Formal: distingue o objeto dentro de um domínio maior. Corresponde a características como orientação, magnitude, forma, dimensão, cor e posição.
- Télico: compreende a proposta ou a função de um objeto. Refere-se também à proposta de uma ação realizada por um agente ou à função que determina algumas atividades.
- Agentivo: trata-se de fatores envolvidos na origem ou na criação de um objeto. Compreende elementos como criador e artefato.

Consideraremos, neste trabalho, de modo mais detido, apenas os papéis télico e agentivo por permitirem explicar certos casos de AAs baseadas em eventualidades. Os papéis constitutivo e formal, porém, devem ser considerados na análise de outros casos de AAs, como os que envolvem relações nominais (como a relação parte-todo, nos termos de Kleiber, 2001), o que não é nosso objetivo.

Os papéis *qualia*, acionados em contextos sintático-semântico específicos, sugerem interpretações de acordo com esses contextos (PUSTEJOVSKY, 1996, p. 87). Por exemplo, o item “livro” possui como papel télico o predicado verbal “ler”, acionado no contexto de 64.

64) Bill gostou do último livro do Steven King.⁹⁴ (PUSTEJOVSKY, 1996, p. 88) (ler)

Nesse exemplo, há uma elipse do predicado verbal “ler”, recuperado na interpretação da sentença graças à presença do item “livro”, ou seja, o que Bill gostou foi de “ler” o livro. Observamos que o verbo “gostar” seleciona apenas eventualidades como complemento, ou seja, se um argumento com núcleo nominal

⁹⁴ Bill enjoyed Steven King's last book. (reading)

está na posição de complemento sintático de gostar, uma eventualidade precisa ser inferida.

Em 65, temos um exemplo de AA baseado na relação entre “livro” e seu papel agentivo, que é “escrever”.

65) Este livro está em inglês, mas **o autor** é russo.⁹⁵ (KLEIBER, 2001, p. 344)

Nesse exemplo, “livro” é um participante do evento “escrever”, correspondente a seu papel agentivo. Só é possível inferir “autor”, outro participante desse evento, se assumirmos que há um evento estabelecido, e tal evento é inferido por ser uma informação contida no léxico de “livro”. A relação entre um evento e seus participantes será tratada na próxima seção.

A AA em 65 é classificada por Kleiber como “funcional”, pois o referente da expressão anafórica desempenha uma função em relação ao referente do antecedente. Essa explicação do autor, porém, não é capaz de demonstrar como essa função desempenhada é inferida nem qual é o tipo de relação entre anafórico e antecedente. Esse problema é contornado quando consideramos a estrutura *qualia*, pois é por meio do conteúdo correspondente a ela que podemos inferir um evento e, posteriormente, os participantes desse evento.

Outros exemplos de AAs classificados por Kleiber como funcionais podem ser analisados com o auxílio dos *qualia* agentivo e télico:

66) O veículo derrapou. **O motorista** estava dormindo.⁹⁶ (KLEIBER, 2001, p. 344) (papel télico contido em “veículo” = dirigir; participantes do evento “dirigir” = veículo, motorista)

67) A cidadezinha fica vazia durante o dia. **Os habitantes** trabalham todos na cidade grande.⁹⁷ (KLEIBER, 2001, p. 344) (papel télico contido em “cidade” = habitar; participantes do evento “habitar” = cidade, habitantes)

Não é possível afirmar que todas as AAs chamadas por Kleiber de “funcionais” acionam os papéis télico e agentivo, conforme notamos em 68 e 69:

⁹⁵ Ce livre est en anglais, mais l’auteur est russe.

⁹⁶ La voiture dérappa. Le conducteur s’était assoupi.

⁹⁷ Le village est vide le jour. Les habitants travaillent tous en ville.

68) Entramos em uma cidade e pedimos para ver **o prefeito**.⁹⁸ (KLEIBER, 2001, p. 344)

69) Eu quero comprar uma casa, mas não consigo encontrar **o proprietário**.⁹⁹ (KLEIBER, 2001, p. 344)

A relação entre o antecedente e o anafórico, em 68 e 69, não é garantida pela estrutura *qualia* do antecedente, como é o caso dos exemplos anteriores, conforme já havíamos sugerido no capítulo anterior. “Prefeito” e “proprietário” são termos que estabelecem uma relação que, não sendo baseada em uma eventualidade acionada via estrutura *qualia* (pelo menos no que diz respeito aos papéis agente e télico), deve ser investigada para verificarmos se é baseada em uma associação eventiva. Em 66 e 67, uma eventualidade é inferida porque uma especificação da estrutura *qualia* é acionada, e tendo essa eventualidade estabelecida podemos relacionar a ela um participante; já em 68 e 69, o referente da expressão anafórica não é dado como conhecido por meio de uma eventualidade, mas sim em razão da semântica dos próprios itens que compõem o anafórico, “prefeito” e “proprietário”. Assim, notamos que dados relacionados a processos diferentes são classificados, por Kleiber, sob a mesma denominação.

Kleiber (2001, p. 345-346) traduz a relação entre anafórico e antecedente de um modo genérico que abrange AAs funcionais e outras não investigadas aqui, correspondentes a associações não eventivas (meronímicas e locativas, na classificação de Kleiber, 2001). Essa relação é representada pela preposição “de” em: “o motorista do veículo” (66), “os habitantes da cidade” (67), “o prefeito da cidade” (68), “o proprietário da casa” (69). Outro modo de representação apresentado pelo autor é por meio do uso do verbo “ter”: “o veículo tem um motorista”, “a cidade tem habitantes”, “a cidade tem prefeito”, “a casa tem um proprietário”. Todas essas maneiras de representar remetem a *estados*, não considerando que em 65, por exemplo, há uma associação baseada em um *accomplishment* (escrever um livro), e que em 66 há uma associação baseada em uma atividade (dirigir um carro). A introdução da estrutura *qualia* no quadro teórico é, portanto, justificada para esclarecer essas associações eventivas e a relação entre

⁹⁸ Nous entrâmes dans un village et demandâmes à voir le maire.

⁹⁹ Je voudrais acheter une maison, mais je n’arrive pas à trouver le propriétaire.

os itens envolvidos nas AAs, além de nos dar base para questionar a classificação de Kleiber.

Voltando aos exemplos 68 e 69, a associação é garantida pelos termos “prefeito” e “proprietário”, e sugerimos que estes sejam considerados *relacionais*. Por tratarem de associações nominais não eventivas, isto é, entre entidades não constituídas por eventualidades nem por relações com eventualidades, as AAs baseadas em tais termos não fazem parte de nosso foco de análise.

A introdução da estrutura *qualia* em nossa discussão, portanto, é limitada, pois é feita apenas quando esclarece alguns casos de AAs baseados em eventualidades. Na próxima seção, que trata dos participantes das eventualidades, a estrutura *qualia* será novamente considerada em alguns casos.

2.5 PARTICIPANTES E PROPRIEDADES DAS EVENTUALIDADES

A relação entre uma eventualidade e seus participantes já foi considerada em AAs actanciais e em casos de funcionais. Nessas AAs, esses participantes, definidos na grade argumental dos verbos, são identificados por suas propriedades projetadas pelos verbos, e não por suas posições sintáticas. Portanto, esses tipos de AAs justificam as propriedades dos participantes relacionadas às eventualidades e a não restrição à sentença de projeções argumentais. A discussão a respeito de papéis temáticos, realizada a seguir, é um ponto de partida para a definição das propriedades desses participantes.

A noção de papéis temáticos, de acordo com Cançado (2008), foi cunhada por Gruber (1965), Fillmore ([1968]2003) e Jackendoff (1972). A proposta desses autores é explicar relações estabelecidas entre argumentos e seus predicados verbais não capturadas por noções estritamente sintáticas. Conceitos como sujeito e objeto, ou como argumento interno, argumento externo e adjunto, não traduzem a função semântica desses elementos. Por exemplo, a denominação de “sujeito” para “John” e “a chave” nos exemplos 70 e 71 não explicita que esses argumentos exercem funções semânticas diferentes, correspondentes, respectivamente, a “agente” e “instrumento”.

70) John abriu a porta.¹⁰⁰ (FILLMORE, 2003, p. 47)

71) A chave abriu a porta.¹⁰¹ (FILLMORE, 2003, p. 47)

Contudo, algumas configurações sintáticas podem ser associadas aos papéis temáticos. Por exemplo, em uma sentença em que o sujeito é um instrumento, não é possível um sintagma preposicional adjunto formado pela preposição “com”, ao passo que em uma sentença cujo sujeito é agente, esse tipo de adjunto é possível:

72) *A chave abriu a porta com o machado.

73) John abriu a porta com a chave.

A explicação para a agramaticalidade de 72 é que a função de instrumento, ocupada pelo argumento sujeito, impede outro argumento (“o machado”) de ocupar a mesma função.¹⁰²

Ao contrário de considerações estritamente sintáticas, para as quais não é necessário determinar os tipos de papéis temáticos, identificar esses papéis torna-se relevante quando o objetivo é analisar relações semânticas estabelecidas entre predicados verbais e seus argumentos. A nossa motivação direta para identificarmos os papéis temáticos em nossa análise das AAs baseadas em relações eventivas é que a mera identificação do tipo de argumento não é suficiente para a explicitação de relações estabelecidas fora da sentença. Um exemplo de AA actancial de Kleiber (2001) demonstra isso:

74) Uma velha senhora foi morta. **O assassino** não foi encontrado.¹⁰³ (KLEIBER, 2001, p. 317)

Em 74, “o assassino” é um participante do evento denotado pelo predicado verbal “matar”. Sua participação nesse evento não é capturada pela identificação de

¹⁰⁰ John opened the door.

¹⁰¹ The key opened the door.

¹⁰² Como esse argumento, por se constituir em um sintagma preposicional nucleado por “com”, desempenha prototipicamente a função de instrumento, mas não pode ocupar tal função, ficando sem papel temático, então a sentença passa a ser agramatical, já que todo argumento DP precisa receber um papel temático (cf. CHOMSKY, 1981).

¹⁰³ Une vieille dame a été assassinée. Le meurtrier n’a pas été retrouvé.

sua posição argumental, mas sim pelo seu papel temático. Exemplos como 74, baseados na relação entre um evento e um participante, podem ser vistos como uma justificativa empírica para a introdução de papéis temáticos, feita por Parsons (1990), em uma semântica de eventos. Em outros termos, conforme Rothstein (2004, p. 4), papéis temáticos denotam funções dos participantes estabelecidas pelos eventos, e são essas funções que garantem associações como a encontrada no exemplo anterior.

Entretanto, identificar os papéis temáticos, tarefa importante para revelar as associações em exemplos como o anterior, é algo problemático. Como diz Dowty (1991, p. 547), “talvez não haja conceito em teoria sintática e semântica moderna que esteja tão frequentemente envolvido em tantos contextos, mas a respeito do qual haja tão pouco consenso sobre sua natureza e sua definição, como o conceito de papéis temáticos”¹⁰⁴. Essa falta de consenso é atestada pelas diferentes listas de papéis temáticos sugeridas.

As listas sugeridas por Fillmore ([1968]2003) e por Gruber (1965), descritas a seguir, são um ponto de partida para a considerarmos a gama de papéis temáticos comumente discutida. Fillmore ([1968]2003, p. 46) sugere os seguintes papéis temáticos: *agentivo*, o papel (ou “caso”, nos termos do autor) de um instigador, tipicamente animado, de uma ação determinada pelo verbo; *instrumental*, o papel da força ou objeto inanimados envolvidos causalmente na ação ou estado determinado pelo verbo; *dativo*, o papel de um ser animado afetado pelo estado ou pela ação determinada pelo verbo; *factivo*, o papel do objeto ou do ser resultante da ação ou estado determinado pelo verbo, ou entendido como parte do significado do verbo; *locativo*, o papel que identifica a localização ou orientação espacial do estado ou ação determinada pelo verbo; e *objetivo*, o papel mais neutro, correspondente a qualquer entidade representada por um substantivo, sendo limitado a entidades afetadas pela ação ou pelo estado determinado pelo verbo. Já Gruber (1965) sugere os papéis seguintes: *tema*, o objeto em movimento, como o primeiro argumento de “ir”; *fonte*, o objeto de onde o movimento procede; *alvo*, o objeto para qual o movimento é direcionado; *agente*, o primeiro argumento de uma função eventiva [evento CAUSE (i,j)], em que j é o evento sendo causado; *experienciador*, um argumento relacionado a um estado mental.

¹⁰⁴ There is perhaps no concept in modern syntactic and semantic theory which is so often involved in so wide a range of contexts, but on which there is so little agreement as to its nature and definition, as THEMATIC ROLE.

No momento, para nossas considerações a respeito dos papéis temáticos, é suficiente a lista geral sugerida por Cançado (2008, p. 111-112), elaborada com base na literatura sobre o assunto:

Agente: o desencadeador de alguma ação, capaz de agir com controle.

Causa: o desencadeador de alguma ação, sem controle.

Instrumento: o meio pelo qual a ação é desencadeada.

Paciente: a entidade que sofre o efeito de alguma ação, havendo mudança de estado.

Tema: a entidade deslocada por uma ação.

Experienciador: ser animado que mudou ou está em determinado estado mental, perceptual ou psicológico.

Beneficiário: a entidade que é beneficiada pela ação descrita.

Objetivo (ou objeto estativo): a entidade à qual se faz referência, sem que esta desencadeie algo ou seja afetada por algo.

Locativo: o lugar em que algo está situado ou acontece.

Alvo: a entidade para onde algo se move.

Fonte: a entidade de onde algo se move.

Dowty (1991, p. 549) aponta ainda diferentes propostas para novos papéis temáticos, como os papéis *figure* e *ground* (TALMY, 1985), desconsiderados posteriormente como papéis temáticos (DOWTY, 1991, p. 563), assim como o “tema estativo” sugerido por Gruber, porque dependem da noção de saliência, definida por relações discursivas e pragmáticas. Tendo estabelecido, então, que os papéis temáticos não são definidos por operações que tornam um objeto mais saliente que outro, isto é, por operações pragmáticas, Dowty continua com o problema da indefinição e da falta de consenso a respeito de quais são eles e de como eles se caracterizam.

O autor conclui, então, que esse problema ocorre porque papéis temáticos não são categorias discretas, mas, sim, conjuntos de propriedades. Como um papel pode possuir propriedades de outro, o que dificulta a definição de denominações precisas, o autor sugere que apenas dois grupos gerais sejam necessários, *protoagente* e *protopaciente*, cada um contendo uma parcela dessas propriedades. Um argumento pode conter uma ou mais dessas propriedades, mas tais propriedades o caracterizam como um protopapel ou como outro, ou seja, um mesmo argumento não teria, teoricamente, uma propriedade de protoagente e uma

de protopaciente. Desse modo, não é relevante estabelecer uma lista fixa de papéis temáticos a serem atribuídas aos participantes de uma eventualidade, mas, sim, estabelecer propriedades das eventualidades relacionadas a eles.

Se, do ponto de vista teórico, não há como definir uma lista precisa de papéis temáticos, do ponto de vista metodológico, é possível definir uma relação de papéis temáticos relevantes para uma análise específica, e as características listadas na configuração dos protopapéis podem orientar essa tarefa. Para nosso propósito, são relevantes características a que as AAs sejam sensíveis, e apenas com base nessas características consideramos os papéis. Não se trata de resolver o problema da indefinição de quais são os papéis temáticos, mas, apenas, de chegar a uma relação mínima a ser considerada na análise das AAs selecionadas.

As propriedades presentes nos protopapéis, conforme proposta de Dowty (1991, p. 575), são apresentadas da seguinte forma:

Propriedades que contribuem para a configuração do protoagente:

- envolvimento volicional no evento ou no estado;
- senciência e/ou percepção;
- causar um evento ou uma mudança de estado em outro participante;
- movimento (relativo à posição de outro participante).
- (existir independentemente do evento nomeado pelo verbo)

Propriedades que contribuem para a configuração do protopaciente:

- sofre mudança de estado;
- tema incremental;
- afetado causalmente por outro participante;
- estacionário em relação ao movimento de outro participante;
- (não existir independentemente do evento).¹⁰⁵

Os papéis temáticos necessários para nossos propósitos correspondem a um número mínimo que identifique as propriedades dos argumentos a que as AAs são sensíveis. Por exemplo, é necessário discriminarmos a denominação “agente” das de “causa” e “experenciador”, pois, a julgar pelos exemplos a seguir, as AAs são sensíveis às propriedades específicas das eventualidades que envolvem “agentes”.

¹⁰⁵ Essa propriedade, assim como a última do protoagente, é apresentada entre parênteses pelo autor, que diz não estar certo sobre o quanto ela deve ser atribuída a associações promovidas pelos participantes.

75) João esculpiu uma grande escultura. **A intenção** era fazer uma obra de arte.

76) ?O vento esculpiu a montanhas de Vila Velha. **A intenção** era fazer o parque ficar mais bonito. (sem envolvimento volicional)

77) ?João ama Maria. **A intenção** é viver. (“amar” não prevê agente)

Do mesmo modo, parece ser necessário assumirmos um conjunto de papéis temáticos que discrimine “causa” e “experienciador”, pois as AAs são sensíveis às especificidades desses dois papéis.

78) A cidade foi destruída. **A causa/o responsável** foi o terremoto (= o terremoto destruiu a cidade)

79) ?Maria é amada. **A causa/o responsável** é João (= João ama Maria)

O papel temático “tema” deve ser considerado, pois, além de coocorrer com “agente”, “causa” ou “experienciador” em uma mesma eventualidade, pode estar relacionado com uma mudança de estado, característica esta a que alguns casos de AAs são sensíveis, sendo necessário investigar quais. Esse papel temático, porém, é um dos que mais apresenta falta de consenso sobre sua caracterização, e as propriedades associadas a ele requerem tratamento à parte. Como visto, para Cançado, essa denominação é usada apenas para a característica de sofrer deslocamento. Dowty comenta essa propriedade de alguns participantes, lembrando que tanto um agente como um paciente pode tê-la. A discussão do autor (DOWTY, 1991, p. 574) a respeito dessa propriedade é se ela é um tipo de mudança de estado, outra propriedade já listada para protopaciente. O autor conclui que a causa em um movimento diferencia agentes de pacientes, isto é, o elemento causador do movimento é um protoagente, ao passo que o elemento deslocado é um protopaciente. Vejamos um exemplo de AA que envolve essa questão:

80) João trocou o livro da prateleira da esquerda para a da direita. **A mudança** foi inútil.

Em 80, o termo “mudança” parece capturar a propriedade de mudança de estado, conforme definida por Dowty. Mas a presença desse item não garante a boa formação de outros casos de AA relacionada a um evento de movimento:

81) ?João guardou o livro na prateleira. **A mudança** foi inútil.

A impossibilidade de 81 sugere que um item como “mudança” só é possível na configuração de uma AA que envolva um evento de mudança de estado se o estado inicial¹⁰⁶ for apreensível; ou seja, o local inicial de “o livro”, em 81, não é apreensível, o que torna esse exemplo inaceitável. Vejamos outro exemplo, em 82, que envolve movimento, seguido de outros exemplos de mudança de estado que não envolvem movimento:

82) ?O carteiro levou a carta da central até o domicílio. **A mudança** ocorreu ontem.

83) O maquiador embelezou a celebridade. **A mudança** foi bem-vinda.

84) João limpou a casa. **A mudança** foi visível.

85) ?João morreu. **A mudança** foi triste.

86) ?Um pai machucou um dos filhos. **A mudança** foi repudiada.

Os exemplos 82, 84 e 85 demonstram que outros fatores são necessários (talvez pragmáticos, referentes à saliência), além de o estado inicial ser apreensível, para a configuração de AAs com o item “mudança”. Não é nosso objetivo analisarmos esses fatores, mas, sim, apontarmos que um mesmo item pode ser usado na configuração de AAs que envolvam mudanças de estado com movimento e na configuração de AAs que envolvam mudança de estado sem movimento, ou seja, a sugestão de Dowty de considerar deslocamento por meio de um movimento como um tipo de mudança de estado ganha suporte. Portanto, pelo menos no que se refere a alguns casos de AAs, a pergunta de Dowty (1991, p. 574) “movimento também conta como mudança de estado?”, à qual o autor responde

¹⁰⁶ Por “estado inicial” entendemos a situação inicial em que um objeto, associado ao operador BECOME, encontra-se. Pode ser um “lugar inicial” ou uma “condição inicial”.

afirmativamente, também nos parece ter uma resposta afirmativa. Isso nos autoriza considerar sob uma mesma denominação de papel temático dois tipos de participantes: aqueles que sofrem mudança de estado com movimento e aqueles que sofrem mudança de estado sem movimento. Iremos manter a denominação “tema” para esses casos.

Dowty também cita a propriedade de “tema incremental”, que é a característica de um participante, normalmente classificado como “tema” pela literatura, de corresponder à duração de um evento de modo homomórfico, ou seja, a extensão do participante determina a extensão do evento, considerando-se apenas predicados télicos. Exemplos de temas incrementais, de acordo com o autor, são os objetos construídos, os objetos destruídos e os objetos que sofrem uma mudança de estado definida, como nos exemplos em *itálico* a seguir: construir *uma casa*, escrever *uma carta*, tocar *uma sonata*, comer *um sanduíche*, pintar *uma casa*, lustrar *um sapato*, revisar *um artigo*. Percebemos que em “tocar uma sonata”, não há um objeto destruído, construído nem um objeto que sofreu mudança de estado, mas é um objeto que determina a extensão do evento “tocar”, assim como os outros objetos citados determinam a extensão dos eventos de que participam. Como as AAs não se mostram sensíveis às características específicas desses participantes, não os consideraremos como uma categoria discreta, e o manteremos sob a denominação apenas de “tema”. Essa denominação para esse tipo de participante não leva em consideração a diferença entre um objeto afetado e um objeto consumido. Isso ocorre porque as AAs analisadas mais adiante não se mostram sensíveis às propriedades específicas dos temas incrementais.

Chegamos, então, à denominação “tema” abrangendo os papéis (sugeridos por Cançado, 2008) de “paciente” e “objetivo”, ou seja, abrangendo as propriedades de *mudança de estado*, *tema incremental* e *tema afetado causalmente por outro participante*. Resta, ainda, considerar os papéis “beneficiário”, “alvo”, “fonte”, “ferramenta” e “locativo”. O papel temático “beneficiário” não é discriminado por Dowty por ser um tipo de alvo; por “alvo”, entendemos a entidade para a qual algo é direcionado, e deve ser investigado se o fato de essa entidade ser beneficiada pela ação descrita (o que justificaria a denominação específica de “beneficiário”) é relevante para a configuração das AAs. Vejamos alguns casos envolvendo alvos:

87-84) João deu o livro. **O beneficiário** ficou muito feliz.

89-85) João deu o livro. **O destinatário** ficou feliz.

89-86) João enviou a carta. **O destinatário** ninguém conhece.

90-87) ?João enviou a carta. **O beneficiário** ninguém conhece.

O fato de 90 parecer estranho sugere que possamos manter o papel temático “beneficiário” em nossa relação, pois a noção de “se beneficiar” se mostra como uma informação lexical de certos verbos a que as AAs podem ser sensíveis. Se assumirmos esse papel implica assumirmos sua característica específica, essa característica talvez possa ser adicionada à lista de propriedades dos protopacientes, o que sugere uma revisão da lista proposta por Dowty. No entanto, a pretensão deste trabalho é apenas selecionar uma lista mínima de papéis temáticos e de propriedades, e não uma revisão de todas as propriedades presentes nas eventualidades.

Como aponta Dowty (1991, p. 578), os papéis “alvo” (o mesmo vale para “beneficiário”) e “fonte”, por possuírem menos propriedades de protopacientes que um “tema”, não são realizados, em uma sentença, na posição de objeto direto, mas sim “lexicalizados” (DOWTY, 1991, p. 576) como objetos preposicionais. Isso se deve a uma hierarquia, em que, no caso dos protopacientes, a posição de objeto direto é destinada ao participante que apresente mais propriedades de protopaciente, assim como a posição de sujeito é destinada ao participante com mais propriedades de protoagente. Essa hierarquia é evidenciada quando todos os participantes envolvidos nela estão presentes em um evento. Por nossa análise não ocorrer no nível da sentença, podemos verificar como essa hierarquia se reflete em casos que envolvam AAs:

91) João levou o livro. **O local** não foi ocupado.

92) *João levou do local. **O livro** não foi devolvido.

93) João entregou o dinheiro. **O receptor** entregou o recibo.

94) *João entregou ao receptor. **O dinheiro** era pouco.

95) O perfumista engarrafou a essência. **A garrafa** está bem guardada.

96) O consumidor desembalou a mercadoria. **A embalagem** foi jogada fora.

97) O consumidor pagou pela mercadoria ao funcionário. **O dinheiro** era pouco.

Os exemplos em 92 e 94 não são apenas estranhos como também apresentam uma sentença agramatical, já que a fonte, em 92, e o alvo, em 94, não podem prevalecer, nas primeiras sentenças, em relação aos temas “o local” e “o dinheiro”, respectivamente. Por outro lado, fonte e alvo, mesmo que não necessários em uma sentença, são logicamente representados pela semântica de certos verbos e recuperáveis como AAs, como nos exemplos em 91, 93, 95 e 96. Ou seja, esses papéis não necessariamente representados na superfície da sentença são atribuídos a argumentos *default*, conforme já visto anteriormente. Todavia, 95 e 96 se diferenciam de 91 e 93 por especificarem esses argumentos *default*, ou seja, por esses argumentos *default* serem do tipo sombra e poderem ser realizados apenas em condições específicas, como por meio de AAs.

Em 97, o tema “o dinheiro” é um participante com mais características de protopaciente do que o alvo “o funcionário”, o que sugere sua prevalência em relação a esse alvo; mas, como notado, esse tema não é expreso e a primeira sentença não é agramatical. Isso sugere que “pagar” possui o argumento *default* “dinheiro”, o que tornaria a realização desse argumento não necessária. Porém, “pagar” não acarreta a existência de “dinheiro”, pois é possível pagar com outra coisa. Nesse caso, como esse verbo tem um argumento *default* que identifica apenas aquilo com que se paga, e a sequência em 97 com “o dinheiro” é aceitável, resta estipular que, em uma interpretação *default* de pagar, esse argumento *default* seja dinheiro.

Os papéis temáticos “ferramenta” e “locativo” são tratados por Dowty (1991, p. 563) como atribuições de adjuntos. Outro papel que o autor considera na mesma situação e que é relevante para nós é o “temporal”. Vejamos os seguintes exemplos para tecermos considerações sobre a relação de tais papéis com AAs:

98) João nasceu ontem. **O nascedouro** era bem aparelhado.

99) O mulher bateu no filho. Todos **no local** olharam com indignação.

100) João nasceu na maternidade central. **No dia**, todos estavam muito ansiosos.

101) João cortou o pão. **A faca** estava afiada.

102) O rapaz esfaqueou a esposa. **A faca** era caseira.

103) O assaltante atirou na vítima. **A arma** não era registrada.

Em 98, “o nascedouro”, com o papel de locativo, é um argumento adjunto de nascer do tipo *default* sombra, pois é logicamente representado no evento de “nascer”, não sendo, portanto, um adjunto; sendo um locativo, enquadra-se na descrição de protopaciente. Porém, na lista de propriedades de protopacientes sugerida por Dowty, a mais próxima relacionada a locativos é a de ser “estacionário em relação ao movimento de outro participante”, enquanto o mais adequado seria uma propriedade como a de ser “estacionário em relação a outro participante”, sem a necessidade de movimento. A diferença do locativo de 98 para o de 99 é que este último não é especificado pela informação lexical do verbo, mas é representado logicamente por relacionar-se com o evento, já que todos os eventos pressupõem um lugar e um tempo, ou seja, nesses casos, tais argumentos são adjuntos. Em 100, o papel temporal “o dia” ocorre do mesmo modo que o papel locativo em 99, isto é, não representa uma porção temporal especificada pelo verbo, mas é pressuposto pelo evento.

“A faca”, em 102, e “a arma”, em 103, também são argumentos *default* sombra, mas recebem o papel temático de ferramenta, que é um papel, como define Dowty (1991, p. 577), que possui as propriedades protoagentivas de causar um evento e de movimento. Em 101, também há a ferramenta “a faca”, mas o argumento não é derivado do conteúdo do predicado verbal “cortar”, ou seja, não é um argumento *default*, pois “cortar” acarreta apenas um objeto cortante para ser ferramenta, não necessariamente uma “faca”. Uma explicação para a ocorrência do item “faca” nesse caso pode ser a informação de sua estrutura *qualia*: o *quale* télico “cortar” de “faca” retomaria o predicado no antecedente. Porém, “serra” e “tesoura” possuem o mesmo *quale* agentivo, mas não substituiriam “faca” em 101:

104) ?João cortou o pão. **A serra** estava afiada.

105) ?João cortou o pão. **A tesoura** estava afiada.

Apesar de 104 e 105 serem aparentemente possíveis, soam estranhos. É possível que isso se dê por questões extralinguísticas, já que não é comum cortar pão com uma tesoura ou com uma serra, ou porque, no *quale* agentivo, o predicado verbal seja acompanhado de um tipo de complemento (conferir “cortar o pão com uma faca” e “cortar uma árvore com uma serra”). Essas duas hipóteses apenas constam aqui porque circunscrevem as AAs analisadas, mas está fora das pretensões deste trabalho detalhá-las, pois isso demandaria outro foco de análise e pesquisa teórica.

Por fim, uma lista de papéis temáticos a ser usada na análise de AAs foi estabelecida: agente, experienciador, causa, tema, fonte, alvo, beneficiário, ferramenta, locativo e temporal. As propostas de Kleiber (2001) e Korzen e Buch-Kromann (2011) limitaram-se a apontar que há um tipo de AA relacionado a participantes, sem apresentar limites para essa relação. Korzen e Buch-Kromann (2011) chegaram a apresentar uma lista de papéis temáticos a serem tratados na análise de AAs, mas não teceram comentários sobre as especificidades desses papéis a que as AAs podem estar relacionadas. A discussão a respeito das AAs relacionadas a participantes feita aqui visa não ao estabelecimento de uma lista desses papéis temáticos, mas ao levantamento de propriedades das eventualidades a que esses papéis se relacionam e de que a configuração das AAs depende.

Uma teoria que apresente propriedades de eventualidades é necessária para esclarecer não apenas os casos de AAs em que essas propriedades são lexicalizadas em um item presente na expressão anafórica, mas também os casos em que um determinado participante é acarretado por essas propriedades. A propriedade “mudança de estado”, por exemplo, acarreta um participante afetado, considerado aqui como tema, e uma propriedade como “volição” acarreta um papel considerado aqui como agente. Outras teorias que estabelecem diferentes primitivos teóricos poderiam ter sido consideradas, como a de Talmy (1985), que sugere os primitivos “Movimento”, “Path”, “Figure”, “Ground”, “Maneira” e “Causa”. Caberia investigar se a todos esses elementos as AAs se mostram sensíveis. Por outro lado, para nossos propósitos, as propriedades definidas a partir dos protopapéis de Dowty, além das perspectivas discutidas anteriormente, são suficientes para

considerarmos alguns dados, analisados no capítulo seguinte, e organizarmos as AAs relacionadas a eventualidades.

CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

A seleção das teorias apresentadas neste capítulo teve como objetivo nos permitir verificar as relações lexicais estabelecidas entre determinadas AAs e seus antecedentes. Como o recorte de nosso objeto de análise são as AAs relacionadas a eventualidades, foi necessário desenvolvermos um quadro teórico que discutisse elementos associados a tais entidades. A discussão desses elementos se limitou a definir como a configuração do fenômeno estudado se mostra sensível a eles.

Entre os pontos tratados neste quadro teórico está a estrutura argumental. Não é qualquer proposta que poderia nos servir, pois precisávamos definir como um predicado verbal se relaciona com seus argumentos fora do nível da sentença. O tratamento dado por Pustejovsky se mostrou suficiente para essa tarefa, pois o autor busca definir os argumentos de um predicado verbal com base em critérios semânticos e não somente sintáticos. Desse modo, a relação entre argumentos, mesmo aqueles não expressos na estrutura sintática superficial, e seus predicados pode ser mais bem identificada do que em propostas que tratam da estrutura argumental apenas com relação à ordem dos argumentos em uma sentença. Em razão disso, propostas como a de Grimshaw (2005, p. 79) nos são menos adequadas.

Porém, a relação, na configuração das AAs, entre argumentos e predicados verbais só pode ser identificada por meio de papéis temáticos. É com base nessa identificação que definimos como um argumento participa de uma eventualidade denotada por seu predicado verbal. Em razão disso, discutimos algumas classificações desses papéis, tendo em mente que eles não consistem em categorias discretas. Chegamos, então, aos protopapéis propostos por Dowty, que nos permitiram estabelecer critérios para a consideração dos papéis temáticos.

Por nosso objeto de análise se basear em relações promovidas por eventualidades, a busca por uma estrutura ou uma decomposição eventiva poderia ser relevante. Conforme discutido, uma proposta de estrutura de eventos como a de

Pustejovsky não poderia nos servir, pois ela descarta propriedades a que a configuração das AAs se mostra sensível. Essas propriedades foram identificadas com os primitivos DO, BECOME e CAUSE, de Dowty, cuja proposta, portanto, é mais adequada para orientar nossa análise.

A identificação de uma eventualidade ocorre, muitas vezes, por meio da estrutura *qualia*. Sendo assim, a introdução dessa estrutura em nosso quadro teórico se mostrou fundamental. Porém, os limites da estrutura *qualia* ainda requerem observações mais detalhadas outras pesquisas, provavelmente em trabalhos centrados nela. De todo modo, por meio dela, podemos acionar determinadas informações que possibilitam a instauração de eventualidades.

Por fim, pudemos definir um quadro que compreendesse participantes e elementos associados às eventualidades. Com base nisso, podemos analisar as AAs selecionadas por nós a fim de investigar a que ponto esse quadro teórico é justificado em nosso tratamento do fenômeno em questão.

3 ANÁLISE DE DADOS

Com base na discussão a respeito de relações estabelecidas entre eventualidades e suas propriedades e/ou participantes, podemos estabelecer quatro tipos de AAs organizados da seguinte maneira: 1) os que recuperam um primitivo (DO, CAUSE ou BECOME), 2) os que recuperam uma propriedade comum a todas as eventualidades, 3) os que recuperam um participante¹⁰⁷ e 4) os que recuperam um primitivo ou um participante baseando-se na estrutura *qualia*. Os quatro exemplos a seguir, que servem como ponto de partida para a discussão proposta neste capítulo, correspondem, respectivamente, a esses quatro tipos:

1) Durante oito meses, eles elaboraram os textos, revisaram o material coletivamente e fizeram novas versões. **A intenção** era produzir uma antologia de relatos e socializá-las com a comunidade escolar. (FERNANDES, Elisângela. Propostas ruins geram desinteresses pela escrita. **Nova Escola**, Fala Mestre, São Paulo, mar. 2011, n. 240, p. 28-29)

2) Há um tempo, o Centro Acadêmico resolveu fazer uma Assembleia. **O motivo** era uma votação num departamento sobre “criar um curso novo” ou “manter um curso único, devidamente reformado”. (ORNELAS, Claudio Luciano. Bullying no ensino superior – capítulos de uma novela mexicana. Boca do Inferno, Curitiba, ed. 25, abr./jun. 2011, p. 12-13)

3) Depois de revolucionar processos industriais, como no setor automotivo, os robôs chegaram às salas de cirurgia. Em um cenário que até há pouco seria definido como futurista, **o cirurgião** instala-se em frente de um console e opera manejando os braços do robô. (Cirurgia robótica vale mesmo a pena? Página Einstein. Disponível em: <<http://www.einstein.br/pagina->

¹⁰⁷ Chamado de *actante* por Kleiber (2001), que faz referência ao fato de ser um argumento verbal, ou de *papel temático* por Korzen e Buch-Kromann (2011), que fazem referência ao fato de a expressão anafórica ser identificada pela propriedade semântica que a relaciona a um predicado verbal. Escolhemos a denominação *participante*, como Parsons (1990), para fazermos referência à participação do elemento denotado pela expressão anafórica em uma eventualidade e para promovermos uma generalização que consiste em todas as AAs tratadas aqui serem relacionadas a eventualidades.

einstein/Paginas/cirurgia-robotica-vale-mesmo-a-pena.aspx>. Acesso em: 25 ago. 2010)

4) Eu sonhei que estava numa **pizzaria** pedindo uma pizza meio calabresa, meio extravagância. E **o garçom** ainda me perguntava se a metade extravagância era com cebola ou não. (PRATA, Mario. Extravagância. In: **Cem melhores crônicas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007, p. 21).

Na sequência, por meio da análise de dados, buscamos identificar algumas limitações da proposta desses tipos de AAs.

3.1 AAS QUE RECUPERAM PRIMITIVOS

Em 1, “a intenção” recupera uma propriedade presente no antecedente, configurado por três eventualidades: “elaboram os textos”, “revisaram o material” e “fizeram novas versões”. A hipótese é de que o termo “intenção” apareça apenas quando houver a propriedade de “volição” nas eventualidades, o que implica a presença do primitivo DO. Isso prevê que, ao mudar as eventualidades no antecedente para alguma que não tenha esse primitivo, a sequência se torne inaceitável:

5) ?Durante oito meses, eles apanharam, sofreram e sentiram muita dor. **A intenção** era aprender com os erros.¹⁰⁸

A única leitura possível de 5 é a que permite inferir algum evento que permita a presença de volição. Porém, caso haja essa leitura, não se trataria mais de uma relação entre itens lexicais nem de um caso de anáfora, pois esse evento seria inferido do contexto conversacional. Assim, o primeiro tipo de AAs apresentado no começo do capítulo é justificado. Porém, ainda falta investigarmos a possibilidade de AAs que recuperem os primitivos CAUSE e BECOME.

¹⁰⁸ Essa sequência seria aceitável se “apanharam”, “sofreram” e “sentiram” fossem interpretados como “propositais”, deixando, nos termos de Dowty (1979), de ser estados e passando a ser atividades, implicando o primitivo DO. Não nos parece ser a interpretação mais comum.

Alguns dados parecem ser candidatos a recuperarem o primitivo CAUSE. No exemplo a seguir, “a razão”, assim como “o motivo” em 2, aparentemente, recupera essa propriedade:

6) Segundo o estudo, a Educação é a que mais eleva o Produto Interno Bruto (PIB) e, junto com a saúde e o Bolsa Família, lidera a diminuição da desigualdade na distribuição de renda (...). **A razão** é simples: 60% do orçamento vai para o pagamento de professores e funcionários. (SALLA, Fernanda; LIMA, Laize. Gasto em Educação eleva PIB. Nova Escola, Em dia, São Paulo, mar. 2011, n. 240, p. 32-33)

Porém, em nenhum dos dois exemplos a expressão anafórica recupera uma propriedade presente no antecedente. O que essas expressões sugerem é que os eventos presentes no antecedente participam de cadeias causais em que a causa do evento (não o primitivo CAUSE), presente no antecedente, seja expressa na segunda sentença. Se essa “causa”, expressa por termos como “razão” e “motivo”, não é a propriedade associada a um protoagente que causa algo, isto é, não é uma propriedade interna a uma eventualidade, podemos estipular que qualquer eventualidade tenha a propriedade de fazer parte desse tipo de cadeia causal. Vejamos eventualidades diferentes para confirmarmos essa hipótese:

7) João corre todos os dias. **O motivo/a razão** é a implicância de sua esposa.

8) João ama Maria. **O motivo** é o caráter da moça.

9) O vento destruiu a cidade. **O motivo/a razão** é a pressão atmosférica.

10) O morro desmoronou. **O motivo/a razão/a causa** foi a forte chuva dos últimos dias.

Essas expressões apenas indicam a vinculação a uma cadeia causal, o que pode envolver qualquer tipo de eventualidade. Ou seja, estamos tratando de casos do segundo tipo (que recuperam uma propriedade comum a todas as eventualidades).

Não encontramos em nossos dados uma expressão que recuperasse o primitivo CAUSE do antecedente, o que deixa a pergunta em aberto: por que um primitivo como DO pode ser recuperado em uma AA e um primitivo como CAUSE (a princípio) não pode? Poderia ser dito que DO é um primitivo mais saliente que CAUSE, mas isso ainda não explicaria por que um primitivo é mais saliente que o outro. Provavelmente, isso se deve ao fato de que CAUSE nunca aparece sem BECOME, ou seja, talvez BECOME nunca permita CAUSE ser saliente o suficiente para ser recuperado.

A respeito da possibilidade de recuperação do primitivo BECOME em uma AA, encontramos o exemplo a seguir:

11) Desde que ela entrou aqui, senti que ganhou confiança para caminhar e até correr. **A mudança** foi visível. (GALVEZ, Camila. Mães pedem vaga em escola especial. Diário da Grande ABC. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/News/5959811/maes-pedem-vaga-em-escola-especial.aspx>>. Acesso em: 06 jun. 2012)

Em 11, supomos que a expressão “a mudança” recupera BECOME do *achievement* “ganhou confiança”. Para verificarmos se essa expressão realmente recupera esse primitivo, consideremos um caso em que não há esse primitivo:

12) ?João amou Maria. **A mudança** foi visível.

Como pode ser notado, a presença da mesma expressão torna a sequência em 12 inaceitável (em uma leitura, obviamente, em que tal expressão é anafórica associativa, em que a dependência interpretativa não se dê pragmaticamente).

Assim como DO, portanto, BECOME também é saliente o suficiente para ser recuperado em uma AA. A não recuperabilidade de CAUSE¹⁰⁹ ainda precisa ser analisada, o que requer uma investigação que vai além do propósito deste trabalho.

¹⁰⁹ Caso algum dado venha a demonstrar a possibilidade da recuperação de CAUSE em AAs, ainda seria notável a baixa ocorrência dessa recuperação em relação aos outros dois primitivos.

3.2 AAS QUE RECUPERAM PROPRIEDADES COMUNS A TODAS AS EVENTUALIDADES

A respeito do segundo tipo de AA considerado por nós, o que recupera uma propriedade comum a todas as eventualidades, já verificamos o caso em que a AA relaciona-se à possibilidade de participar de cadeias causais (exemplos 2 “fazer uma Assembleia... O motivo” e 6 “eleva o Produto Interno Bruto (PIB)... A razão”). Do mesmo modo, estar vinculada a tempo e a espaço é uma propriedade de todos os tipos de eventualidades, o que sugere que expressões de tempo e de lugar sejam recuperadas de qualquer eventualidade. Vejamos os seguintes exemplos:

13) Abriu os olhos. **O lugar** estava escuro. (VIANCO, Andre. Bento: Herói humano, inimigo vampiro. São Paulo: Novo Século, 2003)

14) Com esse espírito, Arouca foi nomeado coordenador-geral da 12ª Conferência Nacional de Saúde. **O momento** era de grande esperança. (FIOCRUZ. Secretaria de Gestão Participativa. Disponível em: <http://bvsarouca.icict.fiocruz.br/sanitarista03_03.html>. Acesso em: 01 jan. 2012)

15) Depois de ter contribuído para a concepção do antigo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que era ainda bem menos disciplinar que o atual, participei durante vários anos da elaboração dessas provas. **A fase de preparação final** era um trabalho interdisciplinar muito interessante, em que meia dúzia de especialistas se reunia e torno de centenas de questões (...). (MENEZES, Luiz Carlos. Quem na escola tem de saber tudo? Nova Escola, Pense Nisso, São Paulo, mar. 2011, n. 240, p. 90)

A hipótese de essas expressões destacadas poderem estar presentes em AAs relacionadas a qualquer eventualidade, porém, não se confirma. A expressão anafórica em 13 é um exemplo:

16) João morreu. **O lugar** ficou marcado.

17) João corre todos os dias. **O lugar** nunca se repete.

18) ?João ama Maria. **O lugar** sempre fica contagiado.

A não aceitabilidade de 18 se deve ao fato de estados, com exceção daqueles em que um locativo não seja um adjunto, não estarem vinculados a um lugar específico. Se João ama Maria, ele a ama independentemente do lugar. Porém, o exemplo a seguir, em que não há um estado, mas uma atividade, também não é aceitável:

19) ?João corre muito rápido. **O lugar** nunca se repete.

A hipótese que explica a não aceitabilidade de 19 é que esse exemplo não se trata, na realidade, de uma atividade. “Correr muito rápido” é interpretado como uma propriedade de “João”, ou seja, a eventualidade é interpretada como um estado (algo como “João é muito rápido”). Mesmo que no léxico de “correr” consideremos que atividade esteja marcada, lembremos que a interpretação de uma classe de eventualidade não depende só do verbo, podendo ser resultante também da presença de outros elementos associados a ele, como é o caso do adjunto “muito rápido” em 19. Portanto, a respeito do locativo “o lugar” presente em AAs, concluímos que a única restrição de sua ocorrência é em estados¹¹⁰.

No que se refere às expressões temporais, a expressão “o momento” parece sofrer o mesmo tipo de restrição de “o lugar”:

19) João morreu. **O momento** foi oportuno.

20) João correu muito. **O momento** foi glorioso.

21) ?João amou Maria. **O momento** foi adequado.

Assim como a expressão “o lugar”, “o momento” não ocorre como AA vinculada a um estado. Isso demonstra a impossibilidade de verbos de estado implicarem uma unidade de tempo de modo a torná-la saliente, o que pode funcionar como um teste para identificarmos essa classe verbal.

Em relação ao tipo de expressão destacada em 15 (“a fase de preparação final”), sugerimos que ele é possível apenas quando relacionado a uma eventualidade desenvolvida em uma extensão de tempo que pode ser dividida em fases. Vejamos os seguintes casos:

¹¹⁰ Lembremos que o antecedente de uma AA relacionado a uma eventualidade pode ser o interpretado a partir de uma combinação estrutural (em que o léxico do verbo é relevante, mas não suficiente).

22) A construção do prédio levou anos. **A primeira fase** foi tranquila, mas **a última** foi complicada.

23) ?O atleta correu muito. **A primeira fase** foi rápida.

24) ?João amou Maria. **A primeira fase** foi a mais doce.

A hipótese para a não aceitabilidade de 23 e 24 é a homogeneidade de atividades e estados, que não possuem fases em seus desenvolvimentos. Como a única eventualidade que pode ser dividida em fases é *accomplishment*, não seriam esperados casos de AAs em que a expressão “a primeira fase” fosse relacionada a um antecedente *achievement*. Porém, isso não é confirmado em exemplos como o seguinte:

25) João alcançou o cume da montanha. **A primeira fase** foi a mais difícil.

Na leitura de 25, a ideia de “fases” não é derivada do desenvolvimento da eventualidade (já que não há esse desenvolvimento), mas sim de uma fase prévia necessária para o “alcance do cume da montanha”. Em outros termos, um antecedente *achievement* pode implicar fases de preparação que permitem a culminância dessa eventualidade. Isso sugere que podemos ignorar a distinção entre antecedentes *achievements* e *accomplishments* por ela não ter se mostrado relevante para a determinação de expressões anafóricas associativas indicativas de tempo. Porém, os efeitos das especificidades dessas duas classes de eventualidades em antecedentes de AAs ainda devem ser investigados em outros dados diferentes dos nossos.

Como vimos, a recuperação de unidades de espaço e de tempo é restringida pelas propriedades das classes de eventualidades. Nesse sentido, mesmo que ocorrer em um espaço e em um tempo seja uma característica comum a todas as eventualidades, a recuperação dessa característica está sujeita ao sentido da expressão anafórica (por exemplo, se indica ou não “fases”) e às propriedades do antecedente (por exemplo, se implica ou não algum desenvolvimento). Embora a vinculação a unidades de tempo e de espaço seja garantida em um nível de representação ontológica (o que não é considerado na análise do fenômeno em questão), a vinculação a tais unidades não é garantida em um nível semântico. Em

outros termos, a possibilidade de uma AA relacionada a tais unidades depende da informação que o antecedente permite ser acionada.

3.3 AAS QUE RECUPERAM PARTICIPANTES

Sobre as AAs que recuperam participantes, lembremos que exemplos como 3 (“cirurgia... cirurgião”) já foram tratados por Kleiber (2001) e Korzen e Buch-Kromann (2011). Porém, esses autores não fazem distinção entre os participantes no que se refere à recuperabilidade por AAs. Acabam por considerar um participante com papel temático de instrumento da mesma maneira como consideram um com papel de agente ou tema. No entanto, um participante correspondente a um adjunto de um predicado verbal, posição canônica de instrumento, parece ser menos recuperável do que um agente, por exemplo. Vejamos o seguinte exemplo:

26. Suspeito de matar procuradora em MG é encontrado morto em motel
A faca estava perto do corpo pouco tempo depois de a mulher, a procuradora Ana Alice Moreira de Melo, ter sido encontrada morta em casa. (BOM dia Brasil. Suspeito de matar procuradora em MG é encontrado morto em motel. Bom dia Brasil, 03 fev. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2012/02/suspeito-de-matar-procuradora-em-mg-e-encontrado-morto-em-motel.html>>. Acesso em: 14 fev. 2012)

Um evento como o denotado pelo verbo “matar”, que apresenta o primitivo CAUSE, licencia um instrumento como participante. Isso colabora para recuperarmos a noção de instrumento em uma AA, mas não a noção específica do tipo de instrumento. Os dados dos autores citados são semelhantes a 26. Diferentemente de 3, em que “cirurgião” é um item cujo conteúdo semântico o identifica como agente de “operar” (ou “fazer cirurgia”), dados como 26 apresentam o item “faca”, que não possui a informação de “ser um instrumento de matar”¹¹¹. Explicamos casos como 26 do seguinte modo: o antecedente licencia um instrumento como participante; logo, uma expressão genérica como “o instrumento”

¹¹¹ Porém, há a possibilidade de o termo “faca” conter a informação “arma branca”. Nesse caso, a relação entre “matar” e “faca” seria estabelecida lexicalmente.

poderia ser recuperada; porém, uma expressão específica é utilizada, e a informação específica, não implicada pelo antecedente, é introduzida por meio de processos discursivos não considerados por nós. Sendo assim, a classificação de casos desse tipo como AAs deve ser posta sob suspeita. Por outro lado, 27 demonstra-se um caso legítimo de AA (ou seja, é garantido por relações semânticas):

27. Homem esfaqueia mulher no centro de Rio Claro

(...) Guardas municipais foram chamados e encontraram a vítima, uma mulher de 48 anos, com ferimentos na face e no abdômen – **a faca** estava jogada a seu lado. (JORNAL da Cidade. Homem esfaqueia mulher no centro de Rio Claro. **Jornal da Cidade**, 01 nov. 2010. Disponível em: <<http://jornalcidade.uol.com.br/rioclaro/seguranca/assassinatos/67920-Homem-esfaqueia-mulher-no-centro-de-Rio-Claro>>. Acesso em: 14 fev. 2012)

Esse exemplo apresenta-se como uma AA em razão de o item “faca” poder ser recuperado de “esfaqueia”. O participante “a faca”, portanto, corresponde a um argumento *default* do predicado verbal presente no antecedente. Porém, é importante fazermos uma ressalva: nesse exemplo, podemos considerar que, em vez de uma associação lexical entre “faca” e “esfaquear”, haveria uma identidade morfofonológica. De todo modo, poderíamos encontrar exemplos mais “limpos”, como o em 28:

28. Um menino de nove anos morreu baleado na cabeça na manhã desta quarta-feira (1º), no pátio da escola onde estudava, em Caratinga (MG). (...) **O revólver** foi apreendido e o adolescente foi detido. (JORNAL Hoje em Dia. Menino de 9 anos morre baleado na cabeça durante brincadeira em escola. **R7**, 01 dez. 2010. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/cidades/noticias/menino-de-9-anos-morre-depois-de-ser-baleado-na-cabeca-durante-brincadeira-em-escola-de-mg-20101201.html>>. Acesso em: 10 fev. 2012)

Nesse exemplo, a associação entre o evento “baleiar”, no antecedente, e “o revólver”, na expressão anafórica, não deixa dúvida sobre a existência de um argumento *default* com papel de instrumento recuperado (semanticamente) em uma AA.

Com base nessa discussão, podemos dizer que argumentos *default* não devem ser negligenciados em ocorrências de AAs, pois tais argumentos implicam uma relação semântica que garante a realização desse fenômeno. Por outro lado, casos em que a relação semântica entre a expressão anafórica e o antecedente não garante a existência de AAs (como em 26) não devem ser considerados instâncias desse fenômeno. Em suma, se a recuperação de um participante de uma eventualidade em uma AA deve levar em conta o que o antecedente implica, nem todas as expressões que recuperam participantes de um antecedente são AAs.

3.4 AAS QUE RECUPERAM UM PRIMITIVO OU UM PARTICIPANTE BASEANDO-SE NA ESTRUTURA *QUALIA*

Korzen e Buch-Kromann (2011) apontam que exemplos como 4 acionam a estrutura *qualia* do antecedente. De “pizzaria”, no antecedente, é acionado o papel télico “servir”, do qual “o garçom” é um participante. Consideremos 29, que também aciona o papel télico:

29. Na manhã do dia 5, um avião fretado paquistanês caiu pouco depois de decolar do aeroporto de Karachi, no Paquistão, quando seu motor pegou fogo. **Os 21 tripulantes**, incluindo os dois pilotos, morreram. (MACHADO, Juliano. Uma semana de desastres. **Época**, O Filtro, São Paulo, 08 nov. 2010, n. 651, p. 92)

Nesse exemplo, novamente o papel télico do antecedente (“um avião”) é acionado. Esse papel corresponde ao predicado verbal “tripular”, isto é, a proposta de “um avião” é “tripular”. Esse predicado verbal denota uma eventualidade de que “os 21 tripulantes” é um participante. O tipo de AA em 29 é o mesmo que Kleiber (2001) considera como funcional, como demonstra um de seus exemplos classificados desse modo e retomado a seguir:

30. Esse livro está em inglês, mas **o autor** é russo. (KLEIBER, 2001, p. 345)

Em 30, o elemento da estrutura *qualia* acionado do antecedente “livro” é, porém, diferente do caso anterior, pois corresponde a um papel **agenteivo** (“escrever”). Mas a complexidade das relações estabelecidas em 30 e em 29 é a

mesma: um elemento da estrutura *qualia* é acionado do antecedente, o que corresponde a uma eventualidade; desta, a expressão anafórica recupera um participante.

Se de um antecedente é possível recuperar, por meio da estrutura *qualia*, uma eventualidade, e desta, um participante, então é previsível que o mesmo processo permita recuperar, em vez de um participante, um primitivo. Esse é o caso de 31:

31. Aí podem me dizer: mas o livro é sobre o Louis. Sim, é para ser sobre ele. Mas já que **a intenção** era meramente contar a história do personagem, bastava escrever um livro, e poderia até ser narrado em primeira pessoa, sem a pretensão de criar uma entrevista entre dois personagens (que inexistente). (ADORNORULES. **Entrevista Com o Vampiro, Anne Rice**. 1 out. 2011. Disponível em: <<http://adornorules.wordpress.com/2011/10/01/entrevista-com-o-vampiro-anne-rice/>>. Acesso em: 5 fev. 2012)

Nesse exemplo, de “livro” o papel agentivo “escrever” é acionado, do qual é recuperado o primitivo DO, correspondente à expressão anafórica “a intenção”. Assim como nos casos em que é possível recuperar, de uma eventualidade no antecedente, participantes e primitivos, nos casos em que é acionada da estrutura *qualia* no antecedente uma eventualidade, é possível recuperar, também, participantes e primitivos. Desse modo, traçamos um paralelo entre os dois tipos gerais de AAs que recuperam primitivos e participantes (os que acionam e os que não acionam estrutura *qualia*): o processamento de ambos é, parcialmente, o mesmo, consistindo na recuperação de um elemento a partir de uma eventualidade; o que diferencia os dois tipos é a complexidade adicionada com o acionamento da estrutura *qualia*.

CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Os tipos de AAs discutidas neste capítulo podem ser aproximados em um mesmo processo: uma eventualidade no antecedente (expressa ou acionada por meio da estrutura *qualia*) permite que um elemento (uma propriedade, um

participante ou um primitivo) implicado por ela seja retomado na expressão anafórica. Essa aproximação promove uma generalização capaz de demonstrar um processo produtivo na configuração do fenômeno analisado, que é a orientação de uma eventualidade para um elemento implicado por ela.

Porém, a discussão realizada, não pretendendo ser definitiva, não responde por que o primitivo CAUSE não pode ser recuperado em uma AA enquanto os outros podem. Além dessa questão, outras podem ser derivadas do que foi exposto: Quais outras propriedades específicas de cada eventualidade restringe a realização de AAs? Quais outros tipos de expressões recuperam propriedades comuns a todas as eventualidades e quais outros tipos recuperam propriedades específicas?

Mesmo que a análise realizada aqui possa deixar diversas questões sem resposta, ela permite uma organização dos dados levando em conta critérios relevantes nem sempre considerados pelos autores citados. Por exemplo, se as AAs são definidas por relações lexicais entre antecedente e anafórico, as considerações a respeito da recuperação de participantes e de primitivos devem levar em conta as informações estruturadas no antecedente, tais como a estrutura argumental e a estrutura *qualia*. Além disso, devem considerar apenas participantes ou primitivos de fato implicados.

CONCLUSÃO

Este trabalho propôs uma análise de um subtipo das AAs caracterizado por promover relações entre as propriedades e os participantes das eventualidades. Entendendo que o léxico possui um papel relevante na identificação dessas informações e que a configuração das AAs ocorre por meio de relações semântico-lexicais, recorreremos a um quadro teórico capaz de elucidar diferentes nuances do léxico interligadas com a semântica de eventos.

Para tanto, elencamos diferentes componentes teóricos que puderam orientar nossa análise. O quadro teórico resultante disso não é o único possível para atender aos nossos objetivos. Outras perspectivas de estrutura argumental, papéis temáticos, decomposição verbal, por exemplo, poderiam ser levadas em conta na análise feita aqui. Entretanto, a delimitação teórica realizada neste trabalho é justificada pelos dados encontrados, pois se mostra eficiente para explicá-los. É o caso das AAs que recuperam primitivos, elucidadas pela perspectiva composicional de Dowty; de algumas AAs funcionais, cuja associação pode ser explicada pelo acionamento da estrutura *qualia*; das AAs que recuperam actantes de uma eventualidade, abordadas depois de tecermos discussões acerca da estrutura argumental e dos papéis temáticos.

Assim, aspectos teóricos provenientes da semântica lexical são trazidos à tona para elucidar um fenômeno que é mais estudado sob a perspectiva da linguística textual. Essa pretende ser uma contribuição relevante, pois diferentes aspectos das AAs passam a ser elucidados.

Se por um lado podemos analisar aspectos do objeto selecionado por meio desse quadro teórico, por outro lado, como já sugerido anteriormente, podemos buscar nos dados uma maneira de atestar a teoria. Nesse sentido, a análise das AAs tratadas por nós poderia ser vista não como um objetivo final, mas apenas como um meio de demonstrar como a teoria pode ser justificada e verificada empiricamente. Assim, podemos reforçar linguisticamente a pertinência de postularmos primitivos composicionais, informações na estrutura *qualia*, argumentos *default*, entre outros construtos teóricos.

Todavia, este trabalho não elucida alguns problemas a serem investigados em trabalhos futuros. É o caso da impossibilidade de as AAs poderem recuperar o operador CAUSE. Podemos apontar, ainda, a imprecisão, em alguns casos, da identificação do *quale* télico e do *quale* agentivo (em “avião” o *quale* télico é “voar”, “transportar”, “viajar”, ou todos esses predicado verbais?). Apenas em um trabalho mais amplo essas limitações de análise podem ser investigadas e outras teorias ser levantadas, mesmo porque a dimensão epistemológica e empírica deste trabalho não comporta um desenvolvimento maior. Entre possíveis perspectivas alternativas, podemos apontar as que se orientam por um viés semântico-cognitivo, que exploram diferentes primitivos decomposicionais, papéis temáticos e relações eventivas.

O resultado a que chegamos, entretanto, mostra-se satisfatório, pois pudemos organizar um subtipo das AAs que não costuma ser muito estudado. Além disso, selecionamos um grupo de teorias coerente com nosso objetivo, sugerindo um caminho alternativo de análise em meio a tantos esparsos na literatura.

REFERÊNCIAS

ALVES, Antonia Suele de Souza. **Anáforas indiretas**: uma rediscussão dos critérios classificatórios. 2009. 116 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Recife, 2009.

APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M. Construction de la référence et stratégies de désignation. **Tranel**, n. 23, p. 227-271, 1995.

APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M. Interpretations and functions of demonstrative NPs in indirect anaphora. **Journal of Pragmatics**, n. 31, p. 363-397, 1999.

BARSS, Andrew. Timing Puzzles in Anaphora and Interpretation. In: _____ (Org.). **Anaphora**: a reference guide. MA: Blackwell Publishing, 2003.

BASSO, Renato Miguel. **A semântica das relações anafóricas de eventos**. 2009. 238 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

CANÇADO, Márcia. **Manual de semântica**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CARNAP, R. **Meaning and Necessity**. 2 ed. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

CAVALCANTE, M. M. Expressões referenciais: uma proposta classificatória. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos** (IEL/UNICAMP), Campinas, n. 4, p. 105-118, jan./jun., 2003.

CHIERCHIA, Gennaro. **Dynamics of meaning**: anaphora, presupposition and the theory of grammar. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

CHOMSKY, N. **Lectures on Government and Binding**: The Pisa Lectures. Holland: Foris, 1981.

CLARK, Herbert H. Bridging. In: SCHANK, R. C; NASH-WEBBER, B. L. (Orgs.) **Theoretical Issues in Natural Language Processing**. Massachusetts: MIT Press, 1975.

COLLEGE, Darwin; ELWORTHY, David Alan Howard. **The Semantics of Noun Phrase Anaphora**. 1992. 307 f. Tese (Doctor of Philosophy) – University of Cambridge, Cambridge, 1992.

DAVIDSON, Donald. **Essays on Actions and Events**. Oxford: OUP, [1967]2001.

DOWTY, David R. **Word Meaning and Montague Grammar**. Boston: Reidel, 1979.

_____. Thematic proto-roles and argument selection. **Language**, v. 67, n. 3, p. 547-519, 1991.

FILLMORE, Charles. Case for case [1968]. In: _____. **Form and meaning in language**. Stanford: CSLI, 2003. v. 1 (Papers on semantic roles, 1).

FREGE, G. **Lógica e filosofia da linguagem**. [Trad. Paulo Alcoforado]. São Paulo: Cultrix, 1978.

GRUBEL, J. S. **Studies in Lexical Relations**. 1962. 310 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Massachusetts Institute of Technology, Massachusetts, 1965.

GUNDEL, Jeanette K.; HEDBERG, Nancy; ZACHARSKI, Ron. Cognitive status and the form of referring expressions in discourse. **Language**, v. 69, n. 2, p. 274–307, 1993.

GRIMSHAW, Jane. **Words and structure**. Chicago: CSLI, 2005.

HALE, Ken; KEYSER, Samuel Jay. **Prolegomenon to a theory of argument structure**. Cambridge: MIT Press, 2001.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, Ruqaiya. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976.

HEIM, I. **The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases**. New York: Garland Press, 1989.

HEIM, I.; KRATZER, A. **Semantics in Generative Grammar**. Oxford: Blackwell Publishers, 1998.

ILARI, R. Anáfora e correferência: por que as duas noções não se identificam? In: **Caderno de Estudos Linguísticos** (IEL/UNICAMP), Campinas, v. 41, p. 91-109, jul./dez. 2001.

_____. Alguns problemas no estudo da anáfora textual. In: KOCH, I. V. et al. (Orgs.). **Referenciação e sentido**. São Paulo: Contexto, 2005.

ILARI, R.; BUIN, E.; ZANIN, G. Resenha de: KLEIBER, G. L'anaphore associative. **Caderno de Estudos Linguísticos** (IEL/UNICAMP), Campinas, v. 44, p. 355-372, jan./jun. 2003.

KAMP, H. A Theory of Truth and Discourse Representation. In GROENENDIJK, J.; JANSSEN, T.; STOKHOF, M. (Eds). **Formal Methods in the Study of Language**. Amsterdam: Mathematical Centre, 1981.

KLEIBER, G.; PATRY, R.; MÉNARD, N. Anaphore associative: dans quel sens "roule"-t-elle? **Revue québécoise de linguistique**, v. 22, n. 2, p. 139-162, 1993.

_____. Associative anaphora and part-whole relationship: the condition of alienation and the principle of ontological congruence. **Journal of Pragmatics**, n. 31, p. 339-362, 1999.

_____. **L'anaphore associative**. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Linguística textual hoje: questões e perspectivas. In: SILVA, D. E. G. (Org.). **Língua, gramática e discurso**. Goiânia: Cânone, 2006.

_____. **As tramas do texto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KORZEN, Iørn; BUCH-KROMANN, Matthias. Anaphoric Relations in the Copenhagen Dependency Treebanks. **Proceedings of the Workshop Beyond Semantics: Corpus-based investigations of Pragmatic and Discourse Phenomena**, Göttingen, Alemanha, p. 83-98, fev. 2011.

LEWIS, David. Scorekeeping in a Language Game. In: BÄUERLE, R.; EGLI, U.; STECHOW, A. Von. (Eds.). **Semantics from Different Points of View**. New York: Springer, 1979.

LYONS, J. Deixis as the source of reference. In: KEENAN, E. (ed.). **Formal Semantics of Natural Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

_____. **Língua(gem) e linguística: uma introdução**. [Trad. Marilda W. Avesburg]. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1978.

MARCUSCHI, L. A. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. **Revista Letras**, v. 56. Curitiba: UFPR, 2001.

_____. O léxico: lista, rede ou cognição social. In: **Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari**. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M. M.; BENTES, A. C. (Eds.) **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

MONTAGUE, Richard. English as a formal language. In: VISENTINI, Bruno (Ed.). **Linguaggi nella Società e nella Tecnica**. Milan: Edizioni di Comunità, 1970.

OLIVEIRA, Roberta Pires. A projeção de pressuposições: comparando teorias. **Caderno de Estudos Linguísticos**. Campinas, v. 51, n. 2, p. 235-252, jul./dez. 2009.

PARSONS, Terence. **Events in the semantics of English: a study in subatomic semantics**. Cambridge: MIT press, 1990.

POESIO, Massimo; VIEIRA, Renata. A corpus-based investigation of definite description use. **Computational Linguistics**, Massachusetts, v. 24, n. 2, p. 183-216, 1998.

PUSTEJOVSKY, James. **The generative lexicon**. Cambridge: The MIT press, 1996.

_____. The syntax of event structure (1991). In: MANI, Inderjeet; PUSTEJOVSKY, James; GAIZAUSKAS, Robert (Eds.). **The language of time**. Oxford: OUP, 2005.

RAMCHAND, Gillian C. **Verb meaning and the Lexicon**: First Phase Syntax. Cambridge: Cambridge University press, 2008.

RECANATI, F. Deixis and Anaphora. In: SZABÓ, Z. (Org.). **Semantics versus Pragmatics**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

ROTHSTEIN, Susan. **Structuring events**: a study in the semantics of lexical aspect. Oxford: Blackwell, 2004.

STRAWSON, P. F. On Referring. **Mind**, New Series, Oxford, v. 59, n. 235, p. 320-344, jul. 1950.

TALMY, Lexicalization patterns: Semantic structure in lexical forms. In: SHOPEN, Timothy (ed.). **Language typology and syntactic description**: Grammatical categories and the lexicon v. 3. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

TARSKI, Alfred. The semantic conception of truth and the foundations of semantics. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 4, n. 3, p. 341-376, mar. 1944.

VENDLER, Z. Verbs and times (1967). In: MANI, Inderjeet; PUSTEJOVSKY, James; GAIZAUSKAS, Robert (Eds.). **The language of time**. Oxford: OUP, 2005.